

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

FABIANA DE SOUZA SOARES

**O PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO NO PROGRAMA HABITAR BRASIL
BID - SEU SIGNIFICADO PARA OS SUJEITOS DE DIREITOS - OS
DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL**

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 18/07/07

COORDENADORIA DE ESTÁGIOS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CSE/UFSC


Coordenadoria de TCC
Depto Serviço Social / CSE / UFSC

FABIANA DE SOUZA SOARES

**O PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO NO PROGRAMA HABITAR BRASIL
BID - SEU SIGNIFICADO PARA OS SUJEITOS DE DIREITOS - OS
DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Prof^a. Dra. Edaléa Maria Ribeiro.

**Florianópolis
2007**

FABIANA DE SOUZA SOARES

**O PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO NO PROGRAMA HABITAR BRASIL
BID - SEU SIGNIFICADO PARA OS SUJEITOS DE DIREITOS -
OS DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel no Curso de Serviço Social, do Departamento de Serviço Social, do Centro Sócio Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, julho de 2007.

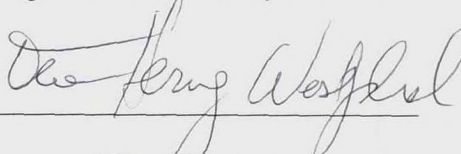
BANCA EXAMINADORA:



Orientadora

Profª Dra. Edaléa Maria Ribeiro – Universidade Federal de Santa Catarina

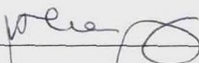
Departamento de Serviço Social



1ª Examinadora

Profª Dra. Vera Herweg Westphal – Universidade Federal de Santa Catarina

Departamento de Serviço Social



2ª Examinadora

Profª Dra. Maria Teresa dos Santos – Universidade Federal de Santa Catarina

Departamento de Serviço Social

Dedico este trabalho ao meu amado esposo Alexandre, pela compreensão e companheirismo em todos os momentos. A minha filha Isadora, luz da minha vida, por todos os momentos em que estive ausente e pelo amor incondicional que nos une e fortalece a cada dia.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço a Deus pela presença constante nesta caminhada.

Aos meus pais Rodolfo e Eliete, que em todos os momentos sejam estes de tristezas ou alegrias sempre estiveram comigo. Vocês me ensinaram a perseverar ainda que diante das dificuldades. Essa conquista divido com vocês.

Aos meus irmãos Fernanda, Filipe e Felini que compartilharam comigo a realização desse sonho.

À minha sobrinha Maria Clara pelo seu sorriso e energia que muitas vezes encheram-me de entusiasmo para dar continuidade nessa trajetória.

À minha família, pelo incentivo e apoio durante essa caminhada.

Às assistentes sociais da Secretaria Municipal da Habitação e Saneamento Ambiental, por contribuírem com suas sabedorias e experiências à minha formação profissional. Em especial às assistentes sociais e supervisoras de campo Paulina e Cecília, pelos momentos de aprendizagem e reflexão do fazer profissional.

À Professora Dr^a Edaléa, pela atenção dispensada a mim durante a construção deste trabalho. Suas orientações com certeza nortearão minha vida profissional.

Às Professoras Dr^{as} Vera e Maria Teresa, que ao aceitarem ser examinadoras deste trabalho contribuíram com seus saberes para o aprimoramento do mesmo.

À assistente social Cheyenne, pela disponibilidade em compartilhar comigo suas experiências, e esclarecer minhas dúvidas e questionamentos.

Às colegas da turma 2003/2, pelas experiências vividas ao longo desses quatro anos, em especial as amigas Nádia e Fabiana que nesta caminhada tão importante, ensinaram-me o verdadeiro valor da amizade.

Aos moradores da Região Chico Mendes e Morro do Mocotó, que ao compartilharem comigo suas experiências de vida foram imprescindíveis para a realização deste trabalho.

“Ninguém ignora tudo, ninguém sabe
tudo. Por isso, aprendemos sempre”.

Paulo Freire

SOARES, Fabiana de Souza. **O processo de negociação no Programa Habitar Brasil BID - seu significado para os sujeitos de direitos - os desafios para o Serviço Social.** 2007. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 153f.

RESUMO

O trabalho tem por objetivo geral identificar o significado da negociação para as famílias que passam pelo processo junto à Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) e Secretaria Municipal de Habitação (SMHSA), com vistas a consubstanciar intervenções mais equânimes por parte do poder público. O mesmo desenvolveu-se por meio de pesquisa documental e qualitativa onde, respectivamente, foram pesquisados e analisados relatórios de desempenho mensal e trimestral do projeto de Participação Comunitária desenvolvidos na Região Chico Mendes e Comunidade Morro do Mocotó (localidades estas as quais desenvolve-se o Programa Habitar Brasil BID em Florianópolis), bem como atas das reuniões do Grupo Executivo de Remanejamento. Coletou-se, ainda, por meio de entrevistas semi-estruturadas, relatos de doze moradores de tais localidades. Todo esse processo, portanto, consubstanciou o desenvolvimento do presente estudo fomentando, por meio de embasamento teórico-metodológico, a compreensão do significado da negociação para esses sujeitos de direitos e os desafios postos ao Serviço Social.

Palavras-Chaves: Política Habitacional Popular; Processo de Negociação; Usuários da Política de Habitação; Serviço Social.

LISTA DE SIGLAS

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD - Banco Internacional de Desenvolvimento

BM - Banco Mundial

BNH - Banco Nacional de Habitação

BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul

BR - Brasil

CAPROM - Centro de Apoio e Proteção ao Migrante

CEBs - Comunidades Eclesiásticas de Base

CEF - Caixa Econômica Federal

CEDEP - Centro de Educação e Evangelização Popular

CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina

CECCA - Centro de Estudos Cultura e Cidadania

CECA - Centro de Evangelização, Catequese e Assessoria

CODESUL - Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul

COHAB - Companhia de Habitação

CI - Carteira de Identidade

COMCAP - Companhia de Melhoramento da Capital

CPF - Cadastro de Pessoa Física

DI - Desenvolvimento Institucional

EDU - Diagonal Urbana Consultoria

ELETROSUL - Centrais Elétricas do Sul do Brasil

ESA - Educação Sanitária e Ambiental

EUA - Estados Unidos da América

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FMI - Fundo Monetário Internacional

FMIS - Fundo Municipal Integração Social

FNRU - Fórum Nacional da Reforma Urbana

FUNDESC - Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina

GTR - Geração Trabalho e Renda

HB - Habitar Brasil

HBB - Habitar Brasil BID

IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFMIs - Instituições Financeiras Multilaterais

IPMF - Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira

IPUF - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis

MARE - Ministério da Administração e Reforma do Estado

MNRU - Movimento Nacional pela Reforma Urbana

MOC - Mobilização e Organização Comunitária

MPO - Ministério do Planejamento e Orçamento

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

OGU - Orçamento Geral da União

ONGs - Organizações não governamentais

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PAIH - Plano de Ação Imediata para Habitação

PAR - Programa de Arrendamento Residencial

PDRE - Plano Diretor de Reforma e Aparelho do Estado

PMF - Prefeitura Municipal de Florianópolis

PNAD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNH - Política Nacional de Habitação

PR - Paraná

PSDB- Partido Social Democrata Brasileiro

PT - Partido do Trabalhador

RS - Rio Grande do Sul

SC - Santa Catarina

SEPURB - Secretaria de Política Urbana

SFH - Sistema Financeiro da Habitação

SIMAHAB - Sistema de Informação, Avaliação e Monitoramento da Habitação

SMHSA - Secretaria Municipal da Habitação e Saneamento Ambiental

SNH - Sistema Nacional de Habitação

TTS - Trabalho Técnico Social

UAS - Urbanização de Assentamentos Subnormais

UEM - Unidade Executora Municipal

UFECO - União Florianopolitana de Entidades Comunitárias

UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estimativas do Déficit Habitacional Básico por situação de domicílio – 2000.....	34
Figura 2: Estimativas do Déficit Habitacional Básico por situação de domicílio – 2005.....	36
Figura 3: Evolução do Déficit Habitacional Básico (1) por situação de domicílio Regiões- Brasil 2000/2005.....	36
Figura 4: Evolução do Déficit Habitacional Básico (1) por situação de domicílio Brasil 2000/2005.....	37
Figura 5: Fluxograma dos órgãos envolvidos no desenvolvimento do Programa Habitar Brasil BID.....	41
Figura 6: Secretaria Municipal da Habitação e Saneamento Ambiental.....	60

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Estimativas do Déficit Habitacional básico por situação de domicílio (2000).....	33
Quadro 2: Estimativas do Déficit Habitacional básico, por situação de domicílio (2005).....	35
Quadro 3: Subprogramas do Programa HBB; objetivos gerais e específicos.	42
Quadro 4: Eixos norteadores do projeto Participação Comunitária e Desenvolvimento Social	45
Quadro 5: Localização das áreas carentes de Florianópolis; número de famílias; e número de pessoas.....	57
Quadro 6: População residente em Florianópolis entre os anos de 1970 a 2000.	58
Quadro 7: Principais carências de infra-estrutura e outro serviços básicos	62
Quadro 8: Número de habitações produzidas pela Prefeitura Municipal de Florianópolis	65

SÚMARIO

INTRODUÇÃO	15
1 PROGRAMA HABITAR BRASIL BID: ORIGEM E DESENVOLVIMENTO	18
1.1 A reforma do Estado.....	18
1.2 A Política Habitacional Brasileira a partir dos anos 1990	22
1.3 A Comissão de Negociação no Programa Habitar Brasil BID	39
2 DESVELAR DO PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS (PMF)	50
2.1 A Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) e a Política Habitacional, Programa Habitar Brasil BID	50
2.2 O Habitar Brasil BID na PMF, Secretaria Municipal da Habitação e Saneamento Ambiental (SMHSA): composição, objetivos e desenvolvimento	62
2.3 A Comissão de Negociação: o que diz a pesquisa documental.....	68
3 O SIGNIFICADO DA NEGOCIAÇÃO PARA OS SUJEITOS DE DIREITO: DESAFIOS AO SERVIÇO SOCIAL	81
3.1 Metodologia da pesquisa.....	81
3.2 Desvelando o significado da negociação para os sujeitos de direito.....	83
3.3 Os desafios ao Serviço Social	91
ANEXOS.....	103
ANEXO A - Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2002 Institui o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, o seu Comitê Gestor e dá outras providências.	104
ANEXO B – Decreto nº 578, de 08 de setembro de 2000. Designa Comissão Especial de Avaliação dos Imóveis da Chico Mendes e Nossa Senhora da Glória.....	107
ANEXO C - Decreto nº 1011, de 22 de junho de 2001. Designa Comissão Especial de Avaliação dos Imóveis das Regiões do Chico Mendes e Nossa Senhora da Glória e Novo Horizonte	109
ANEXO D- Decreto nº 1717, de 18 de dezembro de 2002. Designa Comissão Especial de Avaliação dos Imóveis das Regiões do Chico Mendes e Nossa Senhora da Glória e Novo Horizonte	111
ANEXO E - Decreto nº3426, de 12 de maio de 2005. Designa Comissão Especial de Avaliação dos Imóveis das Regiões do Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória, Novo Horizonte, Vila Aparecida e Morro do Mocotó.....	113
ANEXO F - Decreto nº3935, de 03 de fevereiro de 2006. Designa Comissão Especial de Avaliação dos Imóveis das Regiões do Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória, Novo Horizonte, Vila Aparecida e Morro do Mocotó, Comunidade do Siri e outros.....	115
ANEXO G - Curso de Regularização Fundiária e Urbanística de Assentamentos Subnormais	118

ANEXO H - Estrutura Organizacional da Prefeitura Municipal de Florianópolis	121
ANEXO I - Lei Complementar nº 158, de 18 de fevereiro de 2005	123
ANEXO J - Lei nº3210, de 03 de julho de 1989.....	128
ANEXO K - Cadastro Sócio-Econômico	131
ANEXO L - Termo de Adesão	134
ANEXO M - Ficha de Identificação da Família	138
ANEXO N - Informações da Habitação.....	141
ANEXO O - Laudo de Avaliação	143
ANEXO P - Solicitação de Comparecimento.....	145
ANEXO Q - Parecer Técnico Social.....	147
ANEXO R - Termos de Desapropriação Amigável.....	149

INTRODUÇÃO

O trabalho tem por objetivo geral identificar o significado da negociação para as famílias que passam pelo processo junto à Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) e Secretaria Municipal de Habitação (SMHSA), com vistas a consubstanciar intervenções mais equânimes por parte do poder público. Os objetivos específicos buscam:

- levantar as expectativas das famílias, frente ao processo de negociação e as perspectivas de indenizações e remanejamentos para outras localidades;
- identificar o significado da moradia para os sujeitos envolvidos na negociação;
- proporcionar aos técnicos da Secretaria Municipal da Habitação e Saneamento Ambiental (SMHSA), especialmente aqueles que compõem a Comissão de Negociação, a compreensão do significado do que é “um lugar para morar” para as famílias que sofreram ou sofrerão, ao longo do desenvolvimento do Programa Habitar Brasil BID, remanejamentos e indenizações. Isto com o intuito de que identifiquem as demandas da população e as conduzam para uma ação mais qualificada, no processo de negociação, na perspectiva de efetivação de uma Política Habitacional Popular, que responda aos interesses efetivos destes sujeitos de direitos;
- identificar elementos que potencializem a participação social na dinâmica de negociação junto aos técnicos da SMHSA, bem como no exercício de controle social e articulação com o poder público, por parte dos envolvidos no processo de negociação.

Assim, o presente Trabalho de Conclusão de Curso, consubstanciou-se nos procedimentos metodológicos:

-Pesquisa qualitativa: através de entrevistas semi-estruturadas com cinco moradores de cada comunidade: Comunidade Vila do Arvoredo, Comunidade Morro do Mocotó e Região Chico Mendes, combinando-se três perguntas, as quais nortearam as entrevistas.

-Pesquisa documental: sendo instrumentos os relatórios de desempenhos mensais e trimestrais do Trabalho de Participação Comunitária, e as atas das reuniões do Grupo Executivo de Remanejamento, bem como pesquisou-se em fontes bibliográficas e *sites* referentes ao tema.

Cabe destacar, entretanto, que em março de 2007 teve-se conhecimento de que a Comunidade Vila do Arvoredo não se integra ao Programa Habitar Brasil BID, fazendo-se

necessário, portanto, reestruturar os procedimentos metodológicos referenciados no projeto de Trabalho de Conclusão de Curso.

Manteve-se, portanto, a pesquisa documental e qualitativa somente na Comunidade Morro do Mocotó e Região Chico Mendes, porém, o número de entrevistas semi-estruturadas sofreu alterações, passando para cinco entrevistas na primeira Comunidade e oito na segunda.

Na segunda quinzena de março de 2007 realizou-se, junto com a assistente social da SMHSA, uma primeira abordagem às famílias residentes nos abrigos provisórios na Região Chico Mendes. Foram então realizadas sete visitas domiciliares, tendo por objetivo elucidar a proposta da entrevista e da presente monografia, e a importância da mesma para posteriores intervenções da PMF, no que concerne ao processo de negociação.

As sete famílias contatadas foram também consultadas quanto à possibilidade de gravar o áudio das entrevistas, comprometendo-se a pesquisadora em manter o sigilo dos nomes¹ dos entrevistados. Desta forma, obteve-se a aprovação dos entrevistados.

Conforme acordado com as famílias, a pesquisadora foi a campo (Abrigo Provisório Região Chico Mendes) na terceira semana de março para dar início às entrevistas. Entretanto, estas não foram consubstanciadas no referido dia, tendo em vista que nos últimos dois dias ocorreram três homicídios, corroborando com um processo de tensão e medo entre os moradores da região, inviabilizando as entrevistas.

Em fins de março de 2007 retornou-se à Região onde foram realizadas cinco entrevistas (com exceção de duas, pois as famílias não encontravam-se em seus domicílios).

Para dar continuidade à pesquisa qualitativa, na primeira semana de abril de 2007, junto à assistente social da Consultoria Ambientallis, a pesquisadora realizou três visitas domiciliares, também na Região Chico Mendes, porém o foco fez-se consubstanciado em famílias que residiam em unidades habitacionais do Programa Habitar Brasil BID. A intervenção junto a estas famílias fez-se semelhante ao desenvolvido com as famílias nos abrigos.

Na segunda semana de abril de 2007, junto à assistente social da SMHSA, realizaram-se cinco entrevistas com moradores da Comunidade Morro do Mocotó. As entrevistas também foram gravadas com o consentimento dos entrevistados, que previamente foram esclarecidos quanto aos objetivos da pesquisa. Por problemas de áudio uma das entrevistas não pode ser transcrita e analisada.

¹ Para que seja resguardado o sigilo dos sujeitos entrevistados nesta pesquisa serão utilizados nomes fictícios.

Objetivando identificar como se materializou a Comissão de Negociação na Prefeitura Municipal de Florianópolis/Secretaria Municipal da Habitação e Saneamento Ambiental, a pesquisa documental realizou-se ao longo do mês de maio de 2007.

O levantamento, como citado anteriormente, ateu-se à investigação de informações contidas nos relatórios de desempenhos mensais e trimestrais, referentes ao Trabalho de Participação Comunitária desenvolvidos na Região Chico Mendes e Comunidade Morro do Mocotó. Sendo, respectivamente, pesquisados os relatórios compreendidos entre o período de janeiro de 2001 e fevereiro de 2007, e Comunidade Morro do Mocotó entre julho de 2005 e novembro de 2005, portanto, período em que efetivaram-se os procedimentos para as audiências de negociação nesta Comunidade. Desvela-se também, o levantamento de dados realizado em atas das Reuniões do Grupo Executivo de Remanejamento nestes mesmos períodos.

Neste sentido, o trabalho estrutura-se em três seções. A primeira discorre sobre a origem e o desenvolvimento do Programa Habitar Brasil BID, cuja emergência fez-se em meio à trajetória da Política Habitacional brasileira a partir da reforma do Estado, caracterizando-se pela minimização do mesmo, bem como uma inserção significativa das agências multilaterais no que concerne à proteção social dos sujeitos de direitos.

A segunda seção evidencia como vem sendo desenvolvida a Política Habitacional em Florianópolis, bem como o desenvolvimento do Programa Habitar Brasil BID na cidade. Contextualiza-se, ainda, o desenvolvimento urbano, grifando-se em especial as ações desenvolvidas pelo poder executivo local a partir da década de 1970, culminando com a análise das informações obtidas na pesquisa documental referentes ao desvelar do processo de negociação das benfeitorias a serem expropriadas pelo Programa Habitar Brasil, junto às famílias atingidas.

Embasando-se em estudiosos, dentre os quais Ribeiro (1992), Koga (2002), Lima (2006) e Yasbek (1993), a terceira seção busca analisar o significado da negociação para os sujeitos de direito. Importante destacar que os relatos coletados junto aos sujeitos sociais envolvidos na pesquisa fizeram-se imprescindíveis, uma vez que ao possibilitar a análise do material coletado expressaram os desafios postos ao Serviço Social, em especial aos profissionais membros da Comissão de Negociação.

Findando o trabalho, encontram-se as considerações finais, que de forma reflexiva procura dar conta do objetivo ao qual se propôs o presente estudo.

1 PROGRAMA HABITAR BRASIL BID: ORIGEM E DESENVOLVIMENTO

1.1 A reforma do Estado

Uma das expressões da questão social, a precariedade habitacional, vivenciada pelas classes populares² pode ser entendida como um fenômeno histórico; um processo social que sob o contexto da dinâmica de produção capitalista atrela-se a ele e se redefine, uma vez que as exigências da produção e circulação de mercadorias, requisitam a redução do tempo necessário a essas operações e ao aumento da produtividade do trabalho.

[...] o urbano passa a se constituir não apenas numa forma espacial, mas numa expressão social do processo de produção, assumindo especificidade em cada formação social [...] É a acomodação de interesses econômicos que faz da cidade capitalista um espaço socialmente construído, que ao mesmo tempo que abriga os aparatos produtivos, abriga também classes sociais com interesses conflitantes e antagônicos [...] a terra urbana se transforma em mercadoria, constituindo-se em centro de interesse na reprodução da cidade e fazendo com que o modelo de urbanização concentracionista seja acrescido de uma dimensão segregativa, com sérias conseqüências para aqueles que não podem concorrer, no mercado, na compra de um terreno servido de infra-estrutura e de fácil acesso aos serviços urbanos [desta forma], o acesso das classes populares à habitação, nas cidades, apresenta limites de caráter estrutural, de modo que a escassez da moradia expressa o nível de desigualdade e a concentração de renda implantados pelo capitalismo enquanto sistema de produção (SILVA, 1989, p. 178, 179, 180).

Depreende-se, portanto, que a questão habitacional, significativamente concebida sob o *locus* de interesses econômicos cada vez mais especulativos do sistema capitalista, desvela-se por uma acentuada inscrição das classes populares a habitações precarizadas, deficitárias de infra-estrutura, equipamentos comunitários, abastecimentos e serviços, entre outros.

As respostas do Estado diante das manifestações e formulações das classes populares “em forma de política, condicionada pelos movimentos conjunturais e, apesar das pressões populares [...] têm sido insuficiente, excludente, autoritária e pautada pela lógica do clientelismo [...]” (SILVA, 1989, p. 33).

² Entende-se como classes populares, a identificação de grupos sociais inseridos num processo histórico de exclusão no nível político, econômico e social, materializando-se na exclusão de consumo e usufruto de bens e serviços sociais, o que determina o surgimento de diversidades no interior da classe que pertencem. [...] o conceito de classes populares consegue abranger as diversidades geradas no âmbito das classes sociais ante o acirramento da exploração econômica, da subordinação política, visto que essa noção extrapola o nível de inserção no processo produtivo, a fim de englobar e explicar a heterogeneidade caracterizada pela busca de estratégias de reprodução, de sobrevivência e de resistência à dominação (SILVA, 1995, P. 144).

Ou seja, a intervenção do Estado frente às expressões da questão social, especificamente a questão da habitação, faz-se sob caráter pontual e/ou emergencial, adensando a hegemonia do mercado, no que se refere à oferta de moradia, e acentuando as dificuldades do trabalhador nos centros urbanos no acesso à habitação. Conforme Simionatto (2002, p. 01), este contexto tornou-se fortalecido pelos

[...] programas de ajuste estrutural propostos pelas agências financeiras internacionais [que] para superar os desequilíbrios macroeconômicos, financeiros e produtivos ocorridos em escala internacional desde os anos de 1970, levados a efeito de forma distinta no contexto das diferentes nações, evidenciam, nos anos 1990, seus impactos e consequências, principalmente nos países periféricos [implicando] a trajetória social, econômica e política de cada nação, suas diferentes estruturas produtivas, organizações.

Sob tais premissas, são emergentes as transformações das funções do Estado, no que concerne às

[...] relações com a sociedade e com a economia, no âmbito do intenso processo de globalização financeira e produtiva internacional. Nos países de terceiro mundo, tal processo foi marcado por uma ideologia denominada de “neoliberalismo” que prega a redução do papel do Estado, ao mínimo e a liberalização do mercado, ao máximo, provocando a redução da intervenção estatal nas políticas sociais, não sendo mais entendido como o provedor de serviços públicos, mas como promotor e regulador (MARQUES, 2006, p. 27).

Cabe ressaltar que, a globalização³ assume características distintas “em cada região do mundo, em cada continente, em cada país e até em diferentes regiões de um mesmo país [...] cada país a partir de sua própria história, determina a especificidade, a particularidade da resposta local, regional ou nacional ao impacto da globalização” (RIBEIRO, 2005, p. 37).

Evidencia-se então, a reforma do Estado cuja introdução no cenário brasileiro edificou-se no findar dos anos de 1980, sob o governo do então presidente Fernando Collor, ganhando “seu formato definitivo no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), que em 1995 cria o Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), sob o comando do ministro Bresser Pereira, que institui nesse ano, o Plano Diretor de Reforma e Aparelho do Estado (PDRE)” (MARQUES, 2006, p. 27).

³ Entende-se por globalização, um fenômeno real, multifacetado, que implica dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais, e que tem se intensificado nas três últimas décadas. “E que longe de ser consensual é (...) um vasto e intenso campo de conflitos entre grupos sociais, Estados e interesses hegemônicos, por um lado, e grupos sociais, Estados e interesses subalternos, por outro; e mesmo no interior do campo hegemônico há divisões significativas” Santos (2002 apud RIBEIRO, 2005, p. 38,39).

Defensora da reforma, a equipe do Ministério da Administração e Reforma do Estado - (MARE), ministrada por Bresser Pereira, tinha por objetivo delimitar o tamanho do Estado para que ele se tornasse “mais barato, mais eficiente, na realização de suas tarefas, para aliviar o seu custo sobre as empresas nacionais que concorrem internacionalmente” Pereira (1997, apud Simionatto, 2002, p. 02).

Inscrevia-se, portanto, o núcleo central das reformas [tendo] como premissas a (re) introdução de políticas liberalizantes, privatistas e de mercado [que] para além da ordem econômica foram acompanhadas de profundas mudanças na estrutura institucional, organizativa e de atuação do Estado atribuindo-se a ele, grande parte da crise do capital. [...] Inepto, ineficaz, ineficiente, responsável pelo déficit público são alguns dos adjetivos mais comuns que integram o discurso para designar a crise estrutural do Estado e cimentar a cultura que distorce e destrói a necessidade de sua existência (SIMIONATTO, 2002, p. 01).

Na perspectiva do núcleo central das reformas fazia-se necessário, portanto, reduzir o grau de interferência do Estado, uma vez que o mesmo anteriormente assumiu funções que não eram suas, especialmente no *locus* produtivo. No que concerne ao aspecto social, tal núcleo propunha que o Estado deveria continuar a “intervir por meio de políticas sociais voltadas para atendimento dos cidadãos capazes de complementar e corrigir falhas do mercado” (POVOA ; GUIMARÃES, 2004, p. 35).

No entanto, tal proposta “nem sempre se efetiva, uma vez que o Estado atual prioriza o crescimento econômico, por meio de medidas de ajuste, em detrimento de uma intervenção na área social” (POVOA; GUIMARÃES, 2004, p. 35).

As políticas sociais públicas, sob a lógica da reforma Estado e pautadas pela concepção do Banco Mundial – onde os governos devem atribuir prioridade máxima aos “setores sociais fundamentais”, eximem seu “caráter universal, assumindo uma perspectiva focalista, na medida em que visam atender aos segmentos populacionais mais vulneráveis” (SIMIONATTO, 2002, p. 02-03).

De acordo com Simionatto (2002, p. 03),

As principais características das políticas sociais, em termos gerais, a partir da reforma do Estado, compreendem: a) Focalização – os gastos e investimentos em serviços públicos devem concentrar-se nos setores de extrema pobreza [...]. b) Descentralização - busca redirecionar as formas de gestão e a transferência das decisões da esfera federal para estados e municípios, buscando combater a burocratização e a ineficiência do gasto social. [...]. c) Privatização – pressupõe o deslocamento da produção de bens e serviços da esfera pública para o setor privado lucrativo, ou seja, para o mercado.

Inoculado ao processo de descentralização evidenciam-se as políticas públicas sociais na contemporaneidade que, atreladas às agências multilaterais – tais agências oferecem subsídios aos países da América Latina e Caribe (SIMIONATTO, 2002, p. 03), são reestruturadas e transferidas pelo Estado para o âmbito local, municipal (CAVALCANTI, 2001). Segundo Povia e Guimarães (2004, p. 36-37),

[...] a descentralização [passou] a ser considerada elemento chave para se alcançar maior eficiência e transparência no processo de formulação e implementação de políticas, especialmente as sociais. Melo (1993 apud POVOA; GUIMARÃES, 2004, p. 36). [...] Dentro do processo de descentralização se estabelece uma redefinição de competências, passando a ser atribuição dos estados e municípios a gestão de programas sociais, seja por iniciativa própria, seja por adesão a algum programa proposto por um nível mais abrangente do governo, seja por imposição constitucional [...]. Este novo formato da política e da gestão urbana “ditada” pela descentralização exige da municipalidade o planejamento e a viabilidade financeira como critérios básicos para obtenção de recursos.

Efetivamente, o que se verificou desde a elaboração da Constituição Federal de 1988 foi um acentuado recuo do governo federal, no que se refere às políticas sociais públicas, uma vez que com a minimização do setor público

[...] estados e municípios passaram, cada vez mais, a assumir a responsabilidade pelos investimentos públicos com relação às políticas de habitação popular.[...] A descontinuidade das ações do governo federal, a redução os investimentos habitacionais, a fragilidade ou ausência das políticas urbanas, fundiária e habitacional e a postergação do processo legislativo necessário ao aprimoramento dos instrumentos de intervenção urbana têm contribuído para a manutenção de um quadro urbano marcado por conflitos entre modernização, exclusão e desigualdade (PINHEIRO, 2004, p. 50).

Neste contexto, a Constituição Federal de 1988 que, fruto de significativas lutas populares e sociais, balizou “o campo da luta social e sacramentou uma série de direitos criados socialmente, dando-lhes a forma e a letra da Lei”, tornou-se enfraquecida diante da reforma liberal do Estado na era da globalização, uma vez que fragilizou lutas e conquistas até então alcançadas (OLIVEIRA, 1999, p. 70).

Faz-se importante destacar que a aprovação da Constituição Federal de 1988 não garantiu em lei o direito à moradia. Tal postergação criou um hiato, no que se refere à questão da habitação, uma vez que apenas considerou em seu artigo 6º, como direitos sociais, “a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”.

De acordo com Marchi (2004, p. 21),

A alteração do artigo 6º da Constituição só vem após doze anos, com a Emenda Constitucional nº 20 de 2000 onde passa a vigorar com a seguinte redação: “São direitos sociais: a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da Constituição” Constituição Federal (1988, p. 283 apud MARCHI, 2004, p. 21).

Depreende-se, portanto, que a questão habitacional coloca-se como necessidade de ser compreendida como objeto de intervenção estatal. Todavia, é necessário considerar que as decisões políticas “são oriundas da correlação de forças que se estabelece entre Estado e sociedade civil⁴, e no interior de cada uma dessas instâncias, para fazer valer interesses diferenciados” (GONÇALVES, 2000, p. 249).

1.2 A Política Habitacional Brasileira a partir dos anos 1990

A trajetória da Política Habitacional se faz atrelada à cidade, uma vez que esta historicamente ocupou um espaço relevante nos diferentes modos de produção. Concomitantemente a tal destaque evidenciou-se o processo de industrialização, que ao implicar em célere crescimento das cidades fez emergir transformações “sociais vinculados à questão habitacional, tais como: o crescimento demográfico, a aglomeração de populações nos centros urbanos, a valorização do solo urbano (da terra), a segregação social e espacial, entre outros” (GONÇALVES, 2000, p. 250).

Neste sentido, a cidade arraigou-se em uma gama de determinações sociais, políticas e econômicas, sendo que,

[...] a decisão de interferir no espaço urbano é fruto da luta política que se estabelece entre os movimentos que reivindicam respostas às questões relativas a moradia e aos representantes do governo [...]. Portanto a urbanização, a migração, os movimentos sociais são fatores que interferem nas decisões políticas de privilegiar a moradia como uma questão social que deve ser objeto da política habitacional. [Entretanto,] a trajetória histórica das principais medidas adotadas, ao longo de diferentes conjunturas e dos distintos governos, permite-nos inferir que a questão habitacional aparece muito mais como uma questão secundária que não ocupa o lugar que merece (GONÇALVES, 2000, p. 252-256).

A trajetória da Política Habitacional Brasileira, ao compor a Política Urbana, caracterizou-se na interrelação dos movimentos sociais com o Estado (GONÇALVES, 2000),

⁴ O conceito de sociedade civil que orienta o presente trabalho é o conceito de sociedade civil democrático-radical. Para tal concepção gramsciana, a “sociedade é uma realidade complexa, heterogênea, composta por sujeitos coletivos, práticas e instituições com interesses divergentes, logo um espaço de luta política onde diferentes visões de sociedade ligadas a diferentes classes sociais disputam o controle ideológico da sociedade, condição necessária para o controle das estruturas econômicas”. (RIBEIRO, aula proferida em março de 2005, Disciplina Serviço Social, Movimentos Sociais e Conselhos de Direito/ DSS/UFSC).

todavia, as ações inferidas pelo Estado, relativas à habitação, fizeram-se, não raro, escamoteadas, objetivando amenizar as contradições antagônicas entre as classes existentes, reduzindo o conflito entre capital e trabalho (SILVA, 1989).

Embora existam precedentes importantes na Política Habitacional Brasileira, esta será contextualizada a partir dos anos 1990, dado que tal precedência encontra-se coerentemente contextualizada por estudiosos como Silva (1989), Gonçalves (2000), Marques (2006), entre outros estudiosos.

Lopes (2000b) registra no começo da década de 1990 a criação do Grupo de Trabalho para Reformulação do Sistema Financeiro da Habitação, sinalizando claramente a descentralização e regionalização das Políticas Habitacionais.

Com o propósito de elaborar projetos para reformular o Sistema Nacional de Habitação (SNH) realizaram-se, também, fóruns de discussões que incluíam: entidades públicas, secretarias estaduais de habitação, empresários da construção civil e movimentos populares.

O processo de descentralização da Política Nacional de Habitação (PNH) edificou-se, principalmente, pelas pressões populares sobre os órgãos estaduais e municipais, que com recursos próprios passaram a responder às demandas e enfrentar as questões habitacionais.

Dentre as respostas pode-se citar

[...] a urbanização de favelas, execução de obras de infra-estrutura, implantação de serviços públicos, regularização fundiária, oferecimento de lotes urbanizados, assessoria técnica para construção e acompanhamento da execução da obra por engenheiros e, por último, lotes com unidades residenciais (LOPES, 2000b, p. 25).

Este conjunto de respostas às pressões populares adquiriu maior significado com a extinção do Banco Nacional da Habitação (BNH) em 1986. Esta extinção desvelou um vácuo no que se refere às ações do governo na área habitacional (CAMARGO, 2004), podendo-se “perceber, progressivamente, o agravamento da situação habitacional, concomitante com a maximização das precárias condições de vida das classes populares brasileiras” (SALVARO, 2004, p. 46).

Conforme ressalta Lopes (2000a, p. 25),

[...] um conjunto de programas habitacionais, de caráter alternativo, destinados à população de até três salários mínimos, foi financiado pelo Orçamento Geral da União [...]. Resumidamente foram eles: 1- Programa Nacional de Mutirões Habitacionais, de 88 a 89. 2- Programa Nacional de Apoio às Comunidades – Fala Favela, de 87 a 89, oferecendo recursos para melhorias residenciais e equipamentos comunitários. 3- Programa

Orçamentário, a partir de 90, para construção de residenciais no meio rural e urbano, através das prefeituras.

Ainda no final da década de 1980, no bojo das “discussões para a formulação da Constituição da República Federativa do Brasil [...] diversos movimentos populares se articularam e deram origem ao Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU)” (MARQUES, 2006, p. 21). O MNRU organizou um evento nacional, nos anos de 1987, que deu origem ao Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNRU) cujo objetivo era:

disseminar e lutar pela plataforma da reforma no bojo do processo constituinte [...]. Se configurou como o grande responsável pelo acompanhamento da tramitação dos dispositivos [...] junto à Assembléia Constituinte, e, posteriormente, durante a sua regulamentação, por meio do próprio Estatuto da Cidade, aprovado em 2001 (MARQUES, 2006, p. 21).

Promulgada em 05 de outubro de 1988, a Constituição Federal fez-se legalmente “importante no trato do planejamento e gestão urbanos” (MARQUES, 2006, p. 22), uma vez que constituiu em seu Capítulo II “Da Política Urbana”, dois artigos (182 e 183), que estabelecem a gestão da Política Urbana Brasileira (MARQUES, 2006).

De acordo com Gonçalves (2000), a Política Habitacional continuou nos anos de 1990 com uma gama de programas que não provocaram mudanças significativas no trato da questão da moradia. Segundo Marques (2006, p. 22) “[...] não se garantiu a efetiva justiça social e a gestão democrática nas cidades brasileiras, pois setores populares continuam a viver em condições precárias, sem infra-estrutura adequada e excluídos do direito à participação enquanto cidadãos [...]”.

Inserido neste contexto, e sob a proposta da reforma do Estado, o governo federal desvelou-se por um viés que não primou por alvitrar mudanças institucionais, que respondessem às demandas postas pelas classes populares.

Sob o governo de Fernando Collor (1990 a 1992) a década de 1990 iniciou-se com alterações quanto à intervenção do Estado no *locus* social. “Esta gestão foi marcada pela implantação de políticas públicas que geraram grave desorganização financeira do país, assim como pela ampla abertura da economia nacional ao mercado internacional” (CASTRO e CARDOSO Jr., 2005, p. 266).

Fagnani (1997, Castro e Cardoso Jr. 2005, p. 266), ressalta que na gestão de Collor

[...] foram efetuadas várias manobras políticas e administrativas: simples descumprimento das regras estabelecidas pela Constituição; veto integral a projetos de lei aprovados pelo Congresso; desconsideração dos prazos constitucionais estabelecidos para o encaminhamento dos projetos de legislação complementar da responsabilidade do Executivo; interpretação espúria dos dispositivos legais; e descaracterização das propostas por meio do veto parcial a dispositivos essenciais.

No que refere-se à atuação na Política Habitacional, esta sofreu implicações com o confisco das cadernetas de poupança, uma vez que,

[...] deu-se a estagnação na poupança e no FGTS, [...] O Estado reduziu sua participação no mercado de terras, o que dificultou ainda mais o acesso das classes subalternas à moradia. A ausência do Estado acentuou-se cada vez mais, tendo em vista que a terra passou a ter como referência tão somente as leis de mercado (MARQUES, 2006, p. 23).

Apresentado como uma medida de caráter emergencial o Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH), lançado em maio de 1990, teve como objetivo financiar em 180 dias cerca de 245 mil unidades habitacionais, entretanto, tal objetivo não foi alcançado. O PAIH era integralmente financiado com recursos de FGTS, e, destinava-se a famílias com renda média de até cinco salários mínimos (POVOA e GUIMARÃES, 2004).

Segundo Azevedo (1996, apud Gonçalves, 2000, p. 255), “a proposta do PAIH envolveu o programa de moradias populares (unidades acabadas), o programa de lotes urbanizados (com ou sem cesta básica de matérias), e o programa de ação municipal para habitação popular (unidades acabadas e lotes urbanizados), cabendo ressaltar que os dois primeiros programas eram promovidos por diversos agentes, entre eles: Cohabs, Cooperativas, Entidades de Previdência, Carteiras de Militares, e o terceiro programa promovido exclusivamente pelas prefeituras. (AZEVEDO 2000, apud POVOA; GUIMARÃES, 2004, p.39).

Sob a coordenação geral do Ministério da Ação Social/ Secretaria Nacional da Habitação, o PAIH contou com a atuação da Caixa Econômica Federal (CEF) como responsável pela implementação dos programas, através dos agentes promotores; tal atuação dava ao órgão um caráter de banco de segunda linha, podendo tal status ser modificado se o mesmo passasse a atuar como “agente financeiro assim como os bancos e as Caixas estaduais existentes, as sociedades de crédito imobiliário e as companhias habitacionais” (AZEVEDO 2000, apud POVOA e GUIMARÃES, 2004, p.39). Segundo Lopes (2000a, p. 26),

este plano não alcança seus objetivos, pois não cumpre prazos estabelecidos; o custo das unidades, em média, tem um valor maior que o previsto; não distribui os recursos de forma regular entre os Estados da federação, bem

como um volume muito grande de recursos, contratados nos anos de 91-92, compromete a realização de outras operações, nos anos seguintes.

Evidencia-se, portanto, a pouca efetividade da Política Habitacional no governo de Fernando Collor, fato que contribuiu para o agravamento da questão habitacional brasileira.

De acordo com Marques (2006, p. 24),

a atuação do governo Collor na área da habitação [...] foi caracterizada por processos em que os mecanismos de alocação de recursos passaram a obedecer preferencialmente a critérios clientelistas.[...] cumpre destacar ainda que o período em questão foi marcado pela: desvinculação dos programas habitacionais dos programas de saneamento e desenvolvimento urbano, o que contraria o relativo consenso de que a integração desses programas produz resultados socialmente mais eficientes; pela carência de controle sobre a qualidade das habitações construídas e, principalmente, pela imprudência na gestão das fontes de recursos desses programas, de maneira especial o FGTS.

Com o *impeachment* de Fernando Collor, o país passa a ser governado por Itamar Franco (1992 a 1994), que lança os programas: Habitar Brasil (HB) destinado aos municípios com mais de 50 mil habitantes; e o Morar Município voltado aos municípios de menor porte.

Estes programas de habitação popular, implementados a partir de 1993, ficam sob o controle e a coordenação do Ministério do Bem-Estar Social, fazendo-se obrigatória a criação de um Conselho Estadual ou Municipal de Bem-Estar Social, bem como um Fundo Estadual ou Municipal de Bem-Estar Social. Gonçalves (2000, p.255) enfatiza que,

os programas apresentaram um avanço quanto à gestão da Política Habitacional através dos conselhos e a constituição de fundos específicos para a habitação. No entanto, até o final da gestão de Itamar não foram constituídos nem o Conselho, nem o Fundo na esfera federal.

Povoa e Guimarães (2004, p. 39) salientam que “ainda que a partir de um modelo descentralizado esses programas não surtiram o efeito desejado, uma vez que não foi implementado um fundo federal que garantisse os investimentos [...]”, portanto, para serem desenvolvidos, ambos programas desvelavam-se dependentes de verbas orçamentárias e recursos oriundos do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF).

No que concerne ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH), Povoa e Guimarães (2004) sinalizam que pouco foi realizado para alterar o quadro de crise estrutural, e as ações implementadas por parte do setor público, igualmente fizeram-se sob caráter limitado, não revertendo significativamente a crise do sistema habitacional brasileiro.

Sob o primeiro governo de FHC as discussões referentes à “questão habitacional [estiveram] aliadas à Política Urbana e ao saneamento ambiental, bem como o reforço do

papel dos municípios como agentes promotores e gestores da Política Habitacional, enfatizando a descentralização” (POVOA e GUIMARÃES, 2004, p.41).

Na pauta das discussões fazia-se redundante a defesa de uma Política Fundiária Urbana, que não incentivasse a composição de estoques de terra para fins especulativos. Discutia-se, também, o reforço do papel dos governantes municipais para assumirem a promoção da habitação popular, a urbanização de favelas e o apoio e desenvolvimento de programas geradores de tecnologia simplificada, com o propósito de construir moradias de qualidade e custo reduzido (GUIMARÃES, 2000). De acordo com Marques (2006, p. 26),

[...] o governo iria empreender uma reforma mais efetiva no setor, promovendo uma ampla reorganização institucional com a extinção do Ministério do Bem-Estar Social e com a criação da Secretaria de Política Urbana – SEPURB no âmbito do Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO, esfera que ficaria responsável pela formulação e implementação da Política Nacional de Habitação.

Depreende-se, portanto, um novo modelo de desenvolvimento da Política Habitacional, uma vez que a SEPURB propôs medidas focalizadas no atendimento às camadas da população de até três salários mínimos.

Propunham-se então, programas que principalmente através da urbanização de áreas degradadas, “[pudessem] construir habitações e expandir redes de infra-estrutura, melhorar o funcionamento do mercado de habitação e dirigir esforços no sentido de procurar atingir também a parcela da população que trabalha no setor informal” (LOPES, 2000a, p. 26).

Entre os principais programas desenvolvidos pelo governo de FHC se fizeram evidentes a continuação de programas já existentes no governo anterior, entre eles o Pró-Moradia, “financiado por um fundo gerado a partir de contribuições mensais compulsórias dos trabalhadores empregados no setor formal da economia, o FGTS” (LOPES, 2000a, p. 26), e destinando-se, principalmente, à população de renda média e alta; e o Habitar Brasil (HB), que financiado com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), fez-se “destinado ao poder público municipal e estadual e direcionados à população de baixa renda” (POVOA e GUIMARÃES, 2004, p. 41).

Instituíram-se, também, outros programas destinados aos setores com renda de até doze salários mínimos, como por exemplo: Carta de Crédito FGTS Individual e Carta de Crédito FGTS Individual Material de Construção. Tais programas ao utilizarem-se de recursos do FGTS e das cadernetas de poupança concediam crédito direto à pessoa física/consumidor, fomentando então maior poder de escolha para o cidadão no que concerne a opção de compra de imóveis, terrenos ou materiais de construção. (POVOA e GUIMARÃES, 2004, p. 41).

Em 1999, a CEF, articulando recursos do FGTS e OGU, apresenta o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), como alternativa efetiva ao atendimento à baixa renda, “permitindo certo grau de subsídio, possibilitando prestações mais baixas” (MARQUES, 2006, p. 29).

A área da habitação, no segundo governo de FHC, mediante Programa Habitar Brasil (HB), recebeu recurso financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), passando o Programa Habitar Brasil a ser denominado Programa Habitar Brasil BID.

Segundo Marques (2006, p. 30) “com relação aos objetivos do BID no setor habitacional, destaca-se o melhoramento das condições de moradia das populações de baixa renda, para qual em muitos casos há que melhorar as moradias existentes e regularizar ocupações irregulares”. Cabe avultar que,

[...] nos últimos dez anos, em todos os países da América Latina e Caribe, as agências multilaterais passaram a oferecer subsídios através dos Programas de Compensação, com o objetivo de aliviar as consequências das políticas de ajuste que incidiram sobre os segmentos de classes mais pobres. [...] constituem-se em programas que não alteram as causas estruturais da pobreza, mas apenas atenuam as consequências mais visíveis dos processos de globalização, ajuste e modernização das economias (SIMIONATTO, 2002, p. 08).

Constituindo-se como uma das Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs)⁵, o BID surge em 8 de abril de 1959 pela iniciativa da América Latina, com a ratificação dos países latino-americanos, Caribe e adesão dos Estados Unidos. Sob a premissa do fomento regional, tal organização tinha como objetivo auto-afirmar e ampliar a independência dos países latino-americanos, tanto no campo econômico quanto financeiro (BARRETO, 2006).

Conforme Barreto (2006, p. 66),

[...] o BID pouco conseguiu concretizar no sentido de diminuição da relação de dominação a que são submetidos os países da América Latina, sendo isto expressivo em sua constituição. Atualmente 46 países participam do BID, sendo que 26 são da América Latina e Caribe como mutuários, com 50% de subscrição do capital; 15 países europeus e Israel, não mutuários, possuindo respectivamente 30%, 5% e 4% da subscrição do Capital. Essa constituição demonstra a forte intervenção e poder dos Estados Unidos, que possui 30% do capital subscrito, superando qualquer outro país pertencente ao BID e

⁵ São organizações constituídas por meio da associação de governos nacionais, tendo como objetivo financiar projetos de “desenvolvimento” dos países membros. As primeiras IFMs fundadas foram o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional de Desenvolvimento (BIRD), atualmente conhecido como Banco Mundial (BM). Criadas em 1º de julho de 1944, na Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas de Bretton Woods, na cidade de New Hampshire – EUA, tinham como objetivo reformar o sistema econômico global que foi abalado com a Grande Depressão de 1929 e com a II Guerra Mundial (Barreto, 2006, p. 65).

ocupando o cargo de vice-presidência do banco. [...] Com o passar dos anos, o BID passou a agir coerentemente com as políticas defendidas pelo FMI e BM. [...] Os empréstimos vêm acompanhados por componentes de reformas, que correspondem aos princípios neoliberais de privatizações e livre-mercado.

No ano de 2003, o metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva assume o governo, configurando-se um marco político na história do Brasil, uma vez que “pela primeira vez foi eleito um representante legítimo dos trabalhadores” (BRAZ, 2004, p. 49).

Todavia, contraditoriamente a esta representação, o que caracterizou este governo foi a continuidade e o avanço das políticas neoliberais, iniciadas no país na década de 1990. A Política Econômica do governo Lula fez-se em seu primeiro mandato voltado ao crescimento econômico baseado no mercado externo. “A taxa média das exportações cresceu duas vezes mais que a taxa no período do governo FHC. As exportações cresceram de US\$ 60.362 bilhões em 2002 para US\$ 73.084 bilhões em 2003 e em 2004 alcançaram 96 bilhões” (BARRETO, 2006, p. 56).

Sob a orientação da premissa do processo de neoliberalização, a Política Econômica voltada ao mercado externo resultou em um Estado brasileiro envolto em

[...] uma crise social, desdobrada nos altos índices de desemprego; na redução dos investimentos públicos; na transferência patrimonial (do Estado e/ou de capitalistas privados nacionais para grande capitalistas, geralmente estrangeiros ou associados); e na vulnerabilidade da economia brasileira diante das crises internacionais. Daí o termo “herança maldita” utilizado pelo [...] governo em seus discursos que buscam justificar o não alinhamento do governo à proposta original do PT, a retenção dos gastos e investimentos no social e o pagamento da dívida externa por meio de um “super-superávit”⁶ “que supera a meta estipulada pelo próprio FMI (BARRETO, 2006, p. 54).

César Benjamin (2003, apud BRAZ, 2004, p. 54) é contundente na sua crítica ao Estado brasileiro em tempos de globalização:

trata-se de um cenário no qual o “Estado brasileiro foi reduzido à vida vegetativa, na qual se limita a pagar salários, alguns gastos de custeio e, sobretudo, juros [...] áreas como agricultura, defesa, segurança pública, assistência social, cultura, meio ambiente, transportes, reforma agrária e ciência e tecnologia foram afetadas de forma dramática, realizando investimentos irrisórios (entre 0,01 % e 2,26% do total orçado); outras, como habitação e saneamento, foram literalmente paralisadas, com investimento zero [...]”.

⁶ É a diferença entre a arrecadação do governo através de taxas e impostos e os gastos com investimentos na sociedade. Tal parcela é destinada ao pagamento dos juros da dívida pública. Para aumentar o superávit primário [por exemplo] é necessário: ou aumentar a arrecadação, ou diminuir os gastos com a folha de pagamentos de servidores públicos e aposentados e com investimentos na área social como saúde, educação e infra-estrutura. Ou ainda unir as duas alternativas.

É relevante explicitar que, anterior ao seu primeiro mandato, a questão habitacional, fazia-se presente na pauta de Lula, uma vez que no ano de 2000 o Instituto da Cidadania contou com a coordenação deste sindicalista, para a elaboração do Projeto Moradia. O Projeto previa a criação do Ministério das Cidades e a elaboração de uma Política Urbana, com as respostas setoriais de saneamento, transporte/trânsito e planejamento territorial, além da habitação (MARICATO, 2007a).

O Projeto Moradia propunha, sob uma tese estruturada, ampliar o mercado privado, restrito à classe média, e concentrar os recursos financeiros que estão sob gestão federal nas faixas de renda, situadas abaixo dos cinco salários mínimos, onde se concentram 92% do déficit habitacional e, a grande maioria da população brasileira (BRAZ, 2004). Para Marques (2006, p. 31),

o projeto Moradia adotou o conceito de que a habitação não se restringe à casa e exige, especialmente em meio urbano, serviços e obras complementares indispensáveis à vida coletiva: água, esgoto, drenagem, coleta de lixo, transporte, trânsito, saúde, educação, abastecimento, lazer, etc.[...] O projeto desenvolve uma proposta baseada em três eixos principais estruturadores: a questão urbana ou fundiária, a questão do financiamento e a questão institucional. Como parte desse último item, o projeto Moradia propõe a criação do Ministério das Cidades e do Conselho das Cidades, além de uma rede de agentes que comporiam o Sistema Nacional de Habitação. A proposta é integrar as áreas de habitação, saneamento e dos transportes (mobilidade) e trânsito (as principais áreas da demanda popular) para estruturação do desenvolvimento urbano.

Conforme Lesbaupin (2003, p. 23), o programa do Instituto da Cidadania falava em “crescimento econômico sustentado e ampliação do emprego formal, acompanhado de elevação do gasto público (em habitação, saneamento e infra-estrutura econômica) [...]”. Mais adiante, referia-se ao compromisso com a prioridade à habitação popular. A idéia de um grande investimento em habitação vinha da experiência de outros países, que haviam tomado esta iniciativa para enfrentar uma grave crise de desemprego e tinham tido ótimos resultados.

Desta forma, concomitante à posse de Lula em 2003, é criado o Ministério das Cidades. A emergência da criação deste Ministério fez-se como previsto no Projeto Moradia.

O Ministério das Cidades, por meio da SNH, torna-se órgão central responsável pela formulação da Política Nacional de Habitação. Em específico teria como funções:

- definir as diretrizes, prioridade, estratégias e instrumentos da Política Nacional de Habitação, dentre eles, o Plano Nacional de Habitação;
- elaborar o marco legal da Política Nacional de Habitação e do Sistema Nacional de Habitação;
- elaborar critérios e regras, para aplicação dos recursos no Sistema Nacional de Habitação, incluindo a política de subsídios;

- coordenar a implementação do Sistema Nacional de Habitação;
- orçamentos, planos de aplicação e metas anuais e plurianuais dos recursos a serem aplicados em habitação;
- oferecer subsídios técnicos à criação de fundos e respectivos conselhos estaduais, do distrito Federal, regionais e municipais, com o objetivo de incentivá-los a aderirem ao SNHIS;
- firmar Termo de Adesão ao SNHIS com Estados e Municípios;
- instituir sistema de informações para subsidiar a formulação, implementação, acompanhamento e controle das ações no âmbito do SNH, incluindo cadastro nacional de beneficiários da política de subsídios;
- gerir o Fundo Nacional de Interesse Social ouvido o Conselho do fundo. (BRASIL, 2004b, p. 13,14).

O Ministério das Cidades fez-se em consonância com o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/01). Aprovada em julho de 2001 e vigente desde outubro do mesmo ano. A lei, principal instrumento da PNH, regulamentou o capítulo da Política Urbana elucidados nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988. O texto constitucional nesses respectivos artigos prevê uma série de instrumentos para garantia, no âmbito de cada município, do direito à cidade, defesa da função social da cidade, propriedade e democratização da gestão urbana [...] (FLORIANÓPOLIS, 2006b).

O Estatuto abarca um conjunto de princípios – no qual está expressa uma concepção de cidade e de planejamento e gestão urbanos – e uma série de instrumentos que, como a própria denominação define, são meios para atingir as finalidades desejadas. Entretanto, delega – como não podia deixar de ser – para cada um dos municípios, a partir de um processo público e democrático, a explicitação clara destas finalidades. Neste sentido, o Estatuto funciona como uma espécie de “caixa de ferramentas” para uma Política Urbana local (FLORIANÓPOLIS, 2006b, p.01).

Neste contexto, evidencia-se a elaboração e a implementação da Política Nacional de Habitação (PNH) que, ao fomentar condições de acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, em especial os segmentos de baixa renda, contribuiria para a promoção da inclusão social, “coerente com a Constituição Federal, que considera a habitação um direito do cidadão, e com o Estatuto da Cidade, que estabelece a função social da propriedade, que preconiza a inclusão social, a gestão participativa e democrática” (FLORIANÓPOLIS, 2006b, p.02). Os objetivos gerais da Política Nacional da Habitação são:

- universalizar o acesso à moradia digna em um prazo a ser definido no Plano Nacional de Habitação levando-se em conta a disponibilidade de recursos e a capacidade operacional;
- implementar uma política de planejamento de cidades destinando em seus planos diretores imóveis desocupados e áreas infraestruturadas, adequadas para provisão de programas habitacionais de interesse social; revertendo dessa forma a lógica de segregação social e espacial;

- enfrentar o problema habitacional de forma articulada com as políticas fundiária, de saneamento e de transporte e em consonância com as diretrizes de política urbana;
- fortalecer o papel do Estado na gestão da Política e na regulação dos agentes privados;
- concentrar esforços e canalizar, de forma articulada, recursos não onerosos dos três âmbitos de governo no enfrentamento dos problemas habitacionais;
- promover o atendimento à população de baixa renda, aproximando-o ao perfil do déficit qualitativo e quantitativo;
- estimular o mercado para atender as faixas de renda média evitando que faixas de renda desprovidas de financiamento;
- buscar a expansão do crédito habitacional, ampliando, fontes de recursos existentes e criando ambiente de mercado estável;
- facilitar e baratear o acesso a terra urbanizada a ao mercado secundário de imóveis (preferencialmente os imóveis desocupados);
- promover o desenvolvimento tecnológico na área da construção civil para reduzir custos;
- ampliar a produtividade e melhorar a qualidade do produto; e
- gerar empregos e renda dinamizando a economia apoiando-se na capacidade que a indústria da construção apresenta em mobilizar mão de obra, utilizar insumos nacionais sem a necessidade de importação de materiais e equipamentos e contribuir com a parcela significativa do PIB (BRASIL, 2004b, p. 07,08).

Para dar viabilidade à implementação, a Política Nacional de Habitação constituiu-se por um conjunto de instrumentos, sendo eles:

- Sistema Nacional de Habitação: estabelece as bases do desenho institucional, prevendo a integração entre os três níveis da esfera do governo, bem como agentes públicos e privados envolvidos com a questão habitacional, definindo regras que garantem articulação financeira à implementação da PNH.
- Desenvolvimento Institucional: que por meio do Plano de Capacitação Institucional viabiliza a implementação da PNH de forma descentralizada, requisitando a estruturação institucional de estados, Distrito Federal e municípios, bem como a capacitação de agentes públicos, sociais, técnicos e privados.
- Sistema de Informação, Avaliação e Monitoramento da Habitação (SIMAHAB): de forma estratégica, tem por objetivo assegurar um processo permanente de revisão e redirecionamento da política habitacional e seus programas, tal processo, faz-se por meio do desenvolvimento de uma base de informações, monitoramento e avaliação constante dos programas e projetos desenvolvidos pela PNH.
- Plano Nacional de Habitação: determina “metas de médio e longo prazo; linhas de financiamento; e programas de provisão, urbanização e modernização da produção habitacional a serem implementados a partir das prioridades regionais e critérios de distribuição de recursos”. (FLORIANÓPOLIS, 2006b, p.02).

Para Maricato (2007a),

[...] essa retomada da Política Urbana se dá após duas décadas de baixo crescimento econômico e forte crescimento urbano (1980 e 1990), caracterizando um processo que, impactado pelo ajuste fiscal e recuo das políticas públicas, ficou conhecido pela urbanização da pobreza. [Entretanto], os avanços neste governo foram significativos mas é preciso garantir a continuidade dos investimentos e buscar seu aprimoramento, ampliação e sustentabilidade. Isso implica em: a) superar as restrições orçamentárias em especial a execução contingenciada do orçamento; b) pulverização dos investimentos em obras pontuais definidas pelas emendas parlamentares d) cooperação federativa entre diferentes níveis.

Em relação ao déficit habitacional⁷ no Brasil, faz-se relevante explicitar as estimativas e a evolução do mesmo nesta última década.

Tendo como referência os estudos realizados pela Fundação João Pinheiro, através do Centro de Estatística e Informações, e em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNAD), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Ministério das Cidades, os quadros e gráficos a seguir evidenciam as estimativas e a evolução do déficit habitacional básico, por situação de domicílio, nas cinco regiões do Brasil no ano de 2000 e 2005.

ESTIMATIVAS DO DÉFICIT HABITACIONAL BÁSICO POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO - 2000			
AGRUPADO POR REGIÃO			
REGIÃO	DÉFICIT HABITACIONAL BÁSICO(1)		
	ABSOLUTO		
	Total	Urbano	Rural
Centro-Oeste	385.168	307.216	77.952
Nordeste	2.515.163	1.475.523	1.039.640
Norte	812.605	473.335	339.270
Sudeste	1.660.600	1.481.089	179.511
Sul	516.603	402.925	113.678
TOTAL	5.890.139	4.140.088	1.750.051

Quadro 1: Estimativas do Déficit Habitacional básico por situação de domicílio (2000).

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico, 2000. In: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (2004, p. 39).

⁷ Está ligado diretamente às deficiências do estoque de moradias. Engloba tanto aquelas moradias sem condições de serem habitadas devido à precariedade das construções ou [...] quanto à necessidade de incremento do estoque, decorrente da coabitação familiar ou da moradia em locais destinados a fins não residenciais (PINHEIRO, 2004, p.07).

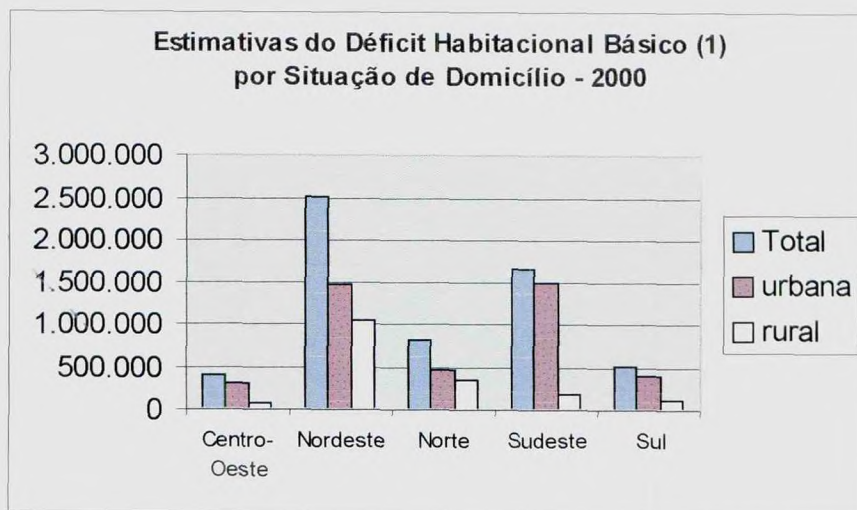


Figura 1: Estimativas do Déficit Habitacional Básico por situação de domicílio – 2000.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico, 2000. In: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (2004, p. 39).

(1) Déficit habitacional básico: soma da coabitação familiar, dos domicílios improvisados e dos rústicos.

Como pode-se observar no quadro 1 o déficit habitacional básico no país foi estimado para o ano de 2000 em 5.890.138 mil domicílios. A maior concentração do déficit habitacional faz-se na Região Nordeste, com 2.515.163 mil domicílios (cerca de 42,6% do montante), identificado em todo o país. Em seguida, encontra-se a Região Sudeste, com 1.660.600 mil domicílios correspondendo a 28,2%; a Região Norte com 812.605 mil domicílios, fazendo-se sob o percentual deficitário de 13,9%; a Região Sul com 516.603 mil domicílios correspondendo, a 8,8%; e a Região Centro-Oeste com 385.168 mil domicílios, que corresponde a 6,5% do déficit habitacional⁸ no Brasil.

A figura 1 explicita que uma significativa parcela do déficit habitacional básico localiza-se em áreas urbanas. Conforme a Fundação João Pinheiro (2004, p. 40) “do déficit habitacional básico urbano, 42,3% estão nas regiões metropolitanas; 35,45% nas áreas urbanas de municípios com população das sedes com 20 mil ou mais habitantes e 22,3% nas áreas urbanas dos demais municípios”.

Quanto ao déficit habitacional básico em áreas rurais, este faz-se significativo nas regiões Norte e Nordeste. Para a Fundação João Pinheiro (2004, p. 40) “este fato acontece em função do grande número de municípios, com cidades com menor população nessas regiões, [tornando-se] o peso do déficit rural mais relevante”.

⁸ Análise realizada pela pesquisadora com base nos dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico, 2000. In: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (2004, p. 39).

No quadro 2 e na figura 2 evidenciam-se as estimativas do déficit habitacional, por situação de domicílio em 2005:

ESTIMATIVAS DO DÉFICIT HABITACIONAL BÁSICO POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO - 2005			
AGRUPADO POR REGIÃO			
REGIÃO	DÉFICIT HABITACIONAL BÁSICO(1) ABSOLUTO		
	Total	Urbano	Rural
Centro-Oeste	536.561	474.708	61.853
Nordeste	2.743.147	1.844.068	899.079
Norte	850.355	614.573	235.782
Sudeste	2.898.928	2.725.205	173.723
Sul	873.708	755.589	118.119
TOTAL	7.902.699	6.414.143	1.488.556

Quadro 2: Estimativas do Déficit Habitacional básico, por situação de domicílio (2005).

Fonte: Dados Básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2005. In: Fundação João Pinheiro (2007, p. 8).

(1) Déficit habitacional básico: soma da coabitação familiar, dos domicílios improvisados e dos rústicos.

Como pode-se observar no quadro 2 e na figura 2, no ano de 2005,

[...] o déficit habitacional básico foi estimado em 7,903 milhões de novas moradias [...], com incidência notadamente urbana, correspondendo a 81,2% do montante brasileiro (6,414 milhões). A Região Sudeste lidera a demanda nacional, com necessidades estimadas em 2,899 milhões de unidades, vindo a seguir a Nordeste, com 2,743 milhões de unidades. As duas regiões representam 71,4% do déficit habitacional brasileiro, com distinção de que na segunda há parcela expressiva do problema a ser equacionada em áreas rurais (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2007, p. 02).

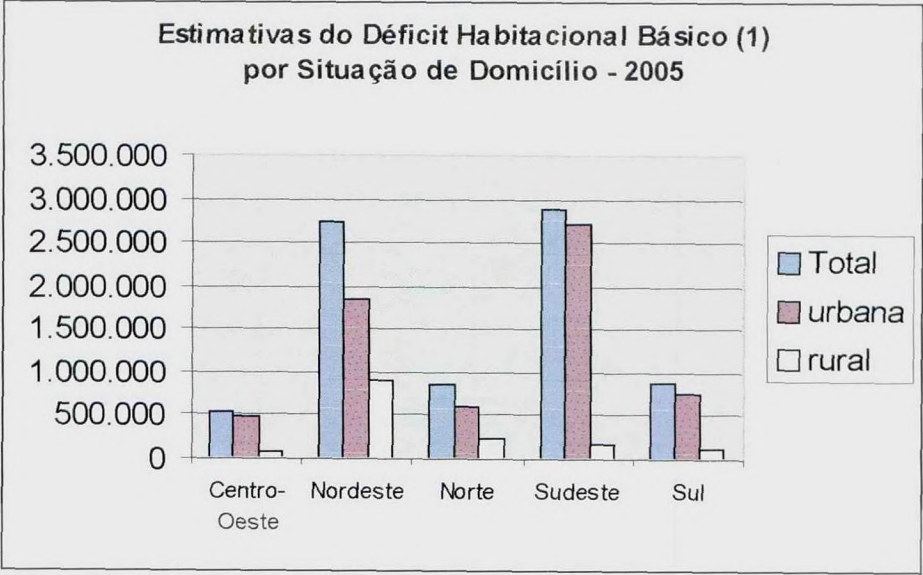


Figura 2: Estimativas do Déficit Habitacional Básico por situação de domicílio – 2005.
Fonte: Dados Básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2005. In: Fundação João Pinheiro (2007).
(1) Déficit habitacional básico: soma da coabitação familiar, dos domicílios improvisados e dos rústicos.

Pode-se, sob efeito comparativo, identificar a evolução do déficit habitacional no país na primeira metade dos anos 2000:

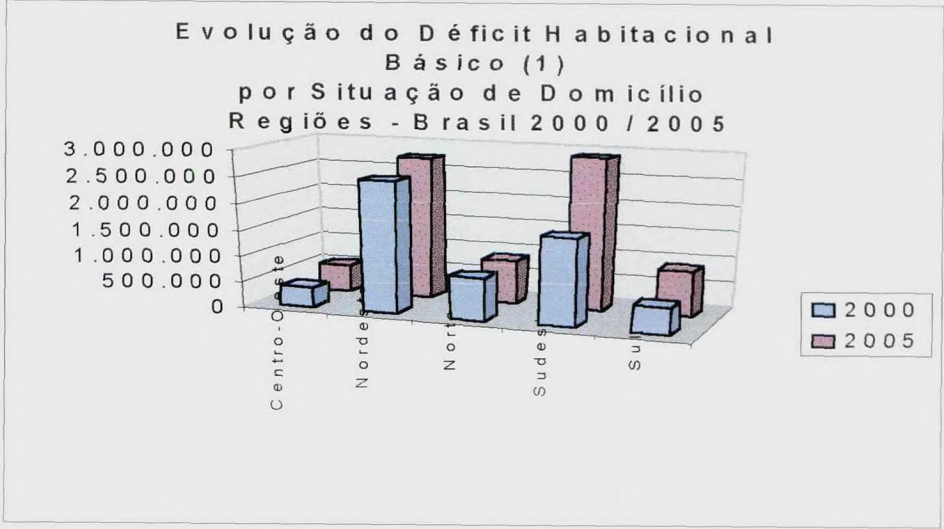


Figura 3: Evolução do Déficit Habitacional Básico (1) por situação de domicílio Regiões- Brasil 2000/2005.
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2005. In: Fundação João Pinheiro (2007).
(1) Déficit habitacional básico: soma da coabitação familiar, dos domicílios improvisados e dos rústicos.

Conforme se observa-se na figura 3, pode-se analisar⁹ que, entre os anos de 2000 e 2005 houve crescimento do déficit habitacional básico em todas as regiões do Brasil. O crescimento desvelou-se de forma mais relevante na Região Sudeste, que apresentou uma elevação deficitária de 1.238.328 mil domicílios; em seguida, encontra-se a Região Sul com um crescimento de 357.105 mil domicílios; a Região Centro-Oeste com um crescimento deficitário de 151.393 mil domicílios; a Região Nordeste apresentou um acréscimo de 227.984 mil domicílios; e a Região Norte que adicionou ao seu montante deficitário 37.750 mil domicílios.

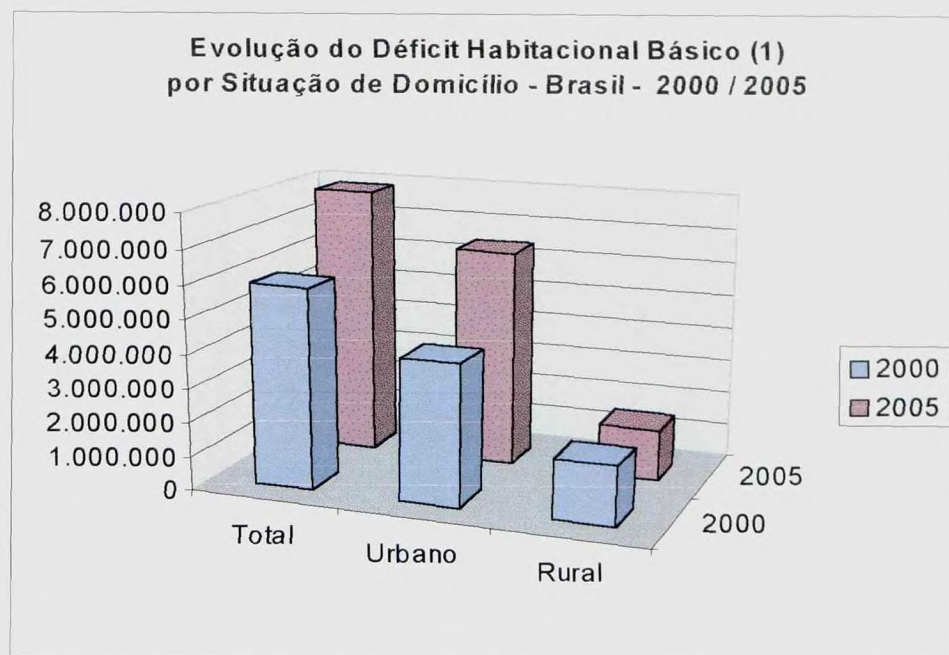


Figura 4: Evolução do Déficit Habitacional Básico (1) por situação de domicílio (Brasil 2000/2005)

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2005. In: Fundação João Pinheiro (2007).

(1) Déficit habitacional básico: soma da coabitação familiar, dos domicílios improvisados e dos rústicos.

A evolução¹⁰ do déficit habitacional básico entre os anos de 2000 e 2005, conforme identifica-se na figura 4, explicitam um acréscimo deficitário absoluto de 2.012.560 mil domicílios no país, ou seja, 34,16%. Este acréscimo deficitário faz-se também expressivo na

⁹ Análise realizada pela pesquisadora com base nos dados básicos Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2005. In: Fundação João Pinheiro (2007).

¹⁰ A análise realizada pela pesquisadora com base nos dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico, 2000. In: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (2004, p. 39); e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2005. In: Fundação João Pinheiro (2007).

área urbana, cuja elevação fez-se em 2.274.055 milhões de domicílios, ou seja, acresceu percentualmente em 54,93%. Na área rural verificou-se um decréscimo concernente ao déficit habitacional por domicílio, que em números absolutos fizeram-se por menos 1.748,562 milhões de domicílios, cerca de 14,94% deste déficit.

Em 1º de janeiro de 2007, Luiz Inácio Lula da Silva torna-se presidente reeleito. Sob recente mandato, Lula lança em 22 de janeiro do referido ano o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (Anexo A), sendo este um programa de desenvolvimento econômico, que visa promover a aceleração do crescimento econômico; o aumento do emprego; e a melhoria das condições de vida da população brasileira (BRASIL, 2007).

Os investimentos previstos neste programa compreendem o período de 2007 a 2010, e são da ordem de R\$ 503 bilhões. Deste montante, R\$ 235 bilhões vem de estatais e R\$ 200 bilhões da iniciativa privada. Do OGU estão previstos R\$ 67,8 bilhões no período, o que representa uma média de R\$ 17 bilhões por ano (BRASIL, 2007).

Desta forma, a ampliação do limite de crédito do setor público, para investimentos em saneamento ambiental e habitação, tem a seguinte descrição:

(i) ampliação em R\$ 6 bilhões nos próximos 2 anos , do limite específico para contratação de operações de crédito do setor público e para novas ações de saneamento ambiental (R\$ 1,5 bilhões para drenagem urbana associada a projetos de saneamento); e (ii) ampliação em R\$1,0 bilhão, em 2007, do limite de crédito para habitação, especialmente para oferecer acesso a moradia adequada à população em situação de vulnerabilidade social e com rendimento mensal de até 3 salários mínimos (BRASIL, 2007).

Tem-se por objetivo, portanto, o aumento do financiamento de investimentos públicos em saneamento e habitação. À questão indaga-se se realmente estes recursos irão para a habitação e saneamento. E que impacto efetivo tal montante terá sob o déficit habitacional do país, ainda que, se evidenciem importantes avanços no que se refere à questão habitacional no país, como a criação do Ministério das Cidades, Estatuto da Cidade e Política Nacional da Habitação. A primeira gestão do governo Lula (2003 a 2006) desvelou um Estado subserviente às políticas de ajuste neoliberal, tornando-se “cada vez mais mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital” (BRAZ, 2004, p. 55).

Faz-se ainda relevante destacar a presença marcante dos sujeitos de direitos, com ampla participação social, utilizando-se de espaços públicos¹¹ e efetivando o controle social¹²,

¹¹ Os espaços públicos, aqui entendidos “situam-se na sociedade civil – nos fóruns de entidades, nas redes de movimentos sociais, nas plataformas de propostas e projetos de setores organizados da sociedade civil – para fins de debates, demandas e proposições de coletivos desta mesma sociedade civil” Gohn, 2002 (apud MARTINI et al 2007, p. 05). É nestes espaços que os cidadãos se expressam,

para que se consubstanciem os recursos disponibilizados, em que pese o contexto acima mencionado.

1.3 A Comissão de Negociação no Programa Habitar Brasil BID

Como já mencionado anteriormente, o Programa Habitar Brasil (HB), lançado pelo então Presidente da República Itamar Franco, contava com recursos do OGU em parceria com os municípios tendo, portanto, como objetivo principal apoiar estes na elaboração e desenvolvimento de soluções para assentamentos urbanos precários de baixa renda, melhorando a condição de vida da população que habitasse áreas degradadas, insalubres ou impróprias à moradia (SALVARO, 2005).

Num segundo momento, durante o governo de FHC, o programa adquire características distintas, uma vez que se adiciona à iniciativa do governo federal, a cooperação do BID e do município, este sob uma perspectiva mais ampla.

De acordo com a descentralização administrativa, os municípios ficaram responsáveis pela elaboração, implementação e execução dos projetos após a aprovação da Caixa Econômica Federal, que também tem como função operacionalizar os contratos, acompanhar a execução e o repasse dos recursos, que são procedentes do Banco Interamericano de Desenvolvimento e também do próprio município (CAMARGO, 2004, p. 33).

Neste sentido, o “Habitar Brasil (HB), em 13 de setembro de 1999 passa a ser denominado Programa Habitar Brasil BID (HBB) (MARQUES, 2006), destinando recursos para o fortalecimento institucional dos municípios e para a execução de obras e serviços de infra-estrutura urbana e de ações de intervenção social e ambiental [...]” (FLORIANÓPOLIS, 2006b, p.03).

O apoio ao Desenvolvimento Urbano, oferecido pelo BID, se faz através de operações de assessoramento de políticas, assistência técnica e financiamentos que:

- aumenten la oferta y mejoren la calidad de los servicios básicos para la población en las organiza, especialmente para los sectores de bajos ingresos;
- reduzcan los efectos ambientales adversos del crecimiento urbano;

se organizam e sistematizam suas demandas, reivindicações, projetos e ações coletivas, visto que estes espaços estão livres da interferência direta do poder público (MARTINI et al 2007, p. 05).

¹² Entende-se aqui como controle social, “a fiscalização e controle das ações do Estado pela sociedade através do acompanhamento, da formulação, execução e avaliação das políticas públicas, ou seja, a sociedade controlando as ações do Estado em favor dos interesses das classes trabalhadoras” (MARTINI et al 2007, p. 03).

- financien proyectos que, por un lado, transformen las organiza en atractivos centros económicos y por otro, contribuyan a generar ingreso y organizacione de empleo productivo, especialmente para los sectores de menor ingreso, haciendo particular hincapié en el aumento de las organizaciones de pequeñas organiza económicas;
- mejoren la efectividad de las organizaciones responsables de la formulación y organizaciones de políticas y programas de desarrollo urbano, especialmente gobiernos locales y organizaciones no organizaciones o que trabajan a nivel de organizaciones de base. BID (2003 G, apud MARCHI, p. 38).

Cabe explicitar que, a assistência técnica e os empréstimos oferecidos por tal agência multilateral são efetivados através do capital fornecido por seus países membros; recursos obtidos nos mercados mundiais de capital mediante emissão de obrigações; e acordos de co-financiamento com outras organizações multilaterais, bilaterais e privadas. Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (2003G, apud MARCHI, p. 38).

No que concerne ao fortalecimento dos sistemas de financiamento para a moradia, o BID explicita operações que fomentem aos governos a adaptarem-se as normas, consideradas por este Banco adequadas, bem como:

[...] o fortalecimento institucional necessário para que as entidades privadas cubram a demanda financeira [...] Entre os instrumentos que o Banco dispõe incluem-se: a) o desenvolvimento do crédito hipotecário no marco do desenvolvimento do setor financeiro; b) a promoção de normas financeiras à longo prazo para a economia e empréstimos com garantia hipotecária para a moradia em um entorno competitivo; c) o fomento dos mercados secundários para as obrigações hipotecárias e d) o estabelecimento de sistemas eficientes de títulos de propriedade e procedimentos de fácil aplicação para a execução das hipotecas que sirvam de garantia segura para os empréstimos BID (1999, apud MARCHI, p. 42).

Elucidando a fonte de recursos que viabilizam o HBB, bem como seu desenvolvimento, pode-se compreender que esta perpassa um processo específico que se evidencia em quatro níveis: o BID, que atua como financiador do empréstimo para a execução do Programa HBB; o Ministério das Cidades exerce a representação e intermediação com o BID, sendo também responsável pela gestão do Programa HBB, possuindo competências para definir diretrizes, aprovar e avaliar sua implementação e execução; a Caixa Econômica Federal, que é responsável por repassar os recursos, bem como prestar apoio técnico às prefeituras; e a Unidade Executora Municipal do Programa, cuja administração municipal tem a responsabilidade de elaborar, implementar e executar os projetos, conforme exigências do operacional do Programa Habitar Brasil BID.



Figura 5: Fluxograma dos órgãos envolvidos no desenvolvimento do Programa Habitar Brasil BID. Fonte: a autora, adaptado de Marches 2006.

De acordo com Santos (1998, apud Marchi 2004, p. 83), a participação do BID no Programa HBB fez-se com base em

un apoyo al esfuerzo del gobierno en su intención de inducir cambios estructurales en la gestión urbana de los municipios; la movilización de recursos hacia el financiamiento de ésta función de los recursos públicos en beneficio de las familias de menores ingresos; el enriquecimiento del diseño del Programa con la revisión de las lecciones aprendidas en experiencias anteriores que el Banco ha llevado a cabo en materia de mejoramiento de barrios, en donde entre otros, se ha aprendido que ésta representa una alternativa eficiente con relación al financiamiento de lotes con servicios debido principalmente a que no implica relocalizar a la población beneficiaria, permite el aprovechamiento al máximo de los costos hundido en infraestructura in situ y fomenta los lazos comunitarios ya existentes; mejorar el conocimiento de los diagnóstico y estudio sectorial que soluciones, a través de completar el diagnostico y estudio sectorial que adelanta la SEPURB e introducir importantes metodologías de evaluación ambiental y social a una escala nacional.

Deve-se salientar que a busca pela integração de projetos e a determinação de diretrizes de reassentamento e infra-estrutura fazem o Programa HBB, distinto dos demais programas. A distinção faz-se adensada pelo financiamento do “componente ambiental, determinando que se protegessem as áreas remanescentes, exigindo que as prefeituras garantissem a recuperação das áreas com recursos de repasse” (MARCHI, 2004, p. 87), e, exigindo a regularização fundiária das habitações. De acordo com Marques (2006, p. 51),

outros diferenciais entre HB e o HBB correspondem primeiramente à atuação do projeto social: no HBB este se torna mais comprometido com a

participação popular e se dá ao longo de toda a implementação do projeto e 12 meses após o término das obras, enquanto que o HB o projeto social só atuava durante a execução do mesmo. Por conseguinte, diferem-se também na forma de integração dos projetos (obras/infra-estrutura, regularização fundiária, recuperação ambiental e o social): no HB cada projeto caminhava independente do andamento do outro, já no HBB, um depende do outro, inclusive para liberação de recursos.

Como registrado no Manual do Programa Habitar Brasil BID (Caixa Econômica Federal 2000b, p. 02), o Programa HBB tem por objetivo,

[...] contribuir para elevar a qualidade de vida das famílias de baixa renda, predominantemente na faixa de até 3 salários mínimos, que residam em aglomerados subnormais – favelas, mocambos, palafitas e cortiços, entre outras - localizados em regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e capitais de estados e fortalecer as condições administrativas e institucionais dos municípios para dotá-los de maior capacidade de atuação no controle e recuperação desses núcleos e na adoção de medidas para evitar novas ocorrências.

O HBB está subdividido em dois subprogramas, conforme explicitado no quadro 3:

SUBPROGRAMA	OBJETIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Desenvolvimento Institucional (DI)	Ampliar e modernizar a capacidade institucional dos municípios para que desenvolvam ações pautadas na melhoria das condições habitacionais, prioritariamente, das famílias de baixa renda; e fortalecer a capacidade de formulação e gestão de políticas e normas na área habitacional e urbana, constituindo-se da elaboração de estudo setorial com análise da questão habitacional no país.	a) Criar ou aperfeiçoar os instrumentos que permitam a regularização dos assentamentos subnormais, nas dimensões: urbanística, institucional e ambiental; b) Propiciar condições para a ampliação da oferta de habitações de baixo custo; c) Adequar os padrões urbanísticos e administrativos às condições sócio-econômicas da população de baixa renda, facilitando que o aumento da oferta habitacional se verifique dentro do marco legal; d) Implantar estratégias de controle e desestímulo à ocupação irregular de áreas; e) Aperfeiçoar a capacidade técnica das equipes da prefeitura que atuam no setor.
Urbanização de Assentamentos Subnormais (UAS)	Executar “projetos integrados de urbanização de áreas degradadas ou de risco localizadas em Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas ou capitais de estados, ocupadas por sub-habitações, predominantemente, por famílias com renda mensal até 3 (três) salários mínimos.	Implantar, de forma coordenada, de projetos integrados de urbanização de assentamentos subnormais, que compreendam a regularização fundiária e a implantação de infra-estrutura urbana e de recuperação ambiental nessas áreas, assegurando a efetiva mobilização e participação da comunidade na implantação dos projetos.

Quadro 3: Subprogramas do Programa HBB; objetivos gerais e específicos.

Fonte: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Programa Habitar Brasil (BID):** Regulamento Operacional. Brasília, 1999.

Enfatizando o Subprograma de Urbanização de Assentamentos Subnormais (UAS), o mesmo estabelece a formação de uma Unidade Executora Municipal (UEM), a qual constitui-se por uma equipe multidisciplinar, tendo como função coordenar a execução do Programa HBB em nível municipal, tornando-se diretamente responsável pela implementação dos projetos e ações, financiados por este subprograma (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2000b). A UEM tem como atribuições:

- implementar o desenvolvimento e execução integrados de projetos por meio da constituição de equipe multidisciplinar;
- implantar os projetos de acordo com os procedimentos e parâmetros operacionais definidos no Subprograma, com ênfase no tocante à integração das diversas dimensões do Programa;
- incorporar as informações sobre programas e projetos dos setores público e privado aos projetos integrados;
- responsabilizar-se pela elaboração, encaminhamento à CAIXA e implementação do Projeto de Participação Comunitária, especialmente, no tocante à incorporação das demandas da comunidade ao projeto integrado;
- responsabilizar-se pela elaboração do Relatório de Avaliação de Impacto Ambiental do projeto, quando for o caso, incluindo a introdução, no projeto, das medidas preconizadas nesse instrumento, assim como da solicitação e do acompanhamento do processo de licenciamento descrito nas recomendações ambientais no presente manual;
- elaborar e implementar planos e programas decorrentes de demandas detectadas no Projeto de Participação Comunitária e no processo de Licenciamento Ambiental;
- apresentar o projeto à CAIXA para verificação de enquadramento em relação às fases de elegibilidade, análise e avaliação;
- monitorar o processo de aporte de contrapartidas de responsabilidade do município ou estado;
- responsabilizar-se pelos procedimentos licitatórios, contratação de projetos, execução de obras e serviços e orientação à empresa executora quanto à filosofia do Programa;
- responsabilizar-se pela avaliação, monitoramento e controle de ações, obras e serviços decorrentes do projeto integrado aprovado pelo Subprograma;
- elaborar e encaminhar à CAIXA, a partir da assinatura do contrato de repasse, relatórios periódicos de execução/avaliação do projeto integrado, bem como avaliação final, nos termos dos procedimentos operacionais do Programa, responsabilizando-se formalmente, pela procedência das despesas e pela validade dos documentos comprobatórios (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2000b, p.06-07).

No que se refere à elaboração e desenvolvimento de um Projeto de Participação Comunitária o Trabalho Técnico Social (TTS), nos Programas de Desenvolvimento Urbano desenvolvidos pela CEF, embasam-se na premissa de que a participação dos sujeitos sociais beneficiários fomenta uma melhor adequação das intervenções às necessidades e demandas

dos grupos sociais envolvidos (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2006). De acordo com o Caderno de Orientação Técnico Social,

o Trabalho Técnico Social é o conjunto de ações educativas planejadas pelo proponente - Governo Estadual, do Distrito Federal ou prefeitura -, adequadas à realidade sócio-econômica e cultural da população e às características da área de intervenção, respeitando as diretrizes dos programas, com o intuito de promover a mobilização e organização comunitária, a educação sanitária, ambiental e para o trânsito, a capacitação profissional e/ou geração de trabalho e renda, procurando atender as principais demandas existentes (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2002)

Neste sentido, a participação comunitária nas intervenções envolve os sujeitos sociais beneficiários, corroborando a exercerem seus direitos e deveres, “e propiciando a compreensão e a manifestação da população atendida acerca das intervenções, permitindo à afirmação da cidadania e transparência na aplicação dos recursos públicos” (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2006, p. 04).

Sob este contexto, o Projeto de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social tem por objetivo geral “fortalecer a organização comunitária desenvolvendo ações que possibilitem a participação efetiva dos moradores nos projetos desenvolvidos na área, nas etapas de planejamento, implantação e avaliação, construindo desta forma o exercício da gestão democrática” (FLORIANÓPOLIS, 2000, p.82).

As ações desenvolvidas pelo Projeto de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social fazem-se sob três eixos norteadores: Mobilização e Organização Comunitária (MOC); Educação Sanitária e Ambiental (ESA); e Geração de Trabalho e Renda (GTR). (CADERNO DE ORIENTAÇÃO TÉCNICO SOCIAL, 2002).

O quadro 4 elucida as ações estabelecidas para cada eixo:

EIXOS	AÇÕES
Mobilização e Organização Comunitária (MOC)	<ul style="list-style-type: none"> - Formar comissões de acompanhamento de obra/ grupos de referência/agentes multiplicadores; - Formar ou fortalecer entidades associativas; - Promover a capacitação de lideranças; - Criar ou fortalecer grupos representativos; - Articular parcerias com instituições públicas e/ou privadas que atual ou possam vir a atuar na área; - Promover eventos de natureza cultural, pedagógica e recreativa de interesse da comunidade; - Desenvolver atividades de promoção à cidadania; - Prestar informações sobre os programas, projetos técnicos, andamento das obras e serviços, contratos de financiamento, aos beneficiários/ adquirentes/arrendatários e

	agentes envolvidos; - Preparar comunidade para o recebimento das benfeitorias (unidades habitacionais, unidades sanitárias, equipamentos comunitários, sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, etc.); - Elaborar material informativo/educativo com temas inerentes à intervenção e/ou de interesse da comunidade. Ex: <i>folders</i> , cartilhas, manuais, panfletos, outros. - Organizar e acompanhar vistorias de imóveis; - Planejar e acompanhar a ocupação de empreendimentos/reassentamentos; - Acompanhar a pós-ocupação/implantação de sistema e equipamentos; - Realizar pesquisa pós-ocupação/satisfação, quando for o caso.
Educação Sanitária, Ambiental (ESA)	- Promover atividades educativas por meio de cursos, oficinas, palestras, reuniões, campanhas, seminários temáticos, abordando temas diversos, tais como: higiene; saúde preventiva; saneamento básico; controle de vetores; recursos hídricos; preservação ambiental e do patrimônio histórico cultural; uso, manutenção e apropriação adequados de imóveis/sistemas e equipamentos comunitários; coleta seletiva; entre outros de interesse da comunidade.
Geração de Trabalho e Renda (GTR)	- Identificar o perfil, vocação produtiva e demandas da comunidade e do entorno; - Promover a capacitação de mão-de-obra local; - Estabelecer parcerias para desenvolvimento de grupos produtivos (associações, cooperativas de produção e serviços, microempresa, outros).

Quadro 4: Eixos norteadores do projeto Participação Comunitária e Desenvolvimento Social

Fonte: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Caderno de Orientação Técnico Social. Brasília, agosto de 2006.

Nos programas com repasses de recursos do OGU, tais macro-ações são condicionantes, devendo estar em consonância com os objetivos de cada programa e, considerando as características e interesses da população a ser beneficiada.

Desta forma, os eixos acima citados inscrevem-se por objetivos que são fundamentais ao desenvolvimento do Projeto de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social.

Conforme documentado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis (2000, apud MARCHI 2004, p. 103,104), os objetivos dos eixos são:

MOC: Desenvolver ações voltadas à mobilização e organização comunitárias, através do estímulo à participação efetiva em todas as etapas do Projeto e definição das responsabilidades dos agentes envolvidos.

ESA: Desencadear processo educativo de mudanças de valores e práticas individuais e coletivas, estabelecendo inter-relação entre o novo ambiente construído, o ambiente natural e as condições de vida e de saúde.

GTR: favorecer a melhoria econômico-financeira da produção, visando a capacidade de pagamento dos encargos advindos da implantação do Projeto e conseqüentemente fixação na área.

Quanto às metas, estas se fazem consubstanciadas com a adesão do Projeto de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social pela comunidade, “tanto no nível

coletivo, quanto individual, em seus aspectos conceituais (proposta global), e interferências, específicas no cotidiano das famílias” (FLORIANÓPOLIS, 2000, p.87).

As atividades de reassentamento, remanejamento/ relocação de famílias implicam no envolvimento e mobilização da comunidade. Desta forma,

o remanejamento/reassentamento/relocação de uma população não deve ser considerado isoladamente, apenas como um projeto de obras, vez que afeta não somente a vida das famílias envolvidas e área objeto de intervenção, mas também todo o entorno social e urbanístico. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2006, p. 40).

Segundo Passos (2003, p. 09),

o desenho urbanístico proposto, o traçado do sistema viário, a locação de equipamentos, a implantação da infra-estrutura, implicam em remanejar as famílias, o que se traduz em fator gerador de grande insegurança e desconforto, implicando em conflitos. Nesse sentido, quanto maior a participação e o engajamento da comunidade em torno do projeto, maiores são as possibilidades dela se constituir num agente pró-ativo no sentido de minimizar esses conflitos.

Segundo o Caderno de Orientação Técnico Social (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2006), a extensão do impacto social de um remanejamento, e ou reassentamento/relocação, poderá ser minimizado se forem observados os seguintes aspectos:

- estudo de todas as alternativas que minimizem a necessidade de remanejamento e/ou reassentamento/relocação de famílias;
- o remanejamento e/ou reassentamento/relocação deve ser realizado quando as famílias estiverem enquadradas nos seguintes casos expostos a risco de incêndio, inundação, desabamento, deslizamento, tremores de terra, sob fios de alta tensão, próximas a áreas insalubres, em áreas de preservação ambiental ou em áreas imprescindíveis à regularização urbanística do bairro, para implantação de infra-estrutura e/ou sistema viário;
- as despesas advindas devem estar previstas no projeto;
- o local de reassentamento deverá, preferencialmente, ser próximo à área original, em respeito aos laços de vizinhança e amizade estabelecidos;
- a área receptora deve ser servida de infra-estrutura básica e equipamentos comunitários que atendam a demanda da comunidade ou estes itens devem estar previstos no projeto;
- as condições da habitabilidade da nova solução oferecidas às famílias a serem reassentadas/removidas devem ser equivalentes ou superiores à situação inicial;
- medidas compensatórias devem estar previstas (outra unidade e/ou indenização) para as famílias que na área original possuíam imóveis equivalentes ou superiores à situação inicial;
- medidas compensatórias devem estar previstas (outra unidade e/ou indenização) para as famílias que na área original possuíam imóveis de uso misto (residência e comércio), para que não sejam afetadas suas condições de sobrevivência;

- informações claras e precisas sobre todo o processo, em tempo adequado, devem ser levadas às famílias, permitindo obtenção de conhecimento e entendimento satisfatórios para tomadas de decisões;
- havendo necessidade de construção de alojamentos provisórios para abrigar as famílias, devem ser garantidas as condições de salubridade e de remoção, tanto para o abrigo provisório, quanto para a unidade habitacional definitiva;
- quando se tratar de construção para alojamento provisório, deverá privilegiar o emprego de materiais reutilizáveis, considerando-se a possibilidade de reaproveitamento futuro, tanto dos materiais, como da infra-estrutura, prevendo outras destinações de uso;
- as regras de convivência nos alojamentos devem ser previamente discutidas e expressas pelos grupos de moradores que serão seus usuários (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2006, p. 40).

No processo de remanejamento das famílias, as etapas de negociação das benfeitorias e remoção inscrevem-se sob significativa relevância, “uma vez que são nessas duas fases que surgem as possibilidades de maiores conflitos” (PASSOS, 2003, p. 10).

No caso das negociações para as indenizações das benfeitorias as tensões inerentes a esse processo são permanentes, pois estamos lidando com interesses individuais, os quais devem ser compatibilizados com os interesses do projeto. Isso não se constitui numa tarefa simples, requerendo a formação de uma equipe técnica gabaritada que possa conciliar em tempo hábil os interesses de ambos os lados. Em relação às remoções, as tensões estão mais associadas à insegurança dos moradores, pois estamos deslocando as pessoas para ambientes provisórios em outros locais (PASSOS, 2003, p. 10).

Cabe ressaltar, entretanto, que a composição e estabelecimento de uma Comissão de Negociação não consta nos planos e diretrizes do Programa HBB. Esta surge diante das necessidades apresentadas pelos municípios, em adotar procedimentos operacionais que consubstanciem o Plano de Reassentamento, Remanejamento ou Relocação de Famílias previsto no Caderno de Orientação Técnico Social (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2006, p. 41):

- identificação/cadastramento das famílias a serem reassentadas, bem como a sua caracterização quanto aos aspectos sócio-econômicos e culturais;
- caracterização da área receptora ou alojamento provisório e seu entorno, quanto à infra-estrutura e equipamentos comunitários existentes;
- previsão do sistema de compensação e ou indenização às famílias afetadas por ações de remanejamento e/ou reassentamento;
- descrição das condições de alojamento temporário e/ou reassentamento;
- definição de mecanismos, instrumentos e técnicas de intervenção para divulgação de informações, discussão e negociação que viabilizem a participação efetiva das famílias no processo de reassentamento;
- estabelecimento das estratégias para relocação/reassentamento/remanejamento e assistência às famílias após as

- mudanças efetivadas, como definição do cronograma de atividades de relocação/reassentamento/remanejamento;
- descrição de instrumentos de registro das ações e atividades realizadas, bem como a concordância das famílias a serem reassentadas/remanejadas/relocadas (atas, fotos, listas de presença, Termo de Adesão, se necessário).

Neste sentido, o poder executivo municipal de Florianópolis, em 08 de setembro de 2000 edita o Decreto nº 578 (ANEXO B), que “Designa Comissão Especial de Avaliação dos Imóveis da Região Chico Mendes e Nossa Senhora da Glória”. Tal Comissão é composta por técnicos sociais, de edificações e equipe de engenharia, com o objetivo de negociar a benfeitoria/edificação, efetuadas pelos moradores das referidas comunidades.

Cabe ressaltar que o referido Decreto foi revogado em 22 de junho de 2001, entrando em vigência o Decreto nº 1011 (ANEXO C), tendo em vista as alterações do número de órgão municipais envolvidos e seus respectivos técnicos, e a inclusão dos imóveis da comunidade Novo Horizonte, a serem avaliados pela Comissão.

Em 18 de dezembro de 2002, também em caráter revogatório ao Decreto nº 1011, entra em vigor o Decreto nº 1717 (ANEXO D), sua vigência fez-se também pela alteração do número de órgãos municipais envolvidos e seu respectivo quadro técnico.

A revogação deste Decreto fez-se em 12 de maio de 2005, tornando-se vigente nesta mesma data, o Decreto nº 3426 (ANEXO E), designando Comissão Especial de Avaliação das Regiões Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória, Novo Horizonte, Vila Aparecida e Morro do Mocotó.

Atualmente, é vigente o Decreto nº 3935 (ANEXO F), de 03 de fevereiro de 2006. O qual designa Comissão Especial de Avaliação dos Imóveis das Regiões do Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória, Novo Horizonte, Vila Aparecida e Morro do Mocotó, comunidade do Siri e outros.

O Decreto nº 3935/96 resolve em seu Artigo 1º:

Designar como membros titulares os servidores: Engenheiro Civil Renato Pagani, o Assessor de Planejamento Eduardo Bastos Moreira Lima, representantes da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental; o Técnico em Edificações Amilton Silveira, representante da Secretaria Municipal de Obras; Carlos Henrique Mendes Waltrik, representante da Secretaria Regional do Continente; A Assistente Social Paulina Korc, representante da Associação Florianopolitana de Voluntários – AFLOV; e membros suplentes e servidores: o Engenheiro Civil Américo Pescador, a Assistente Social Nôris Helena Muños Morales e Administradora Alba Regina Salvador Trintini, representantes da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Avaliação e Negociação dos

Imóveis das Regiões do Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória, Novo Horizonte, Vila Aparecida, Morro do Mocotó, Comunidade do Siri e outros.

As ações desenvolvidas pela Comissão de Negociação conforme o Plano Operativo da Prefeitura Municipal de Florianópolis são:

- reuniões da equipe para subsidiar e dar suporte à operacionalização dos procedimentos técnicos administrativos de negociação;
- reuniões com lideranças e moradores para apresentação da programação e informações quanto aos procedimentos, prazos e compromissos do agente executor e das famílias;
- reuniões da Comissão de Negociação para definir estratégias de abordagem, providências administrativas e elaboração da agenda de negociações;
- agenda das negociações com famílias;
- audiências de negociação com famílias no escritório do Projeto com a participação de representantes de entidades comunitárias;
- elaboração de Parecer Técnico Social com dados da conclusão e encaminhamentos da negociação;
- agendamento da transferência das famílias para os abrigos transitórios e mudança de domicílio para as que optarem por indenização de benfeitoria;
- emissão dos Termos de Desapropriação Amigável com assinatura dos beneficiários, após leitura e esclarecimento por técnicos da Carteira Habitacional (s/data, p.02).

Neste contexto, a intervenção do Serviço Social volta-se para atividades de identificação das famílias atingidas; verificações dos cadastros sócio-econômicos; negociação com os proprietários; elaboração do Parecer Técnico Social; indenização das benfeitorias aos moradores; acompanhamento à remoção das famílias atingidas, dentre outras.

Na próxima seção, buscar-se-á analisar o processo de negociação desenvolvido na Prefeitura Municipal de Florianópolis/Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, compreendido entre o período de janeiro de 2001 a primeiro trimestre de 2007.

2 DESVELAR DO PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS (PMF)

2.1 A Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) e a Política Habitacional, Programa Habitar Brasil BID

A compreensão da gestão pública no município de Florianópolis está alicerçada em um processo histórico (político, econômico e social), que remonta o século XVI quando desvelam-se os primeiros registros do povoamento europeu na Ilha de Santa Catarina e uma “abordagem mais intensiva de exploradores de madeira, aventureiros e estrangeiros de diversas procedências e origens, que acorreram o litoral brasileiro, tentando configurar a posse e ocupação jurídica do território” (VEIGA, 1993, p. 25).

Ainda no século XVI, sob o sistema conhecido por Capitânicas Hereditárias, a Ilha de Santa Catarina foi incluída na Capitania de Santo Amaro e Terras de Sant’Ana, sendo doada a Pero Lopes de Souza, por volta de 1534. (VEIGA, 1993).

“A carta de doação dava aos capitães o poder de conceder sesmarias, dando provisão para fundação de vilas, o que possibilitou o início da ocupação oficial do Brasil Meridional, e particularmente da costa catarinense” (VEIGA, 1993, p. 26).

Neste contexto, a povoação de Desterro por contingentes humanos europeus constituiu-se de forma significativa com o bandeirante Francisco Dias Velho, por volta de 1675, que estabeleceu seu empreendimento agrícola na Ilha tornando-se guardião dos interesses portugueses e detentor do poder local, uma vez que a administração e a autoridade estavam intimamente vinculadas à propriedade de terra.

Segundo Várzea (1900, apud VEIGA, 1993, p. 30) “Dias Velho lançou seus fundamentos na ilha, edificando ranchos ou choupanas e a pequena ermida, e começou a fazer plantações pelos terrenos próximos “entrando em relações de comércio” com os carijós, que ocupavam o continente fronteiro e vários pontos da ilha”.

Aportaram na Ilha de Santa Catarina outros empreendedores, entre eles Manoel Manso de Avelar que, praticando a agricultura e o comércio fomentou o desenvolvimento da póvoa, “que, em 1711, recebeu a denominação de Freguesia de Nossa Senhora do Desterro, misto de organização política e religiosa [que vinha] desenvolvendo e ganhando importância econômica e política, tornando-se estratégica para os interesses lusos no sul do continente” (MEIRINHO, 2004, p.127).

Com seu desmembramento de Laguna, em 23 de março de 1726, Nossa Senhora do Desterro é elevada à condição de Vila, e concomitante a tal elevação foi eleita a primeira Câmara Municipal constituída pelo presidente Domingos Lopes; vereador Francisco Mateus; procurador Antônio Castilhos; e o Escrivão Sebastião Rodrigues Camacho (MEIRINHO, 2004, p.127).

Conforme Rocha (1999) a localização estratégica da Ilha de Santa Catarina, uma vez que se situava entre Rio de Janeiro e Buenos Aires, duas maiores cidades da face Atlântica da América Latina na época, deu a mesma um caráter militar tornando-se de grande importância à Coroa Portuguesa.

De acordo com Moreira (1999), outro fator significativo da ocupação humana européia na Ilha de Santa Catarina foi à posição estratégica na disputa da banda oriental do Rio da Prata, motivando e ocasionando a vinda para estas terras de colonos de possessões portuguesas no Atlântico, principalmente das localidades de Açores e Madeira. “Estes açorianos e madeirenses que para aqui vieram no século XVIII, trouxeram sua tradição agrícola e marítima, marcando profundamente a geografia do litoral catarinense pelos dois séculos seguintes” (MOREIRA, 1999, p. 04). Neste sentido, Veiga (1993, p. 36, 37) registra que,

a Vila ergueu-se segundo moldes expressos na Provisão Real de D. João V. (09/08/1747), que constituiu a primeira norma pública de regulamentação urbanística e distribuição de população. A Coroa tentava assim iniciar a organização dos núcleos dentro de um molde específico [...]. A fixação do açoriano na Ilha obedeceu a uma seqüência que se iniciou em torno do Largo da Matriz, crescendo primeiramente para Leste e, posteriormente para o Oeste [...]. Até meados do Século XVIII procurou-se ocupar as áreas livres ao longo da praia [...]. A estrutura fundamental do núcleo urbano foi condicionada [então] pelas atividades de pesca e agricultura de subsistência, desenvolvendo-se uma ocupação tipicamente linear, reforçando as picadas de acesso e a linha da praia, que constituía seu principal ancoradouro.

No século XIX, Nossa Senhora do Desterro foi elevada à categoria de Cidade, tornado-se Capital da Província de Santa Catarina no ano de 1823 e estabelecendo um período de prosperidade com significativos investimentos em nível nacional. A Capital provinciana tornou-se o lugar onde se efetivavam as atividades comerciais que atendiam não só a população da Ilha, como também aos habitantes do Continente próximo. “Aos poucos o comércio de exportação cresce, sendo que o porto de Desterro no final da década de 1830, era o principal da Província de Santa Catarina” Peluso Junior (1991, apud ROCHA, p. 26).

Segundo Veiga (1999, p. 41), este período de prosperidade e relevantes

investimentos nacionais fez-se

após a Proclamação da Independência, os “capitalistas” [...] passaram a se instalar na Ilha, e a cidade deixou de ser uma simples sede político-militar para assumir também funções civis, e integrar-se num contexto econômico mais apto a expandir seu espaço construído. [...] algumas indústrias aqui instaladas, e a multiplicidade de funções comerciais derivadas do incremento da atividade portuária, e já influenciadas pela onda de imigração no interior do Estado, predominantemente italiana e germânica, dariam à capital o incentivo necessário à sua expansão urbana.

A Câmara Municipal por sua vez manteve suas atribuições inalteradas até a data de 1828, quando foi criada a Lei de Organização Municipal do Império, emergindo então um rígido controle pelo presidente da província.

No Império, cabia à Câmara cuidar do centro urbano, das estradas e pontes, das prisões, dos matadouros, da iluminação, da água, dos esgotos, do saneamento, da inspeção sanitária, dos hospitais, dos cemitérios e do bem estar público. A mesma legislação deliberava sobre os meios de manter a tranquilidade dos habitantes da Capital e garantir asseio, segurança, elegância e regularidade externa dos edifícios e ruas da cidade e freguesias (MEIRINHO, 2004, p. 127).

Em meados da década de 1880, com o advento do regime republicano, as resistências locais ao novo governo provocaram um distanciamento do governo central e a diminuição dos seus investimentos instituindo-se a dissolução das Câmaras em todos os municípios.

Entretanto, no ano seguinte, o então governador Lauro Muller nomeou novos membros com a denominação de intendentess, que com a Constituição de 1891 recebeu a “denominação de Conselho Municipal e, a seus membros, de vereador com função de legislar” (MEIRINHO, 2004, p.127).

O Poder Executivo foi exercido pelos Superintendentes que, conforme a Constituição de 1928, receberam a denominação de prefeitos, e, mesmo com a Constituição de 1934, continuaram a ser nomeados pelo governador (MEIRINHO, 2004).

Cabe destacar que, no advento do século XX, Florianópolis inscreveu-se sob um contexto de profundas transformações, mais especificamente na metade do século, que se explicitaram principalmente no locus da construção civil, sendo este um dos seus principais suportes econômicos. A implantação das redes básicas de energia elétrica e do sistema de fornecimento de água e captação de esgotos adicionou-se à construção da Ponte Governador Hercílio Luz, como marcos do processo de desenvolvimento urbano. Para Bezerra (2002, p.18,19),

a implantação da Ponte Hercílio Luz no ano de 1926 foi a primeira grande obra que impactou a estrutura urbana de Florianópolis nos anos que se seguiram. [...] A ligação que esta proporcionava as áreas continentais da cidade conduz ao deslocamento de grande contingente populacional para o bairro Estreito, haja vista a facilidade de deslocamento para a Ilha que a Ponte proporcionava. Essa “modernização” será corroborada pela implantação das primeiras linhas de ônibus na cidade em 1930, quatro anos após sua inauguração.

Com o período de redemocratização decorrente ao processo do Estado Novo, em 1945, a eletividade do chefe do executivo da capital ficou sob a determinação da constituinte estadual. Tal determinação fez-se sob um período breve, tendo em vista a emergência da Constituição de 1946 que estabeleceu

[...] que o Governo Federal, mediante parecer do Conselho de Segurança Nacional, poderia declarar bases os portos militares de excepcional importância para a defesa externa do país. Florianópolis foi incluída nessa categoria e, com isso a Lei Magna Estadual, votada em 1947, impediu que se estabelecessem eleições para prefeito da Capital (MEIRINHO, 2004, p. 128).

Tal impedimento às eleições, findou-se em 1954 quando a Lei Magna Estadual foi revogada, e pela primeira vez, os votantes de Florianópolis elegeram seu prefeito, o que se sucedeu até o ano de 1965, quando novamente estabeleceu-se ao município o status de área de Segurança Nacional, condição esta que perdurou até 1985 com o retorno do processo de eleições diretas para a chefia do Poder Executivo Municipal (MEIRINHO, 2004).

No tocante à evolução urbana de Florianópolis, os anos de 1950 fizeram-se grifados pela abertura dos grandes eixos viários, acima mencionados e, a implantação das Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC (ROCHA, 1999).

Segundo Bezerra (2002, p. 19),

[...] o crescimento da área urbana de Florianópolis [altera] o gradiente da renda fundiária urbana. Proliferam-se os loteamentos tanto na porção continental quanto insular da cidade. [Sob tal contexto] a pressão imobiliária se intensificou exigindo do poder público uma redefinição funcional da área central. Esta pressão vai se identificar na forte verticalização por que passa a área central de Florianópolis que servirá de termômetro dos fortes índices de modernização pelos quais passa-se medir o desenvolvimento da cidade.

A partir da década de 1960, em meio ao novo contexto desenvolvimentista nacional, Florianópolis inscreve-se sob outro impulso ao crescimento urbano. A partir da intervenção estatal, são instaladas a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e órgãos financeiros, dentre outros, o Banco do Desenvolvimento do Estado, Banco Regional do Extremo Sul (BRDE), o Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul (CODESUL), e o Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (FUNDESC), (ROCHA, 1999). Entre os

órgãos públicos criados é importante destacar o Banco Nacional da Habitação (BNH), corroborando com o “boom” imobiliário na Capital (BEZERRA, 2002).

Ainda nos anos de 1960 são inauguradas a BR 101 e a BR 470, tornando o acesso e a ocupação de Florianópolis, cada vez mais intensos. Em consequência, os interesses diferenciados sobre o espaço urbano explicitam-se com maior pressão (BEZERRA, 2002). “O traçado urbano nestas áreas, muitas vezes seguia o interesse dos proprietários fundiários loteadores. O que se evidencia inclusive no nome das ruas que surgem com o novo traçado urbano” (BEZERRA, 2002, p. 21).

Conforme Moreira (1999, p. 11),

a abertura de estradas e os meios de comunicação mais rápidos [...] impulsionaram e fortaleceram a especulação no mercado imobiliário [...] O turismo sazonal de verão, passa a contar além das elites locais, com a presença maciça de turistas vindos de outras cidades e do exterior [...] capitais locais e adventícios passam a explorar esta procura, construindo grandes empreendimentos. [...] Estes processos provocaram a especulação e procura a terrenos em toda a ilha. [...] A aproximação da cidade pela abertura e pavimentação de diversas rodovias [...] trouxe [também] o morador permanente de baixa e média renda, que está ligado a atividades na cidade de Florianópolis.

Nos anos de 1970, com a instalação das Centrais Elétricas do Sul do Brasil – ELETROSUL, cerca de dois mil engenheiros vieram residir na capital (TRINDADE, 2004). A implantação da sede da ELETROSUL repercutiu em mudanças na dinâmica imobiliária da área, tendo em vista o alto poder aquisitivo de seus funcionários (LOPES, 2005b). “Para regulamentar esta nova dinâmica, imposta pelas modificações ocorridas na cidade, foi aprovada em 1974 uma lei regulamentando os loteamentos, desmembramentos e arruamentos da cidade, a qual procurou regular o processo de crescimento da cidade” (LOPES, 2005b, p. 13).

Conforme Rocha (1998, p. 28)

As funções de sede administrativa passam a ter maior importância que as atividades comerciais, sendo o porto desativado na década de 70. Foi necessária, uma reestruturação da cidade, a fim de adaptar-se às novas funções e ao incremento populacional que se deu em decorrência das novas demandas por trabalhadores qualificados.

O fato de ser uma capital de Estado trouxe a Florianópolis consequências institucionais com reflexos significativos, no que se refere à gestão urbana. “Durante muitas décadas, particularmente no período militar, estabeleceu-se uma espécie de unificação da administração local com a administração estadual, fazendo do município um agente passivo” (SOUZA, 2004, p. 130).

De acordo com Souza (2004, p. 130):

No período anterior à privatização de estatais [anos de 1980], as infra-estruturas de energia, água, esgoto e telecomunicações eram executadas por empresas públicas estaduais, e as de transportes, trânsito, educação e saúde compartilhadas com órgãos estaduais e federais, sobre os quais o Município tinha pouquíssima ingerência, cabendo a ele gerenciar apenas as vias urbanas, a micro-drenagem e a coleta e disposição final de lixo, funções que ainda hoje se mantém.

Segundo Souza (2004) a municipalização da infra-estrutura comunitária evidenciada no bojo dos princípios da Constituição de 1988, embora seja louvável, especialmente aquelas que vieram acompanhadas de transferências obrigatórias como saúde e educação por melhorar a sustentabilidade social do município, evidencia-se também por práticas questionáveis.

Tais questionamentos fazem-se em meio à insuficiência de recursos e a Lei de Responsabilidade Fiscal, implicando na não permissão de ampliação dos gastos com pessoal e manutenção. Neste sentido, “os serviços comunitários como saúde, educação e implantação de áreas de verde de lazer não conseguem acompanhar a demanda qualitativa gerada pelo processo de urbanização, tornando inócuo o poder dado ao Executivo local” (SOUZA, 2004, p. 131).

Sob um processo de desaceleração econômica, a década de 1980 se configurou pela diminuição dos investimentos do Estado no espaço urbano. Florianópolis se transformou em locus de investimentos do setor privado, na consolidação do espaço urbano e do turismo local, com expressivo crescimento do setor norte da Ilha (LOPES, 2005b).

Em meados da década de 1980 verifica-se a intensificação do fenômeno turístico na Capital, inscrevendo-a em um contexto de significativas e novas transformações, tanto no locus paisagístico e cultural, quanto urbano.

Este fenômeno altera a fisionomia urbana, implementando condições de valorização do produto turístico como hotéis, restaurantes, loteamentos, casas de segunda residência ou de aluguel, principalmente aquelas mais próximas da orla. [Desta forma], sem reduzir o crescimento urbano no centro principal e histórico de Florianópolis, expandiram-se os demais núcleos urbanos, convertendo a urbanização num fenômeno polinucleado e descentralizado, exigindo ajustes, melhorias e a criação até de condições de sobrevivência para muitos segmentos excluídos do processo (FLORIANÓPOLIS, 2002f, p. 26,28).

Depreende-se, portanto, que o município de Florianópolis, não menos diferente de outras cidades de grande porte¹³, desvela-se por um crescimento urbano acelerado intensificado pelas grandes obras viárias e sedes de empresas estatais das décadas de 1960 e 1970, e emergência do turismo na década de 1980.

Outro fator que contribuiu para a intensa expansão urbana de Florianópolis foi a especialização no setor terciário, a partir da década de 1990, confirmando a seletividade qualitativa dos serviços financeiros e técnicos especializados. Segundo o Censo Demográfico do ano de 2000, realizado pelo IBGE, a população florianopolitana atingiu um total de 342.315 habitantes. “Nos últimos anos 90 a população, teve um acréscimo absoluto de 86.955, ou seja, Florianópolis cresceu 34% , fruto da combinação entre entrada populacional por migração e crescimento vegetativo” (FLORIANÓPOLIS, 2003a, p. 7).

Este processo desenvolveu-se também, em meio à emergência de uma gama de organizações populares na cidade, podendo-se elencar entre tais organizações o Centro de Apoio e Proteção ao Migrante (CAPROM), o Centro de Evangelização e Educação Popular (CEDEP), União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (UFECO) e o Centro de Evangelização, Catequese e Assessoria (CECA) e inúmeras associações de bairro (FANTIN, 1997).

Segundo Camargo (2004, p. 24),

entre os anos de 1989 e 1993, por força da pressão social e da mobilização popular, com o apoio de movimentos ligados à moradia para população de baixa renda, a prefeitura voltou a intervir na questão habitacional, realizando um cadastramento das áreas consideradas de interesse social e a caracterização sócio-econômica dos moradores dessas áreas, obtendo como resultado desse trabalho, um documento intitulado “Perfil das Áreas Carentes de Florianópolis”. Este documento teve como objetivo oportunizar o conhecimento da real situação do município e servir de base informativa para a viabilização de soluções para essa questão. Através desse documento foram identificadas no município 46 áreas de interesse social sendo destas, 29 encontram-se situadas na ilha e 17 no continente. Nessas áreas estimou-se que viviam na época cerca de 32 [32.202] mil pessoas com perfil sócio-econômico abaixo da linha da pobreza.

¹³ Compreendem uma população entre 101.000 até 900.000 habitantes, e por caracterizarem-se como áreas de oportunidades de emprego e sedes de serviços mais especializados e públicos com maior infra-estrutura, congregam grande número de habitantes migrantes de regiões onde as oportunidades são mais escassas e demandatários por serviços das várias áreas de políticas públicas, exigindo uma rede assistencial mais complexa e diversificada imbuída de serviços de proteção social básica e bem como uma ampla rede de proteção especial elucidada em nível de média e alta complexidade (BRASIL, 2004).

LOCALIZAÇÃO	NÚMERO DE FAMÍLIAS		NÚMERO DE PESSOAS	
	Total	Carentes	Total	Carentes
Ilha	5.578	3.594	24.139	15.539
Continente	4.760	3.643	21.561	16.663
Total	10.338	7.237	45.700	32.202

Quadro 5: Localização das áreas carentes de Florianópolis; número de famílias; e número de pessoas
 Fonte: Centro de Estudos Cultura e Cidadania – CECCA. Perfil Áreas Carentes (Ilha e Continente). Florianópolis, IPUF, Julho de 1993. In: <http://www.agrorede.org.br/ceca/dados/CARENTES.html>. Acesso em 29 de abril de 2007.

Para Marques (2006, p. 40) “O processo de cadastramento das áreas foi realizado a partir da grande demanda, que estava se estabelecendo no município em decorrência do crescimento populacional que, como em outras capitais brasileira, fez-se palco do caminho migratório de milhares famílias”. Conforme Trindade (2004, p.10),

[...] no final dos anos 80 e início da década de 90, Florianópolis sofreu uma migração intensa de trabalhadores (as) pobres e suas famílias, agravada principalmente pelo êxodo rural. A exemplo de outras cidades brasileiras, buscavam na capital melhores condições de sobrevivência. Os migrantes, a maioria vindas do oeste catarinense, chegaram aqui sem ter qualquer perspectiva de emprego. A maioria destas famílias acabavam por ocupar um pedaço de terra para construir casebres com pedaços de madeira e tábuas, seja em encostas de morro, na periferia da cidade ou ao longo de rodovias. Locais que não possuíam qualquer infra-estrutura e que em pouco tempo transformaram-se em favela.

De acordo com o Perfil das Áreas Carentes de Florianópolis (1993, apud CECCA, 2007) as famílias que compõem as áreas carentes de Florianópolis em sua parte insular são oriundas principalmente do Planalto Serrano, Florianópolis, Oeste do Estado, Sul do Estado, Grande Florianópolis, outros Estados (RS e PR), Norte do Estado e Vale do Itajaí. Já na parte continental do município, a origem das famílias faz-se principalmente do Oeste do Estado, Planalto Serrano, Florianópolis, Grande Florianópolis, Sul do Estado, outros Estados (RS e PR), Vale do Itajaí, Norte do Estado.

Na contemporaneidade, Florianópolis assume diversas “funções bem mais complexas de capital administrativa, pólo turístico nacional, setor terciário especializado, acumulando vantagens locacionais, com indicativos crescentes de atratividade para atividades de tecnologia, auxiliada pela presença e atuação das universidades existentes” (FLORIANÓPOLIS, 2002f, p.32).

Conforme o levantamento do IPUF,

[...] de 1992, Florianópolis tinha cerca de 46 comunidades carentes, das quais 28 estavam localizadas na ilha e 18 no continente, abrangendo 32.000 [32.202] pessoas aproximadamente (13% da pop. total). Esses dados foram atualizados em 1997 através de uma pesquisa por amostragem realizada pelo Departamento de Desenvolvimento Social que estimou uma população de 40.283 pessoas, correspondendo então a 15% do total da população (IBGE-1996). Ou seja, em 5 anos houve um crescimento de 2% dos moradores das áreas carentes do município em relação ao número total de habitantes. Estima-se que o déficit habitacional do município para as classes de baixa renda esteja atualmente em mais de 10 mil moradias novas (Agenda 21, 2000) (Qualidade de vida e cidadania, 2000, p. 56).

ANO	FLORIANÓPOLIS
1970*	138.337
1980*	187.871
1992	260.593
1997	285.279
2000	342.315

Quadro 6: População residente em Florianópolis entre os anos de 1970 a 2000.

Fonte: Fundação IBGE - *Censo Demográfico de SC, 1991 Anuário Estatístico de SC – 1995.

* Contagem IBGE. In: População Residente do Aglomerado Urbano de Florianópolis, 1970 a 2000. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/index.php?link=perfil&sublink=demografia#Unidades>. Acesso em 13 de maio de 2007.

Durante palestra, ministrada no Curso de Regularização Fundiária e Urbanística de Assentamentos Subnormais¹⁴ (ANEXO G) em outubro de 2006, o engenheiro sanitarista Elson Bertoldo dos Passos referenda que sob tal contexto, conforme dados oficiais da Prefeitura Municipal de Florianópolis, em 2006 verificou-se a existência de 65 assentamentos precários no município, estimando-se 65 mil habitantes, correspondendo, portanto a 16% de sua população total, uma vez que a população estimada para o referido ano faz-se sob o número de 406.564¹⁵ habitantes.

Sob a premissa de desenvolver ações voltadas especialmente para as áreas sociais (SILVA, 2004), Dário Elias Berger, filiado ao Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB), assume o poder executivo municipal da capital catarinense no ano de 2004.

Para muitos eleitores [...] Dário Berger representou a possibilidade de “mudança” em Florianópolis. [...] durante a campanha, parte do

¹⁴ Promovido pela Prefeitura Municipal de Florianópolis em parceria com Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, Programa Habitar Brasil BID e Ministério das Cidades. Ver Anexo G.

¹⁵ Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Acesso em 29 de abril de 2007.

empresariado que havia sido rejeitado pela então prefeita Ângela Amim, apoiou o candidato do PSDB. Esses candidatos viram na candidatura tucana a oportunidade de alternância de poder, ou seja, mudar o grupo que comandava a prefeitura da capital catarinense, porém, sem mudar princípios econômicos e sociais (SILVA, 2005, p.39).

Entretanto, no tocante à questão habitacional, evidencia-se que as decisões sobre o desenvolvimento e a gestão urbana de Florianópolis fazem-se de forma limitada, caracterizada pela “carência de uma política de desenvolvimento urbano integrado e com uma visão de longo prazo” (SOUZA, 2004, p.132), e pela pouca abrangência das ações desenvolvidas.

No que concerne o sistema decisório, Souza (2004) elucida que as resoluções das questões de gestão urbana em sua maioria ficam sob o poder decisório nos “níveis Estadual e Federal, deixando o município à mercê das decisões tomadas nas escalas hierarquicamente superiores” (SOUZA, 2004, p. 131).

Todavia, cabe destacar que, as decisões sobre o desenvolvimento e gestão urbana de Florianópolis ainda passam pela apreciação de um sistema decisório não-formal, que envolve uma gama de sujeitos sociais dos setores público¹⁶, privado¹⁷ e comunitário¹⁸ do Município. Souza (2004).

No que concerne à administração pública municipal, pode-se reportar a sua Lei Orgânica explicitado-se, portanto, seu Capítulo V, Da Administração, dispondo-se o

Artigo 17º: A Administração Pública Municipal é formada dos órgãos integrados na estrutura administrativa da Prefeitura e de entidades dotadas de personalidade jurídica própria, compreendendo:

I - órgãos da Administração Direta;

II - entidades da Administração Indireta dotadas de personalidade jurídica própria:

a) autarquias;

- Empresas públicas;
- Sociedades de economia mista e suas subsidiárias;
- Fundações. (Florianópolis, Lei Orgânica do Município, 1990).

¹⁶ Destacam-se vereadores e outros políticos que a pedido de seus representados, fazem pressão para liberações de obras e projetos pelo Executivo ou propõem mudanças na legislação de uso do solo para atingir seus fins. (SOUZA, 2004, p. 131).

¹⁷ Não costuma exercer influência direta nas decisões do Executivo, porém atua indiretamente através de canais políticos e das entidades empresariais de classe ou, diretamente, junto aos setores de licenciamento e controle, para influir na liberação de projetos específicos. (SOUZA, 2004, p. 131).

¹⁸ Atua coletivamente através de suas entidades, especialmente as Associações de Moradores e ONGs ambientais. (SOUZA, 2004, p. 131).

Sob esta disposição, o Executivo Municipal apresenta-se em uma estrutura organizacional formal (ANEXO H), de decisão que, partindo do prefeito, assessorado pelos diversos conselhos, chega aos órgãos operacionais da administração direta e indireta formando a administração local denominada de Colegiado Municipal.

Ainda no que concerne à Administração Pública Municipal de Florianópolis, compreendida como um dos órgãos da Administração Direta, faz-se relevante evidenciar a Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental (SMHSA), através da Lei nº 158 (ANEXO I), de 18 de fevereiro de 2005, desmembrou-se da Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Família e Desenvolvimento Social.

A estrutura organizacional da SMHSA está subdividida da seguinte maneira: Secretário, Secretário Adjunto, Assessor Especial para Habitação, Assessor Especial para Saneamento, Assessor de Planejamento, Assessor de Projetos, Assessor Administrativo e Financeiro.

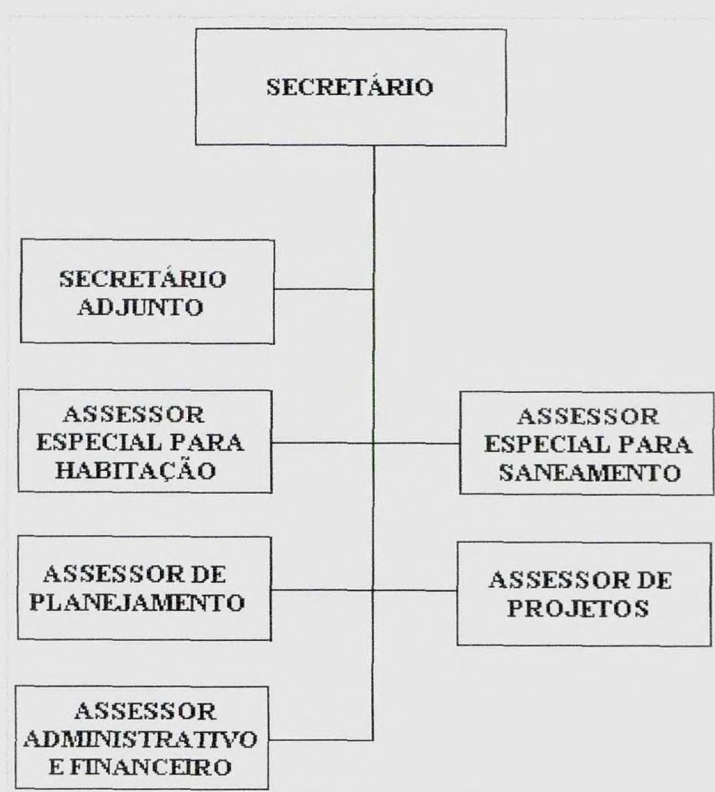


Figura 6: Secretaria Municipal da Habitação e Saneamento Ambiental

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/organograma/smhsa.htm>. Acesso em 20 de maio de 2007.

Segundo Marques (2006, p. 45) estrutura organizacional da SMHSA “demonstra ser superficial, não delineando seu quadro executivo/estratégico, operacional e o seu instrumento

de gestão partilhada [...] já existente [...] denominado Fundo de Habitação e Integração Social, que já possui um conselho gestor, entretanto, sua reestruturação não foi aceita”.

Considerando a complexidade desta Secretaria, o corpo técnico sugeriu que sua organização seja composta de três esferas de gerenciamento: a de colegiado (Nível Político/Estratégico), que é a Secretaria da Habitação e Saneamento Ambiental, assim como a Secretaria Adjunta, Secretaria Executiva, assessoria de planejamento, assessoria jurídica, e quatro gerências: Saneamento Ambiental, Administração e Finanças, Projetos e Habitação. [Entretanto], devido ao veto, houve a necessidade de unir as Gerências de Habitação e a Gerência de Saneamento Ambiental [ocorrendo, portanto,] modificações na nova proposta para estrutura organizacional [...] (MARQUES, 2006, p. 45).

A SMHSA tem como objetivo gerenciar a Política de Saneamento do Município, bem como a Política Habitacional do mesmo, objetivando conforme Korc (2005, p. 15), “atender as demandas habitacionais da população moradora dos assentamentos precários do município”, ou seja, beneficiar as classes populares com melhorias no sistema viário, saneamento básico, construção de creches, moradias e áreas de lazer, entre outras.

Corroborando a efetividade dos objetivos propostos pelos órgãos municipais, neste contexto em especial o da SMHSA, evidencia-se o Ministério das Cidades o qual

deverá estabelecer linhas de financiamento e programas que serão detalhados e implementados localmente, decorrentes de processos locais e estaduais de planejamento, inscritos e consolidados em planos municipais e estaduais de habitação de interesse social, respeitando-se as peculiaridades de estados e municípios, de forma que a execução da política seja descentralizada, promovida pela cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios (BRASIL, 2004b, p. 17).

No que se refere às demandas atendidas pela Secretaria Municipal da Habitação e Saneamento Ambiental, estas evidenciam-se sob déficits habitacionais e inadequações de domicílios da população moradora dos assentamentos precários do município, marcadas pela carência de infra-estrutura, sistema de iluminação elétrica, rede geral de esgotamento sanitário e abastecimento de água, entre outros serviços básicos, bem como inadequações e irregularidades fundiárias, dentre outras demandas correlatas a questão habitacional.

ILHA	CONTINENTE
Saneamento	Urbanização
Melhorias habitacionais	Saneamento
Melhorias habitacionais	Melhorias habitacionais
Urbanização	Regularização da posse
Regularização da posse	Iluminação pública
Contenção de encostas	Vagas nas creches
Coleta de lixo	Áreas para recreação infantil
Vagas nas creches	Coleta de lixo
Iluminação pública	Atendimento em posto de saúde
Telefone público	Telefone público

Quadro 7: Principais carências de infra-estrutura e outros serviços básicos

Fonte: Centro de Estudos Cultura e Cidadania – CECCA. Perfil Áreas Carentes (Ilha e Continente). Florianópolis, IPUF, julho de 1993. Disponível em: <http://www.agrorede.org.br/ceca/dados/carentes.html>. Acesso em 29 de abril de 2007.

Em que pese o desenvolvimento de ações por parte do poder público local, de caráter pontual e fragmentado, bem como a ausência de uma efetiva Política Habitacional para o município, tais elementos corroboram para o agravamento da questão habitacional, como veremos a seguir.

2.2 O Habitar Brasil BID na PMF, Secretaria Municipal da Habitação e Saneamento Ambiental (SMHSA): composição, objetivos e desenvolvimento

A primeira intervenção da Prefeitura Municipal de Florianópolis no *locus* habitacional fez-se presente significativamente somente em 1978 com o Projeto Sapé, atendendo 85 famílias de baixa renda, as quais residiam em encostas do Morro da Cruz, Bairro da Agrônômica.

Todavia, decorrente da deficitária estrutura institucional da Prefeitura Municipal de Florianópolis, para prosseguimento das atividades, estas foram assumidas pela Companhia de Habitação (COHAB/SC).

A COHAB/SC foi quem por muitos anos assumiu o papel no provimento de habitação popular na Região, especialmente através de programas de construção de conjuntos habitacionais populares ou de regularização fundiária em áreas de interesse social.[...] Entre os anos de 1978 a 1989 a Prefeitura Municipal deixou de atuar na questão habitacional, voltando apenas em 1990, por força da pressão social e mobilização popular, com o apoio de movimentos ligados à moradia para a população de baixa renda,

como o Centro de Apoio ao Migrante (CAPROM), Centro de Educação e Evangelização Popular (CEDEP), organizações de moradores vinculados à Comunidade Eclesiástica de Base (CEBs), e a assessoria inclusive por acadêmicos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (MARQUES, 2006, p. 38).

Como mencionado anteriormente, o Município realizou um cadastramento das áreas consideradas de interesse social, bem como a caracterização sócio-econômica dos seus moradores, resultando no Documento “Perfil das Áreas Carentes de Florianópolis”. Este documento fundamentou as discussões e elaborações de novos projetos habitacionais para o Município.

Concomitante ao referido documento “foi criado o Fundo Municipal de Integração Social (FMIS), (ANEXO J), instrumento de natureza contábil, com a responsabilidade de financiar os empreendimentos e ações nas áreas de habitação e desenvolvimento social” (CAMARGO, 2004, p. 24).

Diante de um contexto caracterizado por complexas situações habitacionais e adensado por força de pressão social e mobilização popular, no final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, a Prefeitura Municipal de Florianópolis passa a desenvolver atividades voltadas à questão habitacional.

Implantado entre os anos de 1989 e 1992, o Projeto Ilha Continente teve por objetivo a regularização da posse da terra no loteamento Jardim Ilha Continente em Capoeiras. Tal projeto beneficiou 144 famílias. (FLORIANÓPOLIS, 2000).

O Projeto Serrinha II, desenvolvido em 1990, objetivou solucionar conflito de ocupação de áreas particulares que haviam entrado com processo de reintegração de posse. O projeto foi implantado na Comunidade Serrinha atendendo 60 famílias (FLORIANÓPOLIS, 2000).

No ano de 1992, a intervenção municipal ocorreu por meio do Projeto Nova Esperança. Contou com a participação dos moradores na construção das casas, além de técnicos da Secretaria da Habitação do Estado, da COHAB/SC, da Companhia de Melhoramento da Capital (COMCAP), do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) e da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social (MARQUES, 2006).

Este projeto foi implantado em uma área localizada entre o Conjunto Panorama e a Vila Santa Terezinha II, para atender 50 famílias que haviam ocupado uma área pública do município. (FLORIANÓPOLIS, 2000).

Desenvolvido entre os anos de 1996 e 1999, o Conjunto Vila União, implantado na Vargem do Bom Jesus em Ingleses, foi subdividido em duas etapas, sendo que inicialmente

foram construídas 16 moradias em resposta à ação da Promotoria Pública, que determinou a Prefeitura a remoção das famílias de baixa renda que ocupavam uma área pública, no Balneário de Canasvieiras e uma área de preservação ambiental no Morro da Cruz. No ano de 1999, dando continuidade ao referido Projeto, a Prefeitura implantou mais 159 moradias, objetivando então contemplar famílias vítimas das enchentes de 1995, em Florianópolis, e remover ainda outras das margens da Via Expressa (BR 282). (FLORIANÓPOLIS, 2000).

Em 1997, o Projeto Chico Mendes compreendendo as comunidades do Chico Mendes, Novo Horizonte e Nossa Senhora da Glória, contou com a construção de 140 moradias e equipamentos comunitários, que fizeram-se consubstanciados com a administração dos recursos oriundos do OGU, através do Programa Habitar Brasil (HB). (FLORIANÓPOLIS, 2000).

Entre os anos de 1998 e 2000, o Projeto Vila Cachoeira, localizado junto à Rodovia Virgílio Várzea, Saco Grande, foi implantado com o objetivo de reassentar parte das famílias da Via Expressa (BR 282). Assim, o Município, no ano de 2000, edificou 205 habitações, contando também com recursos oriundos do OGU, por meio do então Programa Habitar Brasil (HB) (MARQUES, 2006).

No ano de 1999, a Prefeitura Municipal de Florianópolis em parceria com a COHAB/SC, construiu o Conjunto Abrão que beneficiou parte da população também removida da Via Expressa (MARQUES, 2006, p. 42).

No ano 2000, objetivando atender famílias de renda mensal entre 05 e 10 salários mínimos, são criados os projetos Caminho do Mar e Vilares, que edificaram um total de 430 habitações, efetivadas a partir da parceria da CEF, provedora dos recursos financeiros do Programa Crédito Associativo do FGTS e Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Conforme se pode evidenciar no quadro 8, até o ano de 2000, o número de habitações produzidas pela Prefeitura Municipal de Florianópolis contabilizava-se em 1.466 unidades habitacionais, suprimindo, portanto, 0,428% do déficit habitacional do município. Entretanto, o suprimento de tal déficit não se fez suficiente, uma vez que o déficit habitacional neste mesmo período foi considerado de 2,921 % o que corresponde à deficiência de 10.000 mil unidades habitacionais.

PROJETO	PERÍODO	NÚMERO DE UNIDADES
Sapé	1978	85
Ilha Continente	1992	144
Serrinha II	1990	60
Nova Esperança	1992	50
Vila União – 1ª Etapa	1996	16
Vila União – 2ª Etapa	1999	159
Chico Mendes	1999	140
Vila Cachoeira	2000	205
Conjunto Abrão	1999	177
Caminho do Mar	2000	150
Vilares	2000	280
Total	21 anos	1.466

Quadro 8: Número de habitações produzidas pela Prefeitura Municipal de Florianópolis

Fonte: Secretaria de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social, 2002 In: FLORIANÓPOLIS, Programa Habitar Brasil – BID. Projeto Bom Abrigo Mocotó. 2003, p.18.

No ano de 1998, diante da “importância de se estruturar políticas e programas, assim como instituir um órgão gestor para dar encaminhamento a estas demandas, dentro dos princípios básicos de manutenção e construção de uma cidade com qualidade de vida e respeito as suas características ambientais” (FLORIANÓPOLIS, 2006b, p.10), o Município assumiu o desenvolvimento de uma Política Habitacional, cujo objetivo geral evidencia-se por “universalizar o acesso à moradia, com a melhoria das condições de habitabilidade, de preservação ambiental e de qualificação dos espaços urbanos, avançando na construção da cidadania” (FLORIANÓPOLIS, 2002, p.57).

Como já mencionamos, “o Programa Habitar Brasil (HB) foi lançado em nível nacional no governo do então Presidente da República, Itamar Franco, no intuito de implementar a urbanização nos assentamentos subnormais” (KORC, 2005), sendo Florianópolis o município precursor no Brasil a assinar o convênio do referido Programa no ano de 2000.

Como referendado anteriormente, sua implementação fez-se vinculada inicialmente ao Departamento de Desenvolvimento Social e Secretaria Municipal de Saúde. Posteriormente, com o surgimento de problemas de ordem estrutural e gerencial, por parte de tais órgãos, no ano de 2001 foi criada a Secretaria Municipal de Habitação, Transporte e Desenvolvimento Social, Lei nº 5831, de 21 de março do referido ano, que tinha por objetivo “atender as demandas na área habitacional, articuladas com a área social e de geração de trabalho e renda”.

Tendo em vista um significativo número de assentamentos precários a Prefeitura Municipal de Florianópolis deu início, em 30 de junho de 2000, na Região Chico Mendes, ao Subprograma de Urbanização de Assentamentos Subnormais (UAS), sendo este um dos componentes do Programa Habitar Brasil BID.

Cabe ressaltar, que esta foi a primeira intervenção concernente à nova formulação da Política Habitacional, com a construção de 361 moradias na comunidade do Chico Mendes, bem como “melhorias em algumas habitações e de infra-estrutura, pavimentação, equipamentos comunitários, regularização fundiária e recuperação ambiental, tudo associado ao Projeto de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social, conforme previsto no BID” (MARQUES, 2006, p. 44).

Destaca-se também que, em 2001, a Comunidade do Morro do Mocotó foi inserida ao Projeto de Urbanização de Assentamentos Subnormais, uma vez que se inscrevia aos padrões exigidos pelo HBB.

Diante da exigência do Programa Habitar Brasil (HB) e concomitante às demandas existentes no trato à questão habitacional do município, desvelando-se a necessidade de uma Política Habitacional continuada e abrangente por parte do poder público, evidenciou-se a criação da Unidade Executora Municipal – UEM.

Conforme estabelecido no Regulamento Operacional do Programa, o Município deverá constituir uma UNIDADE EXECUTORA MUNICIPAL - UEM, que será responsável pela elaboração e implementação dos projetos e ações dos Subprogramas de Desenvolvimento Institucional - DI e de Urbanização de Assentamentos Subnormais – UAS. Essa Unidade pode estar inserida em qualquer órgão da administração municipal sendo, no entanto, preferencial, sua localização na área responsável pelo planejamento urbano ou na área responsável pela Política Habitacional (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2000a, p. 1).

Em 2002, diante de um cenário com inúmeras dificuldades, em relação ao encaminhamento das atividades do projeto, entre estas:

- as ações de remanejamento não tinham sido antecipadas em relação ao início das obras, dificultando a disponibilização de espaços para as obras, demandando em grande atraso;
- as ações de remanejamento estavam ocorrendo de forma desordenada, sem planejamento e principalmente sem gerenciamento;
- não havia integração entre a equipe de obra e a equipe social que tratava das ações de remanejamento;

- não havia planejamento geral da execução do projeto como um todo, o que, dada a sua complexidade, comprometia a eficácia e eficiência das ações;
- a deficiência na estrutura administrativa em termos de apoio logístico, também se apresentava e ainda se apresenta como fator dificultador;
- a dificuldade de integração e articulação entre as várias secretarias envolvidas na execução, também era outro significativo problema;
- atrasos no pagamento das faturas das obras decorrentes de problemas na estrutura administrativa interna para realizar os procedimentos de gestão financeira pertinentes ao Programa HBB e também pelo atraso no repasse dos recursos vinculados (PASSOS, 2003, 27),

O Subprograma de Urbanização de Assentamentos Subnormais (UAS), passou a contar com 04 Grupos Executivos, onde se buscou organizar as ações do projeto por conjuntos de afinidades sendo estes: de Obras; de Regularização Fundiária; Social; e de Remanejamento. Este último desenvolve atividades

[...] relacionadas ao remanejamento dos moradores atingidos diretamente pelas obras, abrindo espaços para execução das mesmas, quais sejam: identificação das famílias atingidas; identificação das suas moradias; verificação dos cadastros; qualificação das moradias atingidas [...]; avaliação das moradias atingidas; negociação com os proprietários; indenização das benfeitorias aos moradores; remoção das famílias, demolição, carga e transporte das moradias atingidas (KORC, 2005, p.18).

Segundo as diretrizes do BID, que versam sobre o remanejamento e/ou reassentamento de famílias, alguns princípios devem ser respeitados:

Adoção de todas as medidas possíveis para evitar ou reduzir ao mínimo a necessidade de reassentamento de famílias; Na impossibilidade de se manter as famílias no assentamento original, deverá ser preparado um plano de reassentamento que assegure que as famílias afetadas sejam indenizadas e reassentadas de maneira equitativa e adequada. Está fundamentado também nos conceitos, pressupostos, princípios e diretrizes da **Política Nacional de Habitação** – que estabelece: O cidadão deve participar da escolha da melhor alternativa de produção e de acesso a moradia (...). Nas ações envolvendo a necessidade de remoção de moradores de habitações ou áreas que apresentem impossibilidade de permanência dos habitantes no local, deve assegurar-se, o respeito aos direitos humanos, tendo em conta que as pessoas sem moradia não devem ser penalizadas pôr sua condição (...). As transferências devem compreender a disponibilidade de alternativas apropriadas para realocação em áreas próximas às moradias anteriores... (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2000b, p. 33).

Importante destacar que “a negociação é a fase mais significativa do processo de remanejamento; da sua conclusão depende a efetivação dos procedimentos posteriores, cujo

mais importante está representado pela remoção” (PASSOS, 2003, p. 34). Dada a sua significação, far-se-á a seguir, a exposição das ações desenvolvidas pela Comissão de Negociação na PMF.

2.3 A Comissão de Negociação: o que diz a pesquisa documental

Entende-se aqui que a negociação

[...] é feita entre pessoas que normalmente têm opiniões ou interesses diferentes a respeito de um determinado assunto. É política porque as pessoas vão ao encontro uma das outras e usam sua capacidade de dialogar e trocar idéias para solucionar um conflito ou atingir um objetivo. É um processo porque é composta de uma seqüência de etapas que conduzem a um resultado. [...] A negociação ocorre ao longo de um período e é composta de uma série de ações seguidas. Pode-se dizer que **começa** quando as pessoas envolvidas decidem debater um determinado assunto e **não termina** no momento em que elas tomam uma decisão a esse respeito. Ao contrário do que se imagina, o processo de negociação continua durante todo o tempo em que as partes envolvidas vão sentir os efeitos dessa decisão (JUNQUEIRA, 2004, P. 01).

Para Passos (2003, p. 01) o remanejamento “se apresenta altamente complexo e com grande grau de dificuldade de execução, dado o grande número e diversidade de ações envolvidas e também porque os resultados advindos determinam implicações diretas na vida das pessoas, gerando ansiedade e alto nível de conflitos”. Desta forma, a compreensão do processo de negociação atrela-se as ações inerentes ao processo de remanejamento.

Diante deste entendimento e remetendo-o ao contexto do remanejamento das famílias atingidas pelo HBB/Região Chico Mendes (constitui esta Região as Comunidades: Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória e Novo Horizonte) e Comunidade Morro do Mocotó o processo de negociação constitui-se como uma das etapas do remanejamento.

Para compreendermos como este vem acontecendo na PMF/Secretaria Municipal da Habitação e Saneamento Ambiental, realizou-se a pesquisa documental em relatórios de desempenho mensal e trimestral do Trabalho de Participação Comunitária, desenvolvidos na Região Chico Mendes entre janeiro de 2001 e fevereiro de 2007, e Comunidade Morro do Mocotó entre julho de 2005 e novembro de 2005, (período em que efetivaram-se os procedimentos para as audiências de negociação nesta Comunidade). Foram também pesquisadas as atas das reuniões do Grupo Executivo de Remanejamento, nestes mesmos períodos.

Conforme documentos, o processo de negociação teve início com a identificação das famílias a serem beneficiadas pelo HBB. Na Região Chico Mendes, a definição das famílias

foi realizada por uma equipe técnica multidisciplinar, técnicos sociais e técnicos de obras que atuavam na comunidade. Estes técnicos hierarquizaram as famílias com base nos seguintes critérios: “casas em situação de risco e/ou de precariedade previstas para a reconstrução; casas localizadas na área prevista para abertura de ruas de acesso às residências [...]; casas localizadas em áreas destinadas a implantação de espaços de uso comunitário [...]” (KORC, 2005, p. 20).

Na Comunidade Morro do Mocotó a definição das famílias beneficiadas pelo programa foi realizada pela empresa paulista Diagonal Urbana Consultoria (EDU)¹⁹, no ano de 2001, que concomitantemente executou uma pesquisa no intuito de identificar o perfil sócio-econômico da referida comunidade. Segundo Korc (2005, p. 23,24),

tais informações foram repassadas à Secretaria Especial de Desenvolvimento (SEDU) sem a participação e intervenção dos técnicos da Prefeitura [...]. Na oportunidade foi realizada a coleta de assinaturas do Termo de Adesão, o qual, retratava quais moradores aderiam ao projeto apresentado. [...] O projeto foi licitado, sendo que a empresa vencedora apresentou proposta acima do orçamento disponibilizado, implicando cancelamento do processo. [...] No final de 2003 houve o recadastramento das famílias, desta vez aplicado pelos técnicos e estagiários da então Secretaria de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social. Naquela oportunidade foram identificadas novas famílias com necessidades habitacionais, em razão da deterioração das suas casas. A morosidade na implantação do projeto habitacional determinou o prosseguimento de nova clientela.

Entretanto, as construções das casas somente tiveram início no primeiro semestre de 2005. As famílias beneficiadas apresentavam a seguinte situação de moradia: 15 em situação de risco; 13 coabitações e 10 alugueis. De acordo com Korc (2005, p. 24,25),

a equipe técnica retomou o contato com as famílias anteriormente definidas para serem beneficiadas. Houve desistência por parte de algumas famílias e adesão de outras. [...] um dos aspectos que motivou as famílias a desistirem do projeto, além da morosidade, foi o fato de terem que sair do local onde estavam formados os vínculos de vizinhança, de amizade, de articulação, de confiança. [...] A Comissão de Negociação conviveu com impasses pois, a construção das unidades habitacionais estava em fase conclusiva e a documentação que integra o processo não estava totalmente concluída para a efetivação da negociação.

Na Região Chico Mendes, após a identificação das famílias incluiu-se ao processo o Cadastro Sócio-Econômico (ANEXO K), aplicado nos anos de 1998 e 2000, no qual constam

¹⁹A empresa foi contratada pela gestão municipal anterior, uma vez que a então prefeita Ângela Amin em viagem a São Paulo teve conhecimento das ações de consultoria desenvolvidas por esta em comunidades que receberiam programas de desenvolvimento urbano e sócio-ambiental.

o nome da comunidade, o número da casa, o setor, nome dos moradores e demais informações referentes ao projeto. Inclui-se também ao processo, a cópia do Termo de Adesão (ANEXO L), o qual justifica a aquiescência da família em participar do Programa.

Considerando a mobilidade das famílias e o período temporal entre o preenchimento do Cadastro Sócio-Econômico e a concretização das obras, o corpo técnico social, à medida que se desenvolvia o projeto, realizou visitas domiciliares a fim de preencher a ficha de identificação da família (ANEXO M), constando informações atualizadas da família que residia no referido imóvel. Entre os dados atualizados verificou-se a composição familiar, já que este dado define a metragem e o tipo da casa a ser entregue a família.

Concomitante ao preenchimento da ficha de identificação da família foi efetuado, por técnicos de obras, o registro das características da casa (madeira, alvenaria, mista), que, junto ao registro fotográfico, fomentaram a elaboração do croqui e caracterização da habitação.

Embasando-se no croqui, nas informações da habitação (ANEXO N) e nas fotografias, o engenheiro civil membro da Comissão Especial de Avaliação dos Imóveis da Região Chico Mendes (Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória e Novo Horizonte), Vila Aparecida e Morro do Mocotó, Comunidade Vila do Arvoredo e outros, confecciona o Laudo de Avaliação (ANEXO O), contendo a metragem da habitação, o valor do metro quadrado, e o valor da benfeitoria, devidamente datado.

Após a confecção do Laudo de Avaliação, o processo contendo todos os elementos acima citados é encaminhado à assistente social e ao técnico em edificações, membros da Comissão de Negociação. Estes fazem o agendamento de cada família para a negociação e entrega a mesma, a Solicitação de Comparecimento contendo data, horário, e local marcados, bem como os documentos Carteira de Identidade (CI) e Cadastro de Pessoa Física (CPF).

Ao agendar a audiência de negociação, os membros da Comissão, assistente social e técnico em edificações, pré-estabelecem um período de trinta minutos para cada audiência, realizadas na sede da PMF, de forma individual, com a família proprietária da benfeitoria a ser expropriada.

No momento da audiência, os referidos membros da Comissão de Negociação recebem o documento de Solicitação de Comparecimento (ANEXO P); expõem o objetivo da negociação e solicitam os documentos de identificação (CI e CPF) dos proprietários da casa a ser negociada, conferindo-os e devolvendo-os aos mesmos.

A assistente social membro da Comissão de Negociação “preenche o Parecer Técnico Social (ANEXO Q), onde constam dados pessoais, composição familiar, motivo da negociação, breve histórico da família, com base nas informações da cópia do Cadastro, cópia

do Termo de Adesão e Ficha de Identificação da Família” (KORC, 2005, p. 33). No Parecer Técnico Social são também registrados as conclusões e encaminhamentos originários no momento da audiência de negociação.

O técnico em edificações, membro da Comissão de Negociação analisa as informações da habitação, o croqui e o registro fotográfico, devendo estas informações ser conferidas junto ao proprietário da benfeitoria a ser negociada.

Devem ainda ser repassadas às famílias envolvidas no processo de negociação, “informações sobre o projeto habitacional, o processo de remanejamento, as formas de pagamento das unidades habitacionais ou a forma de pagamento quando se tratar de indenização em parcela única” (KORC, 2005, p. 33). Referente à indenização em parcela única, o processo é encaminhado ao Setor Administrativo Financeiro, o qual providencia o empenho com o respectivo valor a ser pago. Confeccionado o cheque, a Comissão de Negociação “agenda a data do pagamento da indenização que deverá ser realizado no ato da desocupação e demolição da casa” (KORC, 2005, p. 34).

É necessário também informar à família que, se a mesma optar em permanecer na comunidade e receber uma unidade habitacional produzida pela Prefeitura Municipal de Florianópolis junto ao HBB, o valor da sua moradia é abatido no valor do financiamento da referida unidade habitacional.

Em ambas opções são elaborados respectivamente o Termo de Desapropriação Amigável (ANEXO R)²⁰, que deve conter a assinatura do(s) expropriado(s), das testemunhas (membros da Comissão de Negociação, que estavam presentes na audiência de negociação) e do FMIS, representado pelo secretário municipal da habitação e saneamento ambiental.

Na Região Chico Mendes as famílias que optaram em permanecer na comunidade, e receber uma unidade habitacional, foram removidas para o abrigo provisório, aguardando então a construção da mesma. Concernente à benfeitoria negociada, esta é demolida por empreiteiras contratadas pela PMF.

Em audiência em que não se efetiva o acordo, é reavaliado o valor, e realizada uma nova audiência de negociação. Permanecendo a ausência de acordo, a família é encaminhada à Carteira Habitacional e sucessivamente à Procuradoria Geral do Município.

²⁰ O Termo de Desapropriação Amigável era preenchido anteriormente por técnicos da Carteira Habitacional, atualmente esta atividade passou a ser desenvolvida pela estagiária em Serviço Social que acompanha a Comissão de Negociação.

Expostas, sucintamente, as etapas do processo de negociação, e para que se compreenda a materialização destas ações, serão apresentadas as informações colhidas junto à pesquisa documental, sistematizadas cronologicamente.

Constatou-se, via pesquisa documental que, na Região Chico Mendes, no ano de 2001, salientou-se a necessidade de ser estabelecido uma metodologia sistemática para a preparação das famílias envolvidas no processo de remanejamento, incluindo a convivência condominial e o retorno as habitações definitivas, sendo previstas ações de organização social das famílias, educação sanitária e ambiental, assistência social e inclusão destas em projetos de geração de renda (FLORIANÓPOLIS, 2001a).

Com a necessidade de reestruturação viária na Comunidade, as residências atingidas pela via receberiam indenização, bem como garantias de acesso a habitações para estas famílias (FLORIANÓPOLIS, 2001b) foi realizada a ordem de serviço para o início das obras do Projeto Chico Mendes através do Programa HBB. O começo das obras fez-se com a construção dos Abrigos Provisórios²¹, próximos à Região, para receber as famílias a serem removidas (FLORIANÓPOLIS, 2001c).

A primeira etapa das obras de habitação e infra-estrutura urbana aconteceu na Comunidade Novo Horizonte, denominada de Setor E. “O processo de coleta do Termo de Adesão foi realizado diretamente através da abordagem domiciliares por assistentes sociais e técnicos da área física, com excelente receptividade das famílias visitadas, ampliando a adesão para aproximadamente 77%” (FLORIANÓPOLIS, 2001c).

A Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), através de uma advogada, foi solicitada pela Comissão de Habitação das Comunidades da Região Chico Mendes, para acompanhar o processo de discussão do projeto e negociação com as famílias, na defesa dos interesses da comunidade. Dados do cadastramento; valores do financiamento; tamanho das unidades habitacionais; processo de avaliação das habitações e indenizações; sistema viário (dúvidas em relação ao traçado); equipamentos sociais previstos para a área foram alguns dos temas debatidos pela Comissão de Habitação das Comunidades da Região Chico Mendes e PMF. Num segundo momento a UFSC, por meio do Departamento de Arquitetura, passou a participar das discussões.

²¹ O local a serem construídos os abrigos foi cedido pela Polícia Militar de Santa Catarina, a fim de efetivar sua finalidade que é abrigar as famílias que aguardaram a construção das unidades habitacionais.

Ao todo, aconteceram quatro reuniões entre PMF, Comissão de Habitação, moradores das referidas comunidades e respectivas assessorias (Departamento de Arquitetura da UFSC e da OAB). Os temas discutidos continuaram centrados no início da etapa de preparação das famílias para o remanejamento, as situações dos abrigos provisórios (com relação o tamanho das famílias, distância dos recursos comunitários, entre outros), a questão do cadastramento de área, o acompanhamento das lideranças no processo de negociação e as prerrogativas do trabalho social com as famílias em uma perspectiva de participação de todos nos procedimentos realizados pelo Projeto (FLORIANÓPOLIS, 2001d).

No ano de 2002, verificou-se que foram realizadas visitas domiciliares às famílias da Comunidade Novo Horizonte, retornando-se às já abordadas, para detalhamento das situações e verificação de pendências para a etapa de remanejamento. Solucionadas as pendências, deu-se início às audiências individuais entre as famílias a serem remanejadas e a Comissão de Negociação designada para tal finalidade (FLORIANÓPOLIS, 2002a).

No período compreendido entre janeiro a março de 2002, operacionalizou-se o processo de negociação: realização dos Laudos de Avaliação das benfeitorias por técnicos específicos de obras; publicação do Decreto Municipal nomeando a Comissão Especial de Avaliação e Negócios; Elaboração do Termo de Desapropriação Amigável e planilha de financiamento da unidade habitacional a ser construída pelo projeto; agendamento das entrevistas com solicitações individuais às famílias; reuniões preparatórias da equipe técnica e Comissão de Negociação para simulação das situações de atendimento e encaminhamentos que surgirem; montagem dos processos (laudo de avaliação do imóvel, cadastro sócio-econômico, informação da habitação, entre outros) antes da audiência de negociação; definição da estrutura física para atendimento às famílias.

As audiências de negociação contaram com a presença de liderança comunitária, com o objetivo de garantir a legitimidade do processo. As famílias que optaram em receber unidade habitacional construída pelo Projeto foram remanejadas aos abrigos provisórios através de caminhão de mudança e presença de técnicos sociais e de obras. Quanto às famílias que desejaram ser indenizadas pela benfeitoria e sair da Comunidade a Comissão de Negociação buscou acompanhar a solução habitacional escolhida pela família (FLORIANÓPOLIS, 2002b).

Em agosto de 2002, o processo de negociação com as famílias do Setor E (Comunidade Novo Horizonte) encontrava-se em fase de finalização. Os técnicos envolvidos no processo de remanejamento/negociação iniciaram então, a definição das famílias a serem abordadas para a segunda etapa (edificação de unidades habitacionais, sistema viário e

equipamento comunitário) do projeto no Setor D (Comunidade Chico Mendes) (FLORIANÓPOLIS, 2002c).

Entretanto, o processo de remanejamento das famílias do Setor E (Comunidade Novo Horizonte) ainda apresentava pendências, necessitando maior atenção dos técnicos no que concernia às dificuldades encontradas em visitas domiciliares, por técnicos sociais e de obras. Ficou relatada, também, a insuficiência de profissionais em razão das demandas oriundas do processo de remanejamento do Setor E (preparação das famílias, acompanhamento social, definição das unidades habitacionais definitivas, regularização fundiária, mobilização Comunitária) (FLORIANÓPOLIS, 2002d).

Em novembro de 2002, explicitou-se como resultado de avaliação interna da equipe técnica, que as audiências de negociação junto às famílias deixariam de ser nas dependências de PMF, sendo então deslocado, em caráter experimental para as dependências do Complexo Chico Mendes. “A providência pretende a facilitação de acesso às famílias e o reforço da identificação e legitimidade do Projeto na área” (FLORIANÓPOLIS, 2002e, p. 13). Ainda em novembro de 2002, foram iniciadas as abordagens preliminares às famílias, através de técnico social e equipe de obras; priorizou-se as famílias que se encontravam em situações de risco, e em espaço destinado à instalação de canteiro de obras e sistema viário.

No primeiro trimestre de 2003, as ações referentes à segunda etapa do projeto, se encontravam centradas no processo de negociação com as famílias com base em programação previamente planejada; entretanto devido a atrasos, houve alterações de prazos. As audiências de negociações do Setor D (Comunidade Chico Mendes) foram acompanhadas por representantes da Associação de Moradores (FLORIANÓPOLIS, 2003a).

Os documentos também destacam que a interrupção temporária das negociações em abril de 2003, devido à necessidade de ajustes de ordem orçamentária, promoveu intensa procura das famílias por informações quanto ao remanejamento, principalmente aquelas que já haviam participado das audiências de negociação sem chegar a um acordo quanto o valor da indenização (FLORIANÓPOLIS, 2003b).

A permanência da suspensão orçamentária para as indenizações, tanto aquelas referentes ao financiamento de unidade habitacional do Projeto quanto para a aquisição de imóvel em outro local fez-se presente nos meses seguintes. A solicitação de indenização ocorreu de forma significativa no referido período, tendo em vista o acentuado contexto de violência no local e o atraso nas obras, retardando a transferência das famílias dos abrigos provisórios para as unidades habitacionais definitivas e o desenvolvimento do processo de remoção das famílias do Setor D (Comunidade Chico Mendes).

Considerando a necessidade de prolongamento e adaptações na Rua Joaquim Nabuco, em maio de 2003, deu-se início ao desenvolvimento a alguns procedimentos para negociação e remanejamento das famílias dos Setores A (Comunidade Nossa Senhora da Glória) e C (Comunidade Chico Mendes) (FLORIANÓPOLIS, 2003c).

A equipe responsável pelo Trabalho Técnico Social elucidou os aspectos dificultadores para a realização de suas atividades, dentre eles o descumprimento dos prazos quanto à entrega das obras, gerando insatisfação, descrédito e insegura junto às famílias atingidas pelo processo de remanejamento (FLORIANÓPOLIS, 2003d).

A suspensão das negociações, tendo em vista a ausência de liberação de recursos

dos valores de indenizações às famílias que seriam transferidas para as casas construídas. Os valores variaram de R\$ 200,00 a R\$ 1.000,00. Entretanto, ficou acordado na reunião que as famílias que se sentissem prejudicada deveriam encaminhar um processo através de protocolo, fazendo requerimento para a reavaliação de suas benfeitorias.

No primeiro trimestre de 2004, considerando-se o desenvolvimento das obras das unidades habitacionais da segunda etapa – Setor D (Comunidade Chico Mendes), e a abertura da Rua Joaquim Nabuco o processo de remanejamento ocorreu de acordo com os resultados de negociações e as ações de acompanhamento e atendimento às famílias nos abrigos provisórios (FLORIANÓPOLIS, 2004a).

Entre os meses de abril a junho de 2004, foram montados processos/relatórios de avaliação de famílias dos setores A (Comunidade Nossa Senhora da Glória), C e D (Comunidade Chico Mendes), para encaminhamento e conclusão de negociação com a Comissão de Negociação. A elaboração destes processos embasou-se em visitas domiciliares, para a identificação da moradia e orientação às famílias, quanto aos procedimentos a serem adotados, concomitantes as avaliações das dimensões físicas e valores financeiros de benfeitorias construídas (FLORIANÓPOLIS, 2004b).

Quanto às reuniões do Grupo Executivo de Remanejamento, no referido ano, estas evidenciaram nas atas:

- a necessidade de um técnico administrativo para auxiliar de forma direta o referido Grupo, na confecção do Termo de Desapropriação Amigável, sendo o suprimento de tal solicitação imprescindível ao prosseguimento das negociações. Em março de 2004, ainda não havia sido suprida, levando-se, portanto, uma nova solicitação a UEM;
- a discussão dos tipos de unidades habitacionais construídas pelo projeto, uma vez que havia sido prevista a construção de unidades habitacionais Tipo F, destinada a família composta por uma única pessoa. Entretanto, a empreiteira licitada para o desenvolvimento das obras, edificou unidades habitacionais Tipo G, a qual destina-se a famílias com mais de 01 componente, associada à pessoa idosa ou portadora de deficiência;
- o remanejamento das famílias do Setor C, priorizando as famílias em situação de risco. Objetivando planejar os tipos de unidades habitacionais adequadas a cada família os técnicos de obras solicitaram aos técnicos sociais a relação e características das famílias do Setor C, que se encontravam envolvidas no Projeto;

- os recursos para a indenização das famílias do Setor C.

No ano de 2005, a contenção dos recursos orçamentários para as indenizações de benfeitoria fez-se amenizada somente no primeiro trimestre, onde foi também efetivado o pagamento de indenizações de benfeitoria, decorrentes de negociações feitas em dezembro de 2004, referentes à terceira etapa do projeto – Setor A (Comunidade Nossa Senhora da Glória) e Setor B (Comunidade Chico Mendes) – permitindo então a desocupação de áreas atingidas para a efetivação de obras de equipamentos comunitários e sistema viário (FLORIANÓPOLIS, 2005a).

Todavia, nos três meses seguintes, o processo de remanejamento foi desacelerado, considerando a lentidão das obras, devido a problemas de liberação de repasses de recursos à empresa construtora das obras (FLORIANÓPOLIS, 2005f).

Em setembro de 2005, a Comissão de Negociação solicitou a liberação de recursos para as indenizações do Setor D (Comunidade Chico Mendes), pois algumas famílias ainda encontravam-se aguardando indenização de sua benfeitoria (FLORIANÓPOLIS, 2005b).

Devido a entraves na liberação de recursos do Programa para o Município, a continuidade da execução das obras de habitação e infra-estrutura, e processo de remanejamento foram paralisados. Somente em novembro do corrente ano foram reiniciadas as negociações com as famílias, para a liberação da área necessária à abertura do sistema viário na Rua Elesbão Pinto da Luz nos Setores A (Comunidade Nossa Senhora da Glória) e C (Comunidade Chico Mendes) (FLORIANÓPOLIS, 2005c).

Conforme registrado nas atas das Reuniões do Grupo Executivo de Remanejamento realizadas ano de 2005:

- existiram dificuldades em concluir em tempo hábil o levantamento do número de famílias do Setor A e B fazendo-se necessário a ampliação da equipe da Comissão de Negociação;
- regularização da Comissão de Negociação por meio do Decreto nº 3426/2005, uma vez que devido à nova administração na PMF alguns cargos foram exonerados da administração passada e novos nomes foram incluídos, respondendo a interesses da atual administração. Compôs também a pauta da reunião a necessidade de um profissional de Serviço Social para atendimento sócio-jurídico na Carteira Habitacional, tendo em vista a demanda do projeto;
- discussão do Projeto Social da Comunidade Morro do Mocotó, elucidando-se as 38 famílias atingidas pelo mesmo; e desenvolvimento das ações da Comissão de

Negociação que por meio de visitas domiciliares possibilitou que técnicos de obras e sociais respectivamente realizassem a medição das casas atingidas e conhecessem as famílias com as quais negociariam;

- ausência de recursos para pagamento de indenizações impossibilitando o agendamento das audiências de negociação;
- envolvimento dos técnicos do Projeto da Comunidade Morro do Mocotó nas próximas reuniões do referido Grupo Executivo;
- definição da composição do processo para as audiências de negociação com as famílias da Comunidade Morro do Mocotó, ficando estabelecido, portanto, que tal composição seria semelhante ao desenvolvido na Região Chico Mendes, devendo-se considerar, entretanto as características da realidade de cada área;
- discussão a respeito das famílias da Comunidade Morro do Mocotó que seriam beneficiadas com unidade habitacional, e que moram de coabitação e aluguel.
- exposição de problemas concernentes a edificação de algumas unidades habitacionais do Programa na Região Chico Mendes, uma vez que algumas portas e janelas não estavam fechando corretamente e haviam algumas situações que a água da chuva entrava na unidade.

No ano de 2006, dentre os registros contidos nas atas das reuniões do Grupo Executivo de Remanejamento estão:

- revogação do Decreto nº 3426/2005 sendo motivos para tal revogação: a destituição empregatícia de um dos membros da Comissão de Negociação com a PMF; e a nomeação de novos membros titulares e suplentes, entre eles a inclusão de profissionais de engenharia para a avaliação das benfeitorias. Desta forma, em fevereiro de 2006 entra em vigor o Decreto nº 3935, sendo revogado o Decreto nº 3426;
- discussão dos laudos de avaliação das famílias atingidas pelo Projeto, Região Chico Mendes, visto que os valores das unidades habitacionais não estavam sendo atualizados, enquanto que a benfeitoria era reajustada pela tabela anual; assim os moradores do último setor seriam os mais beneficiados pelo Programa, havendo desigualdades em relação às primeiras famílias atendidas no Setor E (Comunidade Novo Horizonte).

Neste contexto, as audiências de negociação foram sendo realizadas de acordo com a necessidade do Projeto e a liberação dos recursos orçamentários.

Em março de 2007 ficou determinado que os abrigos provisórios localizados na área de propriedade da Polícia Militar de Santa Catarina (bairro Monte Cristo), conforme a conclusão e entregas das unidades habitacionais às famílias abrigadas, deveriam ser demolidos.

No que concerne à Comunidade Morro do Mocotó, realizaram-se reuniões com as 38 famílias que receberiam as unidades habitacionais, com o objetivo de esclarecer dúvidas concernentes ao projeto e proporcionar reflexões sobre o período de remanejamento (FLORIANÓPOLIS, 2005d).

No mês de setembro de 2005, deu-se início às audiências de negociação junto as 38 famílias (FLORIANÓPOLIS, 2005e).

Todas as famílias compareceram ao Setor da Carteira Habitacional, para negociar suas respectivas unidades habitacionais. A maior dificuldade encontrada em todo o processo foi a aquisição das certidões atualizadas, exigidas para o fechamento do contrato. Por se tratar de uma comunidade de baixa renda os titulares do benefício procuraram o Balcão da Cidadania para a aquisição da mesma.

Em outubro de 2005, foram inúmeros os atendimentos e encaminhamentos dos beneficiários devido à assinatura do contrato, exigências de negociação e acertos de detalhes para a mudança. Em outubro do corrente ano foi inaugurado o Conjunto Habitacional Morar Bem dessa Comunidade.

No ano de 2006, foi constatada a existência de problemas concernentes à edificação das unidades habitacionais, que se tornavam acentuados com a água da chuva. Em relação à documentação de alguns moradores, que não apresentaram à Comissão de Negociação, a equipe elaborou um comunicado solicitando o comparecimento destes moradores na Carteira Habitacional, portando os documentos necessários à regularização dos contratos (FLORIANÓPOLIS, 2006a).

A partir do exposto nos relatórios mensais, trimestrais e atas das reuniões do Grupo Executivo de Remanejamento é possível constatar que o processo de negociação, ainda que seja parte de um momento maior, tem reflexos em todo o desenvolvimento do Programa HBB.

A forma como cada morador vivencia este momento, as constantes paralisações das obras, não liberação de recursos, mudanças do executivo local dentre outras, por certo influenciam, têm repercussões ao longo do processo de negociação, uma vez que os impactos

sobre esses sujeitos antecedem e transcendem o momento da audiência de negociação, e que precisam ser considerados pelas Comissões de Negociação. É disto que trataremos na seção que segue: o significado da negociação para estes sujeitos.

3 O SIGNIFICADO DA NEGOCIAÇÃO PARA OS SUJEITOS DE DIREITO: DESAFIOS AO SERVIÇO SOCIAL

3.1 Metodologia da pesquisa

Segundo Queiroz (1992, p. 13,17),

A concentração do interesse do pesquisador em determinados problemas, a perspectiva em que se coloca para formulá-los, a escolha dos instrumentos de coleta e análise do material não são nunca fortuitos; todo estudioso está sempre engajado nas questões que lhe atraíram a atenção, está sempre engajado, de forma profunda e muitas vezes inconsciente, naquilo que executa. [...].

Desta forma, o interesse em investigar o desvelar o processo de negociação no HBB, seu significado para os sujeitos de direitos; os desafios para o Serviço Social surgiu no período do estágio curricular obrigatório junto à Comissão de Negociação da Secretaria Municipal da Habitação e Saneamento Ambiental/Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Entre as atividades desenvolvidas enquanto estagiária, fez-se o acompanhamento/participação nas audiências de negociação junto à Comissão de Negociação e às famílias envolvidas no processo de negociação, para indenização pecuniária referente à benfeitoria expropriada ou recebimento de unidade habitacional do Programa HBB e PMF. Entende-se, que as propostas de regularizações das áreas ocupadas envolvem aspectos, paisagísticos, ambientais e humanos, sendo este último, permeado por um contexto de realocação e alteração das relações sociais de seus habitantes.

Ao longo deste acompanhamento/participação, uma indagação se colocava no sentido de compreender se neste processo de negociação, a relação estabelecida entre as partes envolvidas se fazia de forma equitativa. Percebeu-se ainda que a concepção de sujeitos de direitos, por parte dos moradores, não raro fazia-se ausente, consubstanciando-se a expropriação da moradia e o remanejamento para unidade habitacional do projeto como uma benesse por parte do poder executivo local.

Também era perceptível que, entre os técnicos membros da Comissão de Negociação, se desconhecia o significado da moradia para estes sujeitos bem como as perspectivas de vida destas famílias, não consubstanciando estas referências, quando do procedimento de negociação e, em especial no suprimimento das expectativas e anseios da população atendida, uma vez que, como já referendado anteriormente, a negociação tem repercussões para os sujeitos nela envolvidos, que antecedem e transcendem o momento da

audiência devendo ser considerados pela Comissão de Negociação, implicando, portanto, em importante desafio ao Serviço Social imbuído neste processo.

A necessidade de apreender o desvelar do processo de negociação no HBB, seu significado para os sujeitos de direitos; os desafios para o Serviço Social fazem-se, pois, de extrema relevância, uma vez que, o estabelecimento de uma relação desigual entre poder público local e esta população, pode intensificar/aprofundar processos de negociação de cidadania de não reconhecimento destes como sujeitos de direitos.

Neste contexto, procurou-se identificar o significado da negociação para as famílias que passam pelo processo de negociação junto à PMF/Secretaria Municipal da Habitação e Saneamento Ambiental, com vistas a consubstanciar intervenções efetivas e equânimes entre poder público e famílias atingidas.

Como forma de compreender tal realidade desenvolveram-se entrevistas semi-estruturadas junto a famílias atingidas pelo Projeto de Urbanização na Região Chico Mendes e Comunidade Morro do Mocotó, como já relatado na introdução deste trabalho.

A transcrição e sistematização das doze entrevistas iniciaram-se na segunda quinzena de março, perdurando até o dia 02 de junho de 2007.

Conforme salientado por Richardson (1999, p. 80) também acredita-se que,

os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos. Há, [...] situações em que se evidencia a importância de uma abordagem qualitativa para efeito de compreender aspectos psicológicos cujos dados não podem ser coletados de modo completo por outros métodos devido à complexidade que encerra.

Concordando com o exposto, e, portanto, objetivando aprofundar a apreensão da realidade em que se encerram as significações dos sujeitos sociais envolvidos no processo de negociação, a entrevista semi-estruturada consubstanciou-se de três perguntas norteadoras, a saber:

1. Quantas vezes o Sr. (a) já mudou (cidade, estado, dentro da mesma cidade)?
2. O que significa um lugar para morar para a Sr. (a)?
3. Qual a sua opinião sobre o processo de negociação realizado entre a PMF e sua família?

Os relatos coletados e transcritos desvelam fragmentos da realidade social, que é vivenciada por estes sujeitos sociais; são particularidades e diversidades experienciadas, que

revelam o movimento desses na esfera da produção e reprodução da vida social; suas expectativas enquanto a possibilidade de ter um lugar para morar, as significações da moradia e a compreensão do processo de negociação vivenciado junto a PMF.

3.2 Desvelando o significado da negociação para os sujeitos de direito

Envoltos ao contexto da crise na agricultura entre as décadas de 1970 e 1980 e o decorrente enfraquecimento da economia das cidades no interior catarinense, dez do total de entrevistados não são naturais de Florianópolis; migraram para a capital catarinense em busca de trabalho e melhores condições de vida. Entretanto, este processo migratório não é único; ele vai fazendo parte da trajetória de vida deste sujeito e de suas famílias. Tal constatação é corroborada quando perguntados sobre quantas vezes haviam se mudado. As respostas variaram de três a dez vezes.

[...] Eu não sei certo, mas eu calculo que nove vezes com certeza (risos). Perdi até a contagem. [...] sou natural de Seara. [...] eu morava na lavoura junto com os irmãos, e a minha parte eu deixei pro meu irmão, que não se tinha terra [...]. E até estava lavrando aquele dia lá, e a firma, o frigorífico de Seara, eles vieram me convidar pra ir trabalhar com eles; eles pediram se eu queria ir trabalhar nas granjas, na suinocultura [...]. E eu fui porque eu achei mais vantagem, por causa, que o ganho era mais do que na lavoura, eu fiz a conta do que ganhava trabalhando ali na lavoura, na horta e, trabalhando nas granjas. Porque além das mensalidades que eles pagavam, tinha uma gorja [gratificação], tinha um sacolão todo mês, e aquilo não precisava comprar no mercado, não custava pra você [...]. E resolvi sair da lavoura, [...]. Trabalhei quatro anos na suinocultura em Seara, e depois de lá eles me despacharam [o demitiram]. Fiquei sem moradia de novo, porque onde morava era da firma. E retorno [à lavoura] e não encontrei mais moradia pra morar, por isso que me mudei pra Xanxerê. [...] Trabalhava pra fabricar farinha – ajudante, e depois fui demitido lá de novo, e mais uma mudança [risos], para outro bairro. Mudei mais pra aqui e pra cá, um bairro para o alto lá em Xanxerê. [...] e depois entrei de novo na mesma firma, mais aí era na fábrica de ração, não era mais na suinocultura. Trabalhei mais sete anos e, lá na fábrica de ração eu mesmo que pedi para sair [...]. É que tinha muito pó também [...]; e a minha esposa quis vim pra cá, porque já tinha cunhada morando aqui. Ela achava que era melhor pra cá. No que saí da firma lá, trabalho não tinha; eu saía e trabalhava por dia, assim diarista, na agricultura, porque na cidade não se encontrava trabalho, lá é muito pouquinho. Aí trabalhei uns tempos, assim um mês, dois, na serraria, e depois voltamos de novo para a agricultura. Trabalhamos mais uns tempos na suinocultura [...], depois de lá, foi que viemos pra cá. Ah, agora por último faz uns cinco anos. Mas antes, a gente morava, eu não sei te dizer mais, uns dois, três anos; porque moramos na época que tinha aquela favela lá na via expressa [BR-282], [...]; e morei lá, morei aqui na Rua Professor Ezílio Ferreira, antes de vir da via expressa. Só aqui foi feito, deixa-me ver, uma, duas, três, quatro, quatro mudanças; cinco só aqui; é, de nove a dez mudanças, de moradia (Pedro. Abrigo Provisório Chico Mendes. 20.03.07)

Pedro, ao relatar suas dificuldades do trabalho na agricultura, e as dificuldades, de sua família e de grande maioria das famílias que vivem na agricultura familiar, expressa o que Rosa (2005, p. 4) aponta como consequência da “[...] ausência de uma política agrícola [...] e de investimentos para os agricultores, justificado pelo diagnóstico do desaparecimento da pequena agricultura que, levou famílias inteiras ou parte delas a migrarem para as cidades maiores em busca de trabalho”.

O depoimento de outros entrevistados não foi diferente:

[...] de um lado pra outro umas quatro vezes. [...] eu sou natural de Orleans. [...] vim pra cá pequena. Meu pai faleceu e minha mãe vendeu o que tinha lá e viemos embora pra cá; vim pra cá com doze anos.[...] eu vim morar na [Avenida] Mauro Ramos com a minha mãe [...] tinha um beco ali; aí tinham umas casinhas. Meu tio morava ali; aí moremos ali. D’ali viemos embora pro Mocotó e estou até hoje. Lá [em Orleans] [...] meu pai tinha tipo de um sitiozinho [...]. Aí ele morreu; a mãe não tinha como criar nós; [...] viemos pra trabalhar. Eu, já no primeiro ano que eu vim pra cá, já comecei a trabalhar de babá; porque ela [mãe] tinha [filhos] pequenos. Vim pra cá, namorei o Mário, e estou até hoje; mudança de uma casa pra outra no Mocotó fiz umas três vezes só. Depois deu (Heloá. Morro do Mocotó. 12.04.07).

Todas as situações, as mudanças de moradia fizeram-se atreladas ao significado de recomeço, de busca por uma nova oportunidade de vida, independente do elemento gerador desta (trabalho, doença, etc.). “Eu vim por causa [...] da enchente que deu lá [Tubarão]; daí eu fiquei sem nada. Minha família estava toda aqui, [...] daí eu vim pra cá. [...] depois ela [sua mãe] veio pra se internar aqui. Daí eu fui obrigada, com a enchente lá, [...] a vir pra aqui, porque fiquemos sem nada” (Ester. Morro do Mocotó. 12.04.07).

Os entrevistados indicam, na sua totalidade, que as mudanças estão associadas à busca por melhores condições de vida, estando, portanto, muito longe de ser uma aspiração individual, uma vez que o processo de migração e de mudanças apresentam-se como condição indispensável para a própria sobrevivência da população rural, como forma de amenizar as tensões de ordem econômica e social em que vivem (RIBEIRO, 1992).

Quando perguntados sobre o que significa ter uma moradia, os entrevistados ao associaram a um sonho, algo que almejavam adquirir, mas que fazia-se muito distante de suas realidades. É algo para deixar para os filhos, uma segurança.

Tudo. Pra mim eu não tenho nem o que explicar o que significa. É o meu sonho realizado, é o sossego. Eu sei que um dia se morrer, eu sei onde meus filhos vão ficar, entendeu? [...] Se um dia eu ir embora, se acontecer alguma coisa comigo, é o sossego do que, eu posso deixar pros meus filhos, entendeu? [...] (Carmen. Abrigo Provisório Chico Mendes. 20.03.07).

[...] pra mim é um sonho que eu consegui realizar; que era uma [unidade habitacional] que eu queria; graças a Deus, que eu consegui; [...] (Emília. Morro do Mocotó. 12.04.07).

Como se pode perceber “o sonho da casa própria acaba sendo projetado para a figura dos filhos” (RIBEIRO, 1992, p. 80), uma vez que a busca por melhores condições de vida (principal motivo da migração) defronta-se especialmente com o descaso do poder público para com essa população subalternizada, “limitando seu acesso às benfeitorias urbanas, bem como sua exclusão a uma moradia digna e legal” (RIBEIRO, 1992, p. 80).

O desejo de não mais precisar pagar aluguel, fez-se presente em alguns relatos vinculado ao sonho da aquisição da moradia, como evidencia-se no depoimento a seguir “Significa é que seja bom, claro! Assim se todo mundo tivesse uma morada pra morar, não precisavam pagar aluguel” (Selma. Chico Mendes. 05.04.07). A moradia atrelada ao aluguel desvela-se imbricada a ausência de estabilidade e proteção à família, como verifica-se no relato a seguir:

Um lugar pra morar. Olha significa, vou te ser assim sincera, significa tudo; significa tudo; porque, quem não tem casa própria e vive de aluguel, qual é o sonho? É ter uma casa própria; uma casa sua; e eu realizei, só que eu não esperava que fosse ser assim tão rápido; e uma casa dessa que eu jamais ia ter assim, capacidade de ter uma casa dessa aqui, ter uma casa assim; não ia ter nem verba [dinheiro] pra comprar ou fazer uma casa assim. Então pra mim, meu Deus, foi tudo. Não é minha essa casa, é dos meus filhos, entende? Eu ganhei pros meus filhos; que eu sempre tive assim aquela promessa que eu posso morrer, mas antes de eu morrer, eu vou dar um lugar digno pros meus filhos morar; que eles não mereciam ficar assim, correndo de um lado pro outro, morando de aluguel aqui, morando de aluguel ali. Então essa [unidade habitacional] pra mim foi um sonho realizado, bem realizado (Ruti. Morro do Mocotó. 12.04.07).

Percebe-se que a família desvela-se como tendo a responsabilidade – “delegada a ela em maior ou menor intensidade, à medida que a sociedade e o Estado estão mais ou menos atuantes nessa esfera” (LIMA, 2006, p. 11), para com seus membros, que se faz sob o exercício da proteção social, a qual se modifica “nas diversas sociedades, e estão intimamente conectadas com determinações econômicas, políticas e culturais” (LIMA, 2006, p. 09). Entretanto, deve-se ter o cuidado de não conduzir tal função somente ao lócus familiar, pois cabe também ao Estado, via políticas sociais públicas, subsidiar efetivamente tal função.

As condições de habitação explicitam-se como uma das apreensões mais experienciadas e mais temidas pelos entrevistados.

Onde eu morava, [se] chovia, de madrugada eu não tinha onde dormir, eu tinha que ficar em pé com meus filhos porque enchia a altura de água, porque a calha não suportava. Tinha dia que eu tinha que ficar sentada à noite toda, ou então ficar “ai meu Deus vai chover”; ficava esperando a chuva chegar, porque se eu dormisse eu podia me acordar abaixo d’água [...] (Carmen. Abrigo Provisório Chico Mendes. 20.03.07).

Eu morava num paiol, um paiolzinho com duas filhas, com neto; eu tinha só um beliche no ladinho da cama; e uma caminha assim [gesticula referendando uma pequena cama] pra dormir. [...] Passei um sufoco minha filha; Aquilo ali [antiga casa] eu até entrava em depressão; querer limpar; queria limpar e não podia entendesse? A gente chegava assim, não podia, a rataria, rataria, rataria. Agora a gente tem uma casinha melhor; a gente tem que arejar; tem que limpar; tem que conservar (Ester. Morro do Mocotó. 12.04.07).

Imbuída ao valor cultural, a luta pela casa expressa principalmente a busca de estabilidade, contra as incertezas do mundo (RIBEIRO, 1992).

Também nos relatos colhidos, evidencia-se que o cotidiano de vida dessa população é grifado pelo desrespeito a direitos mínimos em sua luta pela sobrevivência, colocando assim, a dignidade humana desses sujeitos sociais à prova a cada dia (YASBEK, 1993).

Solange ao relatar que “Ah! Pra mim é tudo, acho que a gente sem moradia não é nada”. (Chico Mendes. 05.04.07), sinaliza que a exclusão social está no rol das caracterizações destituidoras da cidadania, entre elas a de pertencimento e referência, ignorando a subjetividade desses sujeitos; a dignidade humana alui-se com a concepção homogeneizadora do perfil da pobreza, tendo em vista que sua identidade torna-se genérica e, portanto, nula de significado (KOGA, 2002).

Transcendendo o significado de abrigo e lugar material para a existência da família, a casa própria desvela-se também sob a significação do poder de decisão de como organizar seu próprio espaço (RIBEIRO, 1992) como verifica-se na narrativa a seguir: “ Bem, pra mim foi tudo. Eu não tinha casa, sempre dependia dos outros; agora não; agora eu tenho a minha casa” (Emília. Morro do Mocotó. 12.04.07).

Sendo a moradia algo fundamental, que implica dignidade, segurança, respeito, entre outras, o processo de negociação assume uma dimensão que extrapola a lógica mercadológica de compra e venda. Logo, o processo de negociação é um “divisor de águas” em termos de qualidade de vida destes sujeitos e sua famílias. Neste sentido, a terceira pergunta feita aos entrevistados objetivou desvelar opinião dos mesmos sobre o processo de negociação realizado entre a PMF e a sua família.

Entre os relatos colhidos verificou-se que na Região Chico Mendes, os entrevistados apresentaram maior insatisfação quanto ao processo de negociação do que na Comunidade

Morro do Mocotó Cabe destacar que apenas um dos quatro relatos colhidos nesta comunidade apresentou descontentamento quanto ao processo de negociação.

Da casa, eu achei errado que a Prefeitura... que, eu tinha um irmão. Daí ele tinha uma casinha ali perto de mim também; a casinha dele também estava ruim; está ruim ainda entendesse? [Meu irmão] está morando a favor dos outros; porque ele teve que sair da casa; a casa tava cheia de rato; cheio de mato; tivemos que tirar ele de lá, porque ele estava com problema de pulmão, ele é doente entendesse? Aí eu tinha minha casinha, não estava tão ruim assim; não estava tão caindo assim; podia ele passar a morar na minha casa; mas desmancharam [empregadeira contratada pela Prefeitura] a casa (Êster. Morro do Mocotó. 12.04.07).

O relato acima constata o que Koga (2002, p. 26) denomina de “convivência dual entre a falta de garantias mínimas, ou básicas, de direitos de cidadania e políticas setoriais”, formando então, um conjunto de ações desconexas do ponto de vista de um planejamento das políticas sociais públicas e resultando, portanto, na ausência de um padrão de dignidade para os cidadãos (KOGA, 2002).

A debilidade da saúde, o desconforto, a moradia precária e insalubre entre tantas outras não citadas são sinais que anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados da sociedade (YASBEK, 1993).

Já temas como valor da benfeitoria expropriada, dúvidas pertinentes ao processo e morosidade na entrega das unidades habitacionais fizeram-se constantes na Região Chico Mendes.

Ah! Foi realizada, naquele dia que fomos chamados [refere-se ao dia em que negociou com a PMF]. É, mas, eu queria dizer pelo valor, que foi pago. Porque eu paguei três mil reais por aquela casinha, e agora, a proposta que eles [técnicos da Comissão de Negociação da PMF] fizeram, foi três e duzentos, mas só que faz uns cinco anos atrás que, paguei [este valor]. Então de cinco anos pra cá como vamos dizer, não aumentou nada. Se fosse comparar vamos supor, ter uma propriedade e que vai vender, vende-se pelo mesmo preço, você se emperra (Pedro. Abrigo Provisório Chico Mendes. 20.03.07).

Eu achei que eles [técnicos da comissão de Negociação da PMF] deram muito pouco pela minha casa. Minha casa era tudo de alvenaria nova, era madeira tudo nova; o telhado era novo; eles deram cinco mil e pouco [valor em reais] só; e era pra ter dado bem mais; que o lote também era grande (Rogério. Abrigo Provisório Chico Mendes. 20.03.07).

Segundo Yasbek (1993) a ausência de poder de decisão, a privação de bens materiais, e do próprio desconhecimento dos processos sociais, que explicam sua condição de pobreza e subalternidade, ocorrem concomitante a práticas de resistência e luta. Os relatos abaixo elucidam situações/sentimentos que fazem-se simultaneamente, expressas no que

Ribeiro (1992) evidencia como conformismo e inconformismo desses sujeitos sociais, uma vez que respectivamente sentem-se enganados mas impotentes para mudar a situação, sentimentos estes, que vinculados a um contexto de apreensão e temor, limitam suas tomada de decisões.

É claro que não é justo [refere-se ao valor da benfeitoria expropriada]. Porque é a moradia da gente. E como eu já tenho direito, já tenho direito na minha, no meu terreno ali, porque eu já estou há vinte e poucos anos morando aqui na Chico Mendes. Então não é justo não, não é justo. Porque eu sei que quem mora ali uns anos; como tem gente na terra, já tem o direito; então isso aí, até é um egoísmo da Prefeitura e banco, são tudo ladrão (Selma. Chico Mendes. 05.04.07).

[...] o valor da minha casa saiu onze mil, onze mil e quatrocentos e uns quebrados, não estou lembrando do resto, mas é, foi um valor de onze mil e pouco.[...] Eu Achei que não [que o valor da benfeitoria] foi justo, porque a minha casa lá era grande, era em cima e tinha um porão embaixo com duas peças, três com o banheiro (Ivone. Chico Mendes. 05.04.07).

Pode-se perceber também que, em alguns relatos, os entrevistados explicitam a ausência de informações e esclarecimentos por parte dos técnicos quanto à forma que pagaram a unidade habitacional, o valor da mesma, a metragem entre outros. Neste contexto, Sawaia (1999) sinaliza que o homem, ao defrontar-se com o temor do desconhecido, gera ansiedade e agressão, perdendo a capacidade de decisão, ficando inseguro na luta pelos seus direitos.

Porque eu não sei quanto que vai custar essa casa nova [unidade habitacional do Programa Habitar Brasil BID], mas não é tão barata não, eu acho. Porque dizem que tem vinte e cinco anos pra pagar, mas depende do contrato, depende das mensalidades que a gente vai pagar. Porque é uma casinha pequena, feita em bloco, não sei é a metragem; precisaria saber certo, qual a metragem que tem a casa, pra saber que valor que ela vai custar (Pedro. Abrigo Provisório Chico Mendes. 20.03.07).

Segundo Yasbek (1993) a questão dos direitos, principalmente para aqueles sujeitos sociais que cotidianamente lutam pela sobrevivência, encontra-se muito além das regulamentações do Estado, manifestando-se na própria construção do seu lugar na sociedade e de sua identidade. Desta forma, toda a subjetividade torna-se ignorada sob uma concepção homogeneizadora do perfil da pobreza (KOGA, 2002), como desvela a narrativa abaixo:

Só achei que eles [técnicos da Comissão de Negociação] pegam a gente; as famílias e jogam pra onde querem, e a hora que bem entender. E a hora que é pra pegar, pra sair da casa da gente, do barraco da gente pra ir pra lá nos abrigos ou pros apartamentos, eles só chegam e dizem que vai, o que vai, o que não vai eles ainda ficam meio brabo; e depois quando é pra vim nas

casinhas [unidades habitacionais construídas pela PMF junto ao Programa HBB], se a gente disser assim “não, nesse lugar eu não quero; nessa rua aí eu não quero”, aí eles é ... Ou então, a gente diz que quer; chega lá [unidade habitacional] às vezes não é bem aquilo; daí a gente diz “aí eu não quero”; eles já não ficam gostando também (Selma. Chico Mendes. 05.04.07).

Em outra parte de seu depoimento Selma desvela um pertinente contexto vivenciado na Região Chico Mendes “E daí fazem a gente subir lá pras casinha [Abrigo Provisório] por seis meses, que nem eu fui; e me deixaram lá foi dois anos, dois anos e pouco” (Chico Mendes. 05.04.07). Semelhante a Selma, Marta referenda que “demorou bastante, porque eu vim para cá [Abrigo Provisório], eles [técnicos da Comissão de Negociação] disseram que depois de três meses iriam me chamar; e levaram dois anos” (Abrigo Provisório. Chico Mendes 20.03.07). A insatisfação apresentada pelos entrevistados quanto ao processo de negociação torna-se corroborada pela morosidade na entrega das unidades habitacionais e o pagamento das indenizações em valor pecuniário as famílias que desejavam sair da Região e da pouca clareza do tipo e tamanho da casa que iriam receber.

A morosidade acaba também por desconsiderar a mobilidade das famílias, uma vez ao longo do período entre a negociação e o remanejamento para a unidade habitacional, as mesmas, não raro, sofrem alterações tanto em sua composição familiar ou mesmo quanto a situações postas pela realidade social em que vivem.

Fiquei dois anos; agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro, dois anos e cinco meses no prédio. Daí depois eles vieram fizeram essas casinhas aqui embaixo. Porque eu tinha direito de uma casinha baixa; Dessas diferenciadas por causa dele [filho portador de deficiência], mas só que eu sinto, ali [Complexo Chico Mendes] eu achava muito pequeno. Como a minha família já é grandinha, eu achei que, muito pequeno, eu estava me sentindo presa, ali dentro. Eu disse “a não” daí como o problema dele [refere-se ao filho] veio depois também, a gente foi conversar com eles [técnicos da Comissão de Negociação], foi lá [Prefeitura] acertar com eles tudo pelo problema dele; e eles falaram que não poderiam, que a nossa casa seria depois que aprontar essas; porque, essas baixas [unidades habitacionais tipo D] que estão saindo agora, diferenciadas, que ia ser por último, porque o problema dele veio depois. Então, quem tem filho já pega essas, mas daí eu não quis esperar muito, eu disse “não quero esperar mais, eu já estou sabe me sentindo agoniada ali”, e daí eu peguei essa aqui [unidade habitacional tipo A] pra mim já. É um trabalho pra mim, descer com ele, subir porque tudo é tão pequeno, a escada; eu já estou fortinha também; pegar com ele o dia inteiro; porque ele vai crescendo, ele vai ficando assim. Então a gente, a gente vai se acostumando. A gente pediu um terreninho maior pra construir aqui atrás um quarto embaixo pra ele, daí a gente faz aquela peça ali pra poder e assim a gente vai (Ivone. Chico Mendes. 05.04.07).

Fizeram-se, também, constantes nos relatos o entendimento de que a negociação é um processo ao qual a PMF, ou seja, poder público está fazendo um “favor” aos moradores

atingidos pelo Programa, daí porque a ausência de manifestação quanto à existência de dúvidas e ou discordâncias do processo vivido.

Para Ribeiro (1992) os direitos concebidos como benesse fazem parte da cultura política, que impregna as ações governamentais e também a sociedade. Corrobora-se então, ao que Yasbek (1993) chama de inculcação da subalternidade, uma vez que, legitima-se a ordem social posta, bem como suas estruturas de dominação.

O entendimento de que o recebimento da unidade habitacional do Programa ou o valor em dinheiro a qual foi avaliada a casa expropriada pela Prefeitura (nas situações onde as famílias desejam sair da comunidade) insere-se ao rol do benefício, diluindo então a compreensão da Política Habitacional.

Vê que eles [técnicos da Comissão de Negociação da PMF] me informaram que mais não podiam pagar [refere-se ao valor oferecido por sua casa], eles mediram, e disseram que o valor é esse; e a gente não pode fazer nada, a gente fica quieto (risos). (Pedro. Abrigo Provisório Chico Mendes. 20.03.07).

O lote que eles vão dar pra nós é pequeno, é bem menos do que é o meu lote lá embaixo [lote da antiga casa]. Achei que foi pouco, mas fazer o que? Eles quem mandam. E a minha casa não deixaram, porque estava na área de risco, estava caindo. Achei que foi super errado, mas fazer o que? Na situação que eu estava não podia exigir muita coisa, tive que aceitar porque minha casa estava em área de risco; estava desbarrancando o barranco, o pé da casa estava caindo, eu fui obrigado a aceitar e vim pra cá. (Rogério. Abrigo Provisório Chico Mendes. 20.03.07).

Está tudo bom, pra mim não tinha o que melhorar; me deram um separadinho [refere-se a unidade habitacional do Programa HBB que irá receber]. Também não tinha como vender; ou eu volto para a Chico Mendes, ou vou morar embaixo da ponte. Agora tenho minha casa [refere-se ao Abrigo Provisório que encontra-se alojada]; melhorou minha casa também que era bem feinha, velhinha. (Graça. Abrigo Provisório Chico Mendes. 20.03.07).

Olha pra mim, vou dizer bem a verdade, pra mim, tanto o pessoal da Prefeitura como os meus vizinhos lá, tão realizando o meu sonho, que, a Prefeitura me ajudou assim um monte; que, aonde eu morava, eu não tinha condições mesmo de morar; que, dia de chuva molhava tudo dentro. Então, pra mim às vezes eu estou aqui dentro até parece mentira que eu estou dentro de uma casa que não chove entendeu; uma casa que tem um telhado perfeito, até parece mentira assim que, então, pra mim assim a Prefeitura não tem o que reclamar; só tenho que agradecer a negociação que eles fizeram assim (Carmen. Abrigo Provisório Chico Mendes. 20.03.07).

Eu acho que pagaram muito pouco pela minha casa, mas como a gente não se manda; eles [técnicos da Comissão de Negociação] quem fazem tudo; não podemos fazer nada.[...] Não comentei, porque na hora assim que, eu fui negociar minha casa, eu estava em desespero, por causa daquela mortandade ali, daquela gurizada, eu estava muito nervosa e a minha casa era bem na rua

como é aqui. [...] Então foi por isso que eu não pude reclamar, porque fui eu que fui pedir pra sair. [...] morei, morei dois anos e quatro meses. Só que eu acho eu que a minha casa eu sai perdendo, mas agora não tem como eu reclamar, porque fui eu que pedi pra sair. [...] (Solange. Chico Mendes. 05.04.07).

Para Koga (2002), a exclusão e a despontencialização destes sujeitos sociais concretizam-se na falta de autonomia para escolha do trabalho, da roupa, do morar e descansar. Telles (1990, apud Yasbek, 1993, p. 132) também “afirma que a privação de direitos das grandes majorias na sociedade brasileira é a contraface da ausência de um espaço público de pertencimento, em que seus interesses, razões e vontades possam ser elaborados e reconhecidos como demandas legítimas”.

Diante do exposto, pode-se depreender que os sujeitos sociais que aqui contribuíram com suas narrativas, evidenciam que o processo de negociação desenvolvido pela PMF junto a suas famílias não se faz sob uma relação de igualdade de condições entre as partes envolvidas. Cabe ressaltar, que esta relação não é exclusiva ao contexto aqui trazido, mas está impregnada ao próprio desenvolvimento das políticas sociais públicas que, historicamente, não trabalham na perspectiva do direito de cidadania, na perspectiva de compreensão dos sujeitos de direitos, principalmente dos setores excluídos. O conjunto de privações e carências que configuram objetivamente a exclusão transcendem o plano econômico e político, alcançando um nível cultural ao qual faz-se pela interiorização das condições objetivas vividas por estes sujeitos (YASBEK, 1993).

3.3 Os desafios ao Serviço Social

As mudanças históricas, que na atualidade alteram tanto a divisão do trabalho na sociedade, quanto o espaço de reprodução da vida social, trazem para o Serviço Social uma reflexão acerca do seu exercício profissional. Sua inscrição no âmbito das relações entre Estado e a sociedade civil, no marco de uma sociedade de classes, apontam que diante das mudanças societárias circunscrevem-se também exigências ético-políticas ao exercício profissional na contemporaneidade (IAMAMOTO, 1999, p. 113).

As mudanças históricas e as exigências ético-políticas, que orientam a profissão conforme Iamamoto (1999, apud LIMA, 2004, p. 01).

[...] consistem na articulação entre a dimensão macro-societária que implica no reconhecimento do terreno sócio-histórico sobre o qual a profissão se movimenta considerando seus limites e possibilidades e, a dimensão profissional que compreende as respostas técnico-profissionais dos Assistentes Sociais que expressam, por sua vez, como estão sendo apropriadas e redefinidas pela categoria profissional a realidade e as

imposições macro-societárias. Nesses termos, “a configuração social da profissão depende decisivamente das respostas dos agentes profissionais nesse contexto, articuladas em torno do projeto profissional de caráter ético-político” que se encontra comprometido com a cidadania, pois prima pela defesa dos direitos na sua totalidade, pela sua ampliação legal e pela sua consolidação material onde os indivíduos sociais passam a ser “reconhecidos como sujeitos de valores, de interesses, de demandas legítimas, passíveis de serem negociadas e acordadas”.

Desta forma, a intervenção profissional, ao ser apreendida na fluência do processo histórico e conseqüentemente condicionada pelas relações entre as classes na sociedade, direciona-se tanto para às condições materiais, quanto para às de vida da classe trabalhadora (LIMA, 2004).

[...] isto é, as ações profissionais dos Assistentes Sociais têm efeito no processo de reprodução da força de trabalho através da prestação de serviços sociais previstos em programas nas áreas da saúde, educação, habitação etc. Mas, também através de uma dimensão que não é material e que se caracteriza como social, as ações profissionais incidem no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura produzindo efeitos reais na vida dos sujeitos apesar de nem sempre os seus resultados se corporificarem como coisas materiais (LIMA, 2004, p. 02).

Como já referendado na primeira seção, a reforma do Estado, “caminha em direção contrária à proteção social como dever do Estado e direito do cidadão” (COUTO, 1999, p. 207). Sob a lógica neoliberal, as modalidades de proteção social “apóiam-se em novos pilares: na flexibilização das relações de trabalho, na seletividade ou focalização das políticas sociais e na desobrigação do estabelecimento de mínimos sociais como direito de todos” (PEREIRA, 1997, p. 56).

O Estado, sob a lógica do estado mínimo, busca desresponsabilizar-se em relação às políticas sociais. Encontra-se em Couto (1999, 2007, p. 207) a afirmação de que “os governos federal e estadual têm repassado o atendimento das demandas aos municípios, sem que, com isso, tenham alterado a relação a sua relação no que diz respeito ao partilhamento de poder e recursos”.

A propensão da municipalização da demanda faz-se concomitante a emergência da necessidade de maior atenção à questão regional e ao poder local (IAMAMOTO, 1999). É fato que, o campo de trabalho do assistente social no setor público, em especial na esfera municipal, tem seu espaço de intervenção ampliado. Todavia, diante da flexibilização e precarização das relações de trabalho, tais profissionais têm sido requisitados para criar critérios seletivos que reforcem a lógica da exclusão (COUTO, 1999).

Um “dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano” (IAMAMOTO, 1999, p. 113).

É sob tal reflexão/contextualização que desafios fazem-se presentes para o Serviço Social da Secretaria Municipal da Habitação e Saneamento Ambiental/Prefeitura Municipal de Florianópolis, uma vez que ao compor a Comissão de Negociação, intervindo junto às famílias atingidas pelo processo de remanejamento/realocação, fomentem a emergência de mecanismos de participação e controle popular nos processos decisórios e no acesso à informação dos direitos, que circunscrevem os destinatários desta política pública.

Tais princípios corroboram, portanto, a reflexão sobre as atividades desenvolvidas pelo assistente social enquanto membro da Comissão de Negociação.

Portanto, mediante este trabalho acredita que,

o fomento de uma cultura pública democrática, em que os dramas da existência quotidiana sejam considerados segundo exigências de equidade e justiça [fomentaram] o desafio de tornar os espaços de trabalho do assistente social, espaços de fato públicos, alargando os canais de interferência da população na coisa pública, de modo a permitir maior controle por parte da sociedade nas decisões que lhes dizem respeito. Isto é viabilizado através das informações; da ampliação do conhecimento de direitos e interesses em jogo; do acesso as regras que conduzem a negociação dos interesses atribuindo-lhes transparência; da abertura e/ou alargamento de canais que permitam o acompanhamento da implementação das decisões por parte da coletividade; da ampliação dos fóruns de debate e representação (IAMAMOTO, 1999, p. 126).

Pode-se grifar então o desvelar de importantes desafios ao Serviço Social, uma vez que ao compor a Comissão de Negociação, faz-se de extrema relevância a compreender tal significação para que fomentem intervenções mais efetivas às necessidades de tais famílias, corroborando a uma participação substancial em todo o processo de negociação com vistas a contemplar as reais perspectivas da população e, sob um contexto mais amplo, subsidiar uma Política de Habitação para o Município.

CONSIDERAÇÕES

A precariedade habitacional, a qual estão submetidos amplos segmentos das classes populares, inscreve-se como uma das expressões da questão social que, sob um processo histórico e social, faz-se na atualidade cada vez mais atrelada aos interesses econômicos e especulativos do sistema capitalista.

Interesses economicistas, que sob efeito à ordem do projeto neoliberal, circunscrevem um contexto ao qual o Estado torna-se cada vez mais mínimo à proteção social, mercantilizando o acesso aos bens e serviços sociais e restringindo estes, quando por vias públicas, a formas condicionadas e excludentes.

A trajetória das políticas sociais públicas no Brasil, em especial a Política Habitacional, desenvolveu-se não diferente de outras políticas sociais sob a premissa do processo de neoliberalização.

Envolto a este contexto, pode-se referendar as Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs) entre elas o BID, que por meio de programas de compensação incidem sobre os segmentos mais pobres da população, com o objetivo de “aliviar” as consequências das políticas de ajuste neoliberal.

Entretanto, a gama de programas e projetos desenvolvidos no âmago da política urbana brasileira, neste trabalho contextualizada a partir da reforma do Estado não consubstanciaram de forma efetiva o suprimento do déficit habitacional no país.

Como pode-se constatar, o déficit habitacional por situação de domicílio no Brasil, que no ano de 2000 foi estimado em 5.890.138 mil domicílios, alcançou em 2005 em números absolutos a estimativa deficitária de 7,903 mil domicílios, evidenciado então, que, os esforços voltados para a questão habitacional no país fizeram-se presentes de forma pouco efetiva.

Investimentos públicos em saneamento e habitação consubstanciaram-se em programas e projetos que, sob a cooperação das agências multilaterais, seguiram a lógica da descentralização administrativa, onde, municípios responsabilizaram-se pela elaboração, implementação e execução dos projetos aprovados pela Caixa Econômica Federal.

Sob tal contexto evidencia-se o Programa HBB, que advindo do Programa HB (este lançado pelo então presidente Itamar Franco), a partir de 1999 sob o governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso passou a contar com recursos oriundos do BID.

A implementação e desenvolvimento do Programa HBB causa interferências específicas no cotidiano das famílias atingidas.

O remanejamento/reassentamento das famílias envolvidas no programa inscreve-se então no rol destas interferências, corroborando a um processo de tensões, inseguranças e questionamentos que, de forma implícita, desvelam uma condição de não reconhecimento da cidadania subalternizada desses sujeitos de direitos.

Constatou-se, através deste trabalho de pesquisa, que o processo de negociação ao qual as famílias vivenciam junto ao executivo público local, a fins de expropriação da benfeitoria atingida pelo projeto urbanístico, faz-se permeado por uma relação não equânime visto que os sujeitos de direitos não se percebem como tal.

Desvelam-se então os desafios ao Serviço Social, que fundamentado em seu projeto ético-político e teórico metodológico tem como mister desenvolver e propor ações profissionais junto aos seus usuários, que fomentem a potencialidade, emancipação e a garantia dos direitos para estes sujeitos.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Vânia Araújo. **A “continuidade” neoliberal do governo Lula em perspectiva macrosociológica: uma análise político-comparada** em Florestan Fernandes e Immanuel Wallerstein. Florianópolis, 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

BEZERRA, Romeu Augusto de Albuquerque. **Estudo sobre a comercialização da terra urbana em Florianópolis (SC): estudo de caso** em Ingleses e Rio Vermelho. Florianópolis, 2006. Projeto de Qualificação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

BRASIL. **Programa de Aceleração do Crescimento**. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/portugues/releases/2007/r220107-PAC.pdf>. Acesso em: 31 de março de 2007.

_____. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Novembro de 2004a.

_____. **Política Nacional de Habitação**. Sistema Nacional de Habitação. Ministério das Cidades. Brasília: 28 de maio de 2004b.

BRAZ, Marcelo. O governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, nº 78. São Paulo: Cortez, 2004.

CASTRO, Jorge Abrahão de; CARDOSO JR, José Celso. Políticas sociais no Brasil: gasto social do governo federal de 1988 a 2002. In: JACCOUD, Luciana. (org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. p. 266-318.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **COTS – Caderno de Orientação Técnico Social. Programa Habitar Brasil BID OGU**. Brasília, julho de 2002.

_____. **COTS: Caderno de Orientação Técnico Social. Programa Habitar Brasil BID OGU**. Brasília, agosto de 2006.

_____. **Orientação Operacional. Programa Habitar Brasil BID**. Brasília, 2000a.

_____. **Programa Habitar Brasil BID: Regulamento Operacional**. Brasília, 1999.

_____. **Manual do Programa Habitar Brasil BID**. Orientações do Subprograma de Urbanização de Assentamentos Subnormais. Brasília, maio de 2000b.

CAMARGO, Edilaine de Assis. **O Programa Habitar Brasil – BID e a participação comunitária: reflexões sobre a forma de implementação na comunidade do Morro do Mocotó**. Florianópolis. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

CAVALCANTI, Soraya Araújo Uchoa. Reforma do Estado e políticas sociais no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, nº 68. São Paulo: Cortez, 2001, p. 34-53.

CENTRO DE ESTUDOS CULTURA E CIDADANIA. **Perfil Áreas Carentes (Ilha e Continente)**. Florianópolis, IPUF, Julho de 1993. Disponível em: <http://www.agrorede.org.br/ceca/dados/CARENTES.html>. Acesso em 29 de abril de 2007.

_____. **Qualidade de vida e cidadania**: A construção de indicadores sócio-ambientais da qualidade de vida em Florianópolis. Florianópolis, IPUF, 2000. Disponível <http://www.agrorede.org.br/ceca/projeto/IndicFin.htm>.

COSTA, Teresa Hilda Bezerra Souza; LIMA, Rochelly Euzébio de. Questão Urbana e Serviço Social. In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, nº 79, 2004, p.162-172.

COUTO, Berenice Rojas. O Trabalho do Assistente Social na Esfera Municipal. In: **Centro de Educação à Distância - UNB. (Org.)**. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília: UNB, 1999, v. 2, p. 203-213.

FANTIN, Maristela. **Capítulo VI Florianópolis entre a ação governamental, a Igreja e os movimentos populares (1982-1992)**. In: Construindo cidadania e dignidade. Florianópolis: Insular, 1997, p. 151-182.

FLORIANÓPOLIS. **Projeto Bom Abrigo**. Projeto de urbanização, habitação e desenvolvimento comunitário da Região Chico Mendes. Volume III, maio de 2000a.

_____. **Trabalho de Participação Comunitária**. Relatório de Desempenho Mensal Região Chico Mendes. Janeiro de 2001a.

_____. **Trabalho de Participação Comunitária**. Relatório de Desempenho Trimestral Região Chico Mendes. Janeiro-Março de 2001b.

_____. **Trabalho de Participação Comunitária**. Relatório de Desempenho Trimestral Região Chico Mendes. Abril-Junho de 2001c.

_____. **Trabalho de Participação Comunitária**. Relatório de Desempenho Trimestral Região Chico Mendes. Julho-Setembro de 2001d.

_____. **Trabalho de Participação Comunitária**. Relatório de Desempenho Trimestral Região Chico Mendes. Janeiro-Março de 2002a.

_____. **Trabalho de Participação Comunitária**. Relatório de Desempenho Trimestral Região Chico Mendes. Abril-Maio de 2002b.

_____. **Trabalho de Participação Comunitária**. Relatório de Desempenho Mensal Região Chico Mendes. Agosto de 2002c.

_____. **Trabalho de Participação Comunitária**. Relatório de Desempenho Mensal Região Chico Mendes. Outubro de 2002d.

_____. **Trabalho de Participação Comunitária**. Relatório de Desempenho Mensal Região Chico Mendes. Novembro de 2002e.

_____. **Política Habitacional de Florianópolis**. Versão Preliminar. 2002f.

_____. **Trabalho de Participação Comunitária.** Relatório de Desempenho Trimestral Região Chico Mendes. Janeiro-Março de 2003a.

_____. **Trabalho de Participação Comunitária.** Relatório de Desempenho Mensal Região Chico Mendes. Abril de 2003b.

_____. **Trabalho de Participação Comunitária.** Relatório de Desempenho Mensal Região Chico Mendes. Maio de 2003c.

_____. **Trabalho de Participação Comunitária.** Relatório de Desempenho Mensal Região Chico Mendes. Junho de 2003d.

_____. **Trabalho de Participação Comunitária.** Relatório de Desempenho Mensal Região Chico Mendes. Julho de 2003e.

_____. **Trabalho de Participação Comunitária.** Relatório de Desempenho Trimestral Região Chico Mendes. Janeiro-Março de 2004a.

_____. **Trabalho de Participação Comunitária.** Relatório de Desempenho Trimestral Região Chico Mendes. Abril-Junho de 2004b.

_____. **Trabalho de Participação Comunitária.** Relatório de Desempenho Trimestral Região Chico Mendes. Janeiro-Março de 2005a.

_____. **Trabalho de Participação Comunitária.** Relatório de Desempenho Mensal Região Chico Mendes. Setembro de 2005b.

_____. **Trabalho de Participação Comunitária.** Relatório de Desempenho Trimestral Região Chico Mendes. Outubro-Dezembro de 2005c.

_____. **Trabalho de Participação Comunitária.** Relatório de Desempenho Mensal Comunidade morro do Mocotó. Julho de 2005d.

_____. **Trabalho de Participação Comunitária.** Relatório de Desempenho Mensal Comunidade morro do Mocotó. Setembro de 2005e.

_____. **Relatório de Desempenho Trimestral.** Região Chico Mendes, Abril-Junho de 2005f.

_____. **Trabalho de Participação Comunitária.** Relatório de Desempenho Mensal Comunidade morro do Mocotó. Janeiro de 2006a.

_____. **Política Habitacional do Município de Florianópolis.** Seminário Interno.
× Texto de Apoio. Florianópolis: Outubro de 2006b.

_____. **Estrutura Organizacional.** Disponível em:
<http://www.pmf.sc.gov.br/prefeitura/organograma/smhsa.htm>. Acesso em 12 de maio de 2007a.

_____. **Lei Orgânica do Município de Florianópolis.** Disponível em:
http://www.pmf.sc.gov.br/?link=lei_organica&sublink=tit1. Acesso em 12 de maio de 2007b.

_____. **Estrutura Organizacional**. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/prefeitura/organograma/prefeitura.php>. Acesso em 12 de maio de 2007c.

_____. **Planejamento Operacional das Ações Mobilização e Organização Comunitária**. Sem data.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit Habitacional no Brasil: Municípios Seleccionados e Microrregiões Geográficas**. Belo Horizonte: Novembro de 2004. 99fls.

_____. **Déficit Habitacional no Brasil 2005**. Demografia. **Informativo CEI**. Belo Horizonte: abril de 2007. Disponível em: http://www.fjp.gov.br/produtos/cei/infocei_defictbr2005.pdf. Acesso em 19 de abril de 2007.

GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos. Habitação. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 03. Brasília: UNB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000, p. 247-259.

IAMAMOTO, Marilda. O trabalho do assistente social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social. In: **Crise contemporânea, questão social e Serviço Social**. Módulo 01. Brasília: CEAD, 1999, p. 112-126.

JUNQUEIRA, Luiz Augusto Costacurta. **O que é negociação**. Material Didático do Curso de Especialização MBA em Gestão Urbana Habitacional e de Desenvolvimento Social – Única. Florianópolis, 2004, p. 01-19.

KOGA, Dirce. Cidades entre territórios de vida e territórios vividos. **Serviço Social & Sociedade**, nº 72. São Paulo: Cortez, 2002, p. 22-61.

KORC, Paulina. **Ações de negociação no processo de remanejamento das famílias atingidas pelo programa HBB da Região Chico Mendes e Comunidade do Morro do Mocotó**. Florianópolis. Monografia (Especialização em gestão urbana, habitacional e do desenvolvimento social) – Única, 2005.

LESBAUPIN, Ivo. Governo Lula: um balanço do primeiro ano. **Praia Vermelha**, nº 9. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003, p. 10-33.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de. **Serviço Social e Intervenção Profissional**. Texto Elaborado a partir das discussões presentes no Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

LIMA, Eliete Maria. **A proteção social no âmbito da família: um estudo sobre as famílias do bairro Monte Cristo em Florianópolis**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

LOPES, Dora Maria Farias. **Ações públicas em habitação popular: um olhar sobre duas experiências na cidade de Vacaria – RS**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000a.

LOPES, Larice Nath. **A dinâmica da organização espacial na Rodovia SC 401 em Florianópolis**. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000b.

MARCHI, Daniela. **Programa Habitar Brasil BID – Região Chico Mendes uma análise sobre o processo de implementação no período de 2000 a 2003**. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

MARICATO, Erminia. **A nova Política Nacional de Habitação**. Disponível em: <http://www.usp.br/depprojeto/labhab/04textos/novhab.doc>. Acesso em 31 de março de 2007a.

_____. **Cidades- Programa de governo Luiz Inácio Lula da Silva**. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=2970>. Acesso em 19 de abril de 2007b.

MARQUES, Cheyenne Vieira. **A participação dos usuários no Programa Habitar Brasil BID – Mocotó: desafios para a intervenção profissional do Serviço Social**. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

MARTINI, Débora; FACHIN, Raquel Szymczak; RIBEIRO, Edaléa Maria. A necessária articulação entre os espaços de controle social. In: **II Seminário de Movimentos Sociais**, Florianópolis, UFSC, abril de 2007.

MEIRINHO, JALI. Análise política, administrativa e institucional. In: BASTOS, Maria das Dores de Almeida. (coord.). **Atlas do Município de Florianópolis**. Florianópolis: IPUF, 2004. 127-134.

MOREIRA, Márcio Ricardo Teixeira. **Do rural ao urbano: um estudo geográfico das transformações na Ilha de Santa Catarina**. Projeto de Qualificação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

OLIVEIRA, Francisco de. À sombra do Manifesto Comunista: globalização e reforma do Estado na América Latina. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Org.). **Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?** Rio de Janeiro: Vozes, 1999, p. 68-78.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. O pesquisador, o problema da pesquisa. A escolha de técnicas: algumas reflexões. In: **Textos Centro de Estudos Rurais e Urbanos**, nº 3. São Paulo: CERU, 1992, p. 13-41.

PASSOS, Elson Bertoldo dos. **Mapeamento do processo de remanejamento das famílias atingidas pelo projeto de urbanização da Comunidade Chico Mendes**. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. A metamorfose da questão social e a reestruturação das políticas sociais. In: **Capacitação em Serviço Social e políticas sociais: crise contemporânea, questão social e Serviço Social**. Brasília: CEFESS – ABEPSS – CEAD – UNB, módulo 1. 1997, p. 111-128.

PINHEIRO, Alessandra do Carmo. **Participação popular e política pública habitacional: Santa Maria – RS**. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

POVOA, Fabiana M. Rangel; GUIMARÃES, Berenice Martins. A Reforma do Estado e a política de habitação popular. **Serviço Social & Sociedade**, nº 78. São Paulo: Cortez, 2004, p. 33-47.

RIBEIRO, Edaléa Maria. **O usuário dos serviços sociais, este ilustre desconhecido**. São Paulo, p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica, 1992.

_____. Edaléa Maria. **Movimentos sociais em tempos de democracia e globalização em Santa Catarina: os anos 90**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

RICHADSON, R. J. Métodos quantitativos e qualitativos. In: **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: 3ª Edição revista e ampliada, Atlas, 1999, p. 20-31.

ROCHA, Luciana Sandrini. **Florianópolis: desenvolvimento turístico e produção sócio-espacial**. Projeto de pesquisa (Mestrado em Geografia). Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

ROSA, Edenilse Pellegrini da. **Produtivo ou reprodutivo: o trabalho das mulheres nas agroindústrias familiares - um estudo na região Oeste de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

SALVARO, Thaise Gabriel. **Direitos sociais e moradia: desvelando suas contradições**. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social). Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SAWAIA, Bader Burihan. Identidade- uma ideologia separatista? In: SAWAIA, Bader Burihan. (org.) **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, p. 119-127.

SILVA, Léo Jean. **As eleições municipais em Florianópolis no ano de 2004: conjuntura, teoria partidária, construção de alianças e resultados**. Trabalho de Conclusão de Curso (História). Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Política Habitacional Brasileira: Verso e Reverso**. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo: Cortez, 1995, p. 128-152.

SIMIONATTO, Ivete. **Reforma do Estado ou modernização conservadora? O retrocesso das políticas sociais públicas nos países do Mercosul**. Especial para Site Gramsci e o Brasil. 2002.

SOUZA, Amilton Vergara de. Políticas de Desenvolvimento. In: BASTOS, Maria das Dores de Almeida. (coord.). **Atlas do Município de Florianópolis**. Florianópolis: IPUF, 2004. 130-134.

TRINDADE, José Maria Rosa. **Migrantes favelados:** o processo migratório para a cidade de Florianópolis no começo da década de 90 sob a ótica de Jornal Diário Catarinense. Trabalho de Conclusão de Curso (História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

VEIGA, Eliane Veras da. Origem da paisagem urbana de Desterro (sécs XVI – XVIII). In: _____, Eliane Veras da. **Florianópolis:** memória urbana. Florianópolis: UFSC, 1993, p. 25-59.

YASBEK, Maria Carmelita. Capítulo 2. As classes subalternas como expressão de um lugar social: a exclusão integrativa. Capítulo 3 O lugar social dos excluídos e subalternizados: seu perfil, sua versão. In: YASBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e assistência social.** São Paulo: Cortez, 1993. p. 63- 161.

ANEXOS

ANEXO A - Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2002 Institui o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, o seu Comitê Gestor e dá outras providências.



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 6.025, DE 22 DE JANEIRO DE 2007.

Decreto nº 6.046, de 2007

Institui o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, o Comitê Gestor, e dá outras providências.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, incisos VI, alínea "a", da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, constituído de medidas de estímulo ao crescimento privado, ampliação dos investimentos públicos em infra-estrutura e voltadas à melhoria da qualidade do gasto e ao controle da expansão dos gastos correntes no âmbito da Administração Pública Federal.

Parágrafo único. Para os efeitos do disposto neste Decreto, as medidas integrantes do PAC serão discriminadas pelo Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento - CGPAC.

Art. 2º O PAC será acompanhado e supervisionado pelo CGPAC, com o objetivo de coordenar as ações necessárias à implementação e execução.

Art. 3º O CGPAC será integrado pelos titulares dos seguintes órgãos:

- Casa Civil da Presidência da República, que o coordenará;

- Ministério da Fazenda; e

- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 4º Fica instituído o Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento - GEPAC, vinculado ao CGPAC, com o objetivo de consolidar as ações, estabelecer metas e acompanhar os resultados de implementação e execução do PAC, integrado pelos seguintes órgãos:

- Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República;

- Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

- Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

- Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda; e

- Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

Art. 5º Os membros do GEPAC serão designados pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, com a indicação dos respectivos titulares do CGPAC.

Art. 6º Cabe à Subchefia de Articulação e Monitoramento exercer as atividades de Secretaria-Executiva do GEPAC.

Art. 7º A Secretaria-Executiva do GEPAC poderá convidar para participar de suas reuniões representantes de outros órgãos e entidades do Poder Público, cujas atribuições guardem relação com a execução de seus trabalhos.

Art. 8º As funções dos membros do CGPAC e do GEPAC não serão remuneradas, sendo seu exercício considerado de interesse público.

Art. 9º O CGPAC e o GEPAC contarão, para seu funcionamento, com o apoio institucional e técnico-administrativo da Casa Civil da Presidência da República.

sa Civil da *Presidência da República*.

t. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

asília, 22 de janeiro de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

ACIO LULA DA SILVA

antega

ernardo

ousseff

o não substitui o publicado no DOU de 22.1.2007 - Edição extra

ANEXO B – Decreto nº 578, de 08 de setembro de 2000. Designa Comissão Especial de Avaliação dos Imóveis da Chico Mendes e Nossa Senhora da Glória



Gabinete da Prefeita Municipal de Florianópolis



FLORIANÓPOLIS
CAPITAL DA GENTE

PMF – GAPRE

D.O.E. nº. 16.500 de SC

Em 13/09/2000

Assinatura

DECRETO Nº578, de 08 de setembro de 2000.

DESIGNA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DOS IMÓVEIS DA REGIÃO DO CHICO MENDES E NOSSA SENHORA DA GLÓRIA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 74, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. – DESIGNAR, RODRIGO FORTUNATO SILVEIRA, representante do Gabinete da Prefeita, **ALEXANDRE BOTELHO e MARIA INÊS TOURNIER RODRIGUES**, representantes da Secretaria Municipal da Saúde e Desenvolvimento Social – Departamento de Desenvolvimento Social, **CARLOS HENRIQUE MENDES WALTRIK**, representante da Secretaria Regional do Continente, **Engº. LUIZ AMÉRICO DE MEDEIROS**, representante da Secretaria Municipal de Transportes e Obras, para sob a presidência do primeiro comporem a Comissão Especial de Avaliação dos Imóveis da Região do Chico Mendes e Nossa Senhora da Glória.

Art. 2º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, aos 08 de setembro de 2000.

ANGELA REGINA HEIZEN AMIN HELOU
PREFEITA MUNICIPAL

ANEXO C - Decreto nº 1011, de 22 de junho de 2001. Designa Comissão Especial de Avaliação dos Imóveis das Regiões do Chico Mendes e Nossa Senhora da Glória e Novo Horizonte



Gabinete da Prefeitura Municipal de Florianópolis



FLORIANÓPOLIS
CAPITAL DA GENTE

DECRETO Nº 1011, de 22 de junho de 2001

DESIGNA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DOS IMÓVEIS DAS REGIÕES DO CHICO MENDES, NOSSA SENHORA DA GLÓRIA E NOVO HORIZONTE.

GAPRE
DE n.º 16.694 de SC
Em 04/07/2001
Marcelo Gentil Duarte
Responsável

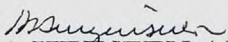
A PREFEITA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 74, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. – DESIGNAR, RODRIGO FORTUNATO SILVEIRA, representante do Gabinete da Prefeitura, **EDNA DA SILVA BERTO**, representante da Secretaria de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social, **CARLOS HENRIQUE MENDES WALTRIK**, representante da Secretaria Regional do Continente, **Engº. LUIZ AMÉRICO DE MEDEIROS**, representante da Secretaria Municipal de Transportes e Obras, para sob a presidência do primeiro comporem a Comissão Especial de Avaliação dos Imóveis da Região do Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória e Novo Horizonte.

Art. 2º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, aos 22 de junho de 2001


ANGELA REGINA HEINZEN AMIN HELOU
PREFEITA MUNICIPAL

Marcelo/Designa_comissão_imoveis_chico_mendes

ANEXO D- Decreto nº 1717, de 18 de dezembro de 2002. Designa Comissão Especial de Avaliação dos Imóveis das Regiões do Chico Mendes e Nossa Senhora da Glória e Novo Horizonte



Gabinete da Prefeita Municipal de Florianópolis

PMF – GAPRE

E. nº. 17.060 de SC

Em 23/12/2002

Aldo Gentil Duarte

Assinatura

DECRETO Nº. 1717/2002

DESIGNA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DOS IMÓVEIS DAS REGIÕES DO CHICO MENDES, NOSSA SENHORA DA GLÓRIA E NOVO HORIZONTE.

A PREFEITA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 74, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, RODRIGO FORTUNATO SILVEIRA, representante do Gabinete da Prefeita, **EDNA DA SILVA BERTO, PAULINA KORC, ENGº AMÉRICO PESCADOR E O ENGº RENATO PAGANI**, representante da Secretaria de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social, **CARLOS HENRIQUE MENDES WALTRIK**, representante da Secretaria Regional do Continente, para sob a presidência do primeiro comporem a Comissão Especial de Avaliação dos Imóveis da Região do Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória e Novo Horizonte.

Art. 2º - Fica revogado o Decreto n.º 1011 de 22 de junho de 2001.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, aos 18 de dezembro de 2002.

Angela Regina Heizen Amin Helou
ANGELA REGINA HEINZEN AMIN HELOU
PREFEITA MUNICIPAL

ors/Designa_comissão_imoveis_chico_mendes

ANEXO E - Decreto nº3426, de 12 de maio de 2005. Designa Comissão Especial de Avaliação dos Imóveis das Regiões do Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória, Novo Horizonte, Vila Aparecida e Morro do Mocotó



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Florianópolis
Gabinete do Prefeito Municipal

PMF – GAPRE

O.E. nº. 17.639 de SC

Em 17/05/2005

Erivaldo Gentil Duarte

Assinatura

DECRETO Nº 3426, de 12 de maio de 2005.

DESIGNA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DOS IMÓVEIS DAS REGIÕES DO CHICO MENDES, NOSSA SENHORA DA GLÓRIA, NOVO HORIZONTE, VILA APARECIDA E MORRO DO MOCOTÓ.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, no uso da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 74, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Engenheiro Civil José Roberto da Costa Pereira, a Assistente Social Nôris Helena Muñoz, representantes da Secretaria Municipal da Habitação e Saneamento Ambiental, o Técnico em Edificações Amilton Silveira representante da Secretaria Municipal de Obras, Carlos Henrique Mendes Waltrick representante da Secretaria Regional do Continente, a Assistente Social Paulina Korc representante da Associação Florianópolis de Voluntárias - AFLOV, para sob a presidência do primeiro comporem a Comissão Especial de Avaliação dos Imóveis da Região do Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória, Novo Horizonte, Vila Aparecida e Morro do Mocotó.

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 1717/2002 de 18 de dezembro de 2002.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, aos 12 de maio de 2005.

DÁRIO ELIAS BERGER
PREFEITO MUNICIPAL

GEAN MARQUES LOUREIRO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO

ANEXO F - Decreto nº3935, de 03 de fevereiro de 2006. Designa Comissão Especial de Avaliação dos Imóveis das Regiões do Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória, Novo Horizonte, Vila Aparecida e Morro do Mocotó, Comunidade do Siri e outros



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Florianópolis
Secretaria Municipal de Governo

IF – GAPRE

Lei nº. 17.820 de SC

de 07/02/2006

Alfredo Gentil Duarte

Assinatura

DECRETO Nº 3935, de 03 de fevereiro de 2006.

DESIGNA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO E NEGÓCIOS DOS IMÓVEIS DAS REGIÕES DO CHICO MENDES, NOSSA SENHORA DA GLÓRIA, NOVO HORIZONTE, VILA APARECIDA E MORRO DO MOCOTÓ, COMUNIDADE DO SIRI E OUTROS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, no uso da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 74, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designar como membros titulares os servidores: o Engenheiro Civil Renato Pagani, o Assessor de Planejamento Eduardo Bastos Moreira Lima, representantes da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental; o Técnico em Edificações Amilton Silveira, representante da Secretaria Municipal de Obras; Carlos Henrique Mendes Waltrick, representante da Secretaria Regional do Continente; a Assistente Social Paulina Korc, representante da Associação Florianopolitana de Voluntárias – AFLOV; e membros suplentes os servidores: o Engenheiro Civil Américo Pescador, a Assistente Social Nórís Helena Muñoz Morales e a Administradora Alba Regina Salvador Trintini, representantes da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Avaliação e Negociação dos Imóveis das Regiões do Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória, Novo Horizonte, Vila Aparecida, Morro do Mocotó, Comunidade do Siri e outros.



**Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Florianópolis
Secretaria Municipal de Governo**

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 3426, de 12 de maio de 2005.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, aos 03 de fevereiro de 2006.



**DÁRIO ELIAS BERGER
PREFEITO MUNICIPAL**



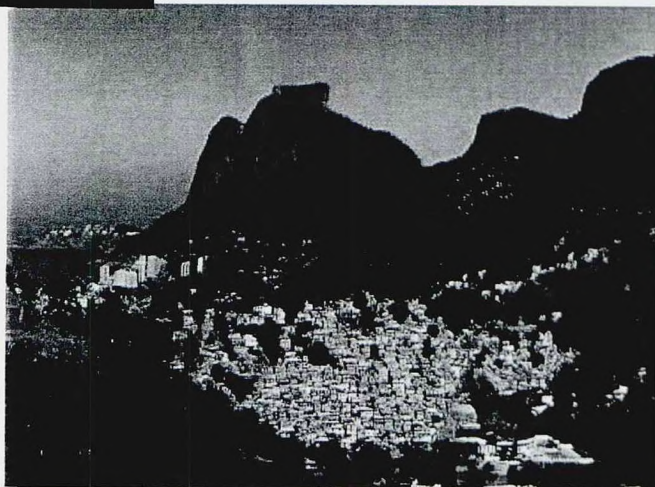
**GEAN MARQUES LOUREIRO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO**

ANEXO G - Curso de Regularização Fundiária e Urbanística de Assentamentos Subnormais

CURSO
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E URBANÍSTICA DE
ASSENTAMENTOS SUBNORMAIS



Florianópolis



Rio de Janeiro

23 A 27/10/2006
FLORIANÓPOLIS / SC



Prefeitura Municipal
de Florianópolis



Programa Habitar Brasil/BID
Subprograma de Desenvolvimento
Institucional de Municípios
Financiamento: Governo Federal

Ministério
das Cidades

Curso
Regularização Fundiária e Urbanística de Assentamentos Subnormais

**PREFEITURA MUNICIPAL DE
FLORIANÓPOLIS**

Prefeito

Dario Elias Berger

Vice-Prefeito

Bitá Pereira

**Secretário Municipal de Habitação e
Saneamento Ambiental**

Átila Rocha dos Santos

**UNIDADE EXECUTORA
MUNICIPAL – UEM**

**Coordenador da UEM e de
Desenvolvimento Institucional**

Salomão Mattos Sobrinho

**INSTITUTO BRASILEIRO DE
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL -
IBAM**

Superintendente Geral

Mara Biasi Ferrari Pinto

**Diretora da Escola Nacional de Serviços
Urbanos - ENSUR**

Tereza Cristina Baratta

Coordenação Geral

Telma Régia do Vale Sales

Equipe Técnica

Antônio Augusto Veríssimo

Marcos Correia Gomes

Copyright Instituto Brasileiro de Administração Municipal

Largo IBAM, nº 01 – Humaitá – 22271-070 – Rio de Janeiro/RJ

Tel.(21) 2536-9797 – Fax (21) 2537-1262

Email: ibam@ibam.org.br – Web: <http://www.ibam.org.br>



Programa Habitar Brasil/BID
Subprograma de Desenvolvimento
Institucional de Municípios
Financiamento: Governo Federal

**Ministério
das Cidades**

ANEXO H - Estrutura Organizacional da Prefeitura Municipal de Florianópolis

ANEXO I - Lei Complementar nº 158, de 18 de fevereiro de 2005

LEI COMPLEMENTAR Nº 158, de 18 de fevereiro de 2005.

DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA ORGANIZACIONAL DA PREFEITURA, CRIA SECRETARIAS E NOVOS CARGOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Florianópolis faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Nenhum servidor público municipal poderá receber remuneração mensal, a qualquer título, superior ao subsídio do Chefe do Poder Executivo Municipal, excluídas as vantagens pecuniárias constantes do art. 60 da Lei complementar CMF nº 063/03, resguardados os direitos adquiridos.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social, criada pela Lei nº 5831, de 21 de março de 2001, passa a denominar-se "Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social".

Parágrafo único. A estrutura administrativa da Secretaria antecessora passará para esta nova pasta, extinguindo-se o cargo de Gerente de Habitação, padrão DASU-2 e criando-se na sua estrutura administrativa os seguintes cargos de provimento em comissão:

- 01 (um) cargo de Assessor de Mobilização Comunitária, padrão DASU-2;
- 01 (um) cargo de Assessor para Políticas de Terceira Idade, padrão DASU-2;
- 01 (um) cargo de Assessor de Projetos, padrão DASU-2;
- 01 (um) cargo de Assessor de Assuntos Institucionais, padrão DASU-2;
- 01 (um) cargo de Assessor de Planejamento, padrão DASU-2.

Art. 3º Fica criada na estrutura organizacional da Prefeitura a "Secretaria Municipal da Habitação e Saneamento Ambiental", desmembrada da Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Família e Desenvolvimento Social, que absorverá todas as atividades inerentes às suas finalidades.

Parágrafo único. Ficam criados na estrutura administrativa da Secretaria a que se refere o "caput" deste artigo os seguintes cargos de provimento em comissão:

- 01(um) cargo de Secretário Municipal;
- 01(um) cargo de Assessor Especial para a Habitação, padrão DASU-1;
- 01(um) cargo de Assessor Especial para Saneamento, padrão DASU-1;
- 01(um) cargo de Assessor de Planejamento, padrão DASU- 2;

01(um) cargo de Assessor de Projetos, padrão DASU-2;

01(um) cargo de Assessor Administrativo e Financeiro, padrão DASU-2.

Art. 4º Fica criada na estrutura administrativa da Prefeitura a "Secretaria Municipal da Receita", desmembrada da Secretaria Municipal de Finanças que absorverá todas as atividades inerentes às suas finalidades. Ficando assegurado aos funcionários que até a presente data estejam lotados ou a disposição na Secretaria Municipal de Finanças, a gratificação de que trata o art. 1º da Lei 4.278/93, independente de qualquer remanejamento a que sejam submetidos.

Parágrafo único. Fica criado, para esta Pasta, o cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal.

Art. 5º Fica criada na estrutura administrativa da Prefeitura a "Secretaria Municipal dos Transportes e Terminais", desmembrada da Secretaria dos Transportes e Obras criada pela Lei Complementar nº 5/75, que absorverá todas as atividades inerentes às suas finalidades.

Parágrafo único. Ficam criados, para esta Pasta, os cargos de provimento em comissão de Secretário Municipal, 1 (um) Assessor de Planejamento, padrão DASU-1, 1 (um) Assessor de Operações, padrão DASU-1, 1 (um) Assessor Administrativo e Financeiro, padrão DASU-2 e 1 (um) Assessor Jurídico, padrão DASU-2.

Art. 6º Fica extinto o "Núcleo de Transportes" criado pela Lei nº 2824, de 14 de janeiro de 1988, transferindo-se sua estrutura organizacional e dotação orçamentária à Secretaria Municipal dos Transportes e Terminais.

Parágrafo único. Por força do "caput" deste artigo, fica extinto o cargo de Gerente do Núcleo de Transportes - padrão DASU-1.

Art. 7º A Secretaria dos Transportes e Obras criada pela Lei Complementar nº 5/75 passa a denominar-se "Secretaria Municipal de Obras".

Art. 8º Ficam criadas 14 (quatorze) vagas de Secretário Municipal Adjunto, padrão DASU-1, com lotação em cada uma das Secretarias Municipais, com exceção da Secretaria Extraordinária de Assuntos Parlamentares, Secretaria Extraordinária para Assuntos Institucionais - Brasília e Secretaria da Saúde.

Parágrafo Único. O Secretário Municipal Adjunto, além das atribuições que lhes forem delegadas pelo titular da Pasta, substituirá este nos casos de afastamento ou impedimento temporário.

Art. 9º Fica criado na estrutura administrativa da Prefeitura a "Diretoria Central de

Licitações, Contratos e Convênios", órgão vinculado à Secretaria Municipal de Administração, que terá como atribuição o controle de todos os processos de compras de bens de consumo ou de material permanente da Prefeitura, bem como o controle de todos os contratos da Administração direta e indireta no que diz respeito a sua vigência.

§ 1º Ficam criados na Secretaria Municipal de Administração, os seguintes cargos de provimento em comissão: 1 (um) cargo de Diretor da Central de Licitações, Contratos e Convênios, padrão DASU-1, 2 (dois) cargos de Assessor Técnico da Diretoria da Central de Licitações, Contratos e Convênios, padrão DASU-1.

§ 2º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a remanejar os Convênios e Contratos da Administração Direta e Indireta.

Art. 10 Ficam criados na estrutura organizacional do Município os seguintes cargos de provimento em comissão e respectivas lotações: 2 (dois) cargos de Assessor Especial, padrão DASU-1, com lotação no Gabinete do Prefeito; 1 (um) cargo de Assessor Especial, padrão DASU-1, com lotação na Procuradoria Geral; 1 (um) cargo de Assessor Administrativo, padrão DASU-1, com lotação na Secretaria Municipal da Educação.

Parágrafo Único. Fica transformado o cargo de Contador Geral, com lotação na Secretaria Municipal de Finanças, para padrão DASU-1.

Art. 11 O Chefe do Poder Executivo regulamentará as atribuições existentes em cada uma das Secretarias e aquelas remanejadas para as novas pastas que integram a presente Lei, por Decreto.

Art. 12 No presente exercício, as novas Secretarias compartilharão das dotações orçamentárias das que lhe deram origem.

Art. 13 As Funções Gratificadas criadas pelo art. 2º, letra "a" da Lei Complementar nº 105, de 04 de julho de 2002, que integram a estrutura da Secretaria Municipal de Educação, passam a ter a seguinte denominação e valores: Função Gratificada de Chefe de Departamento (FG1) com o valor de R\$ 636,83.

Parágrafo único. Em razão do estabelecido no "caput" deste artigo, Fica extinta a denominação de Chefia de Divisão prevista no dispositivo legal mencionado, passando a denominar-se de "Chefia de Departamento", acrescentando-se "Chefe de Departamento de Infra-estrutura (FG1)", ao qual fica vinculado à coordenação de manutenção da rede física.

Art. 14 A estrutura administrativa da Prefeitura denominada Centro de Atendimento Pró-Cidadão passa ser denominada de Centro de Atendimento ao Cidadão.

Art. 15 Fica instituída a gratificação mensal no valor de R\$ 302,50 (trezentos e dois reais e cinquenta centavos) aos servidores do quadro permanente da Prefeitura Municipal que estiverem com lotação e em efetivo exercício no Centro de Atendimento ao Cidadão".

Art. 16 A Secretaria Municipal de Chefia de Gabinete passa a ser denominada de "Secretaria Municipal de Governo".

Art. 17 A Secretaria Municipal de Chefia de Gabinete do Planejamento passa a ser denominada "Secretaria Municipal de Planejamento".

Art. 18 O Vereador licenciado para ocupar cargo de Secretário Municipal, que fizer opção pelo valor do subsídio de vereador, fará jus a perceber a 50% (cinquenta por cento) do subsídio do cargo de Secretário.

Art. 19 As demais despesas decorrentes da implantação desta Lei correrão à conta do orçamento vigente.

Art. 20 Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, aos 18 de fevereiro de 2005.

DÁRIO ELIAS BERGER
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO J - Lei nº3210, de 03 de julho de 1989

LEI Nº 3210/89

INSTITUI O FUNDO DE INTEGRAÇÃO MUNICIPAL PARA O ASSENTAMENTO DE FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber a todos os habitantes do Município de Florianópolis, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei,

Art. 1º - Fica instituído o Fundo Municipal de Integração Social, destinado ao assentamento de famílias de baixa renda, bem como a integração destas no ambiente Social, através de seu treinamento, para atender as demandas do mercado de trabalho.

Art. 2º - O Fundo mencionado no artigo anterior será constituído com os recursos de:

- a) Alienação a que se refere o Art. 3º;
- b) Subvenções ou auxílios provenientes do Governo Federal e Estadual;
- c) Dotações orçamentárias ou subvenções, que lhe sejam configuradas no Orçamento da Prefeitura Municipal de Florianópolis;
- d) Auxílio, doações ou contribuições provenientes das Prefeituras Municipais que compõe a Grande Florianópolis, que desejarem promover assentamentos em Projetos conjuntos;
- e) Auxílios, doações e contribuições de pessoas físicas ou de pessoas jurídicas de direito privado;
- f) Tributos específicos a serem instituídos, etc.

Art. 3º - A participação da Municipalidade no provimento de Recursos ao Fundo Instituído no artigo 1º se fará pela alienação de Imóveis de sua propriedade precedido de autorização pela Câmara de Vereadores.

Parágrafo Único - Para os efeitos de provimento inicial de recursos para o fundo instituído no artigo 1º, fica o Poder Executivo autorizado a alienar ou permutar os terrenos de propriedade do Município situado no Distrito de Canasvieiras, neste Município.

Art. 4º - O Fundo Municipal de Integração Social, será gerido por um Conselho Administrativo, composto por 5 (cinco) membros, sendo 3 (três) indicados pelo Executivo Municipal e 2 (dois) pelos Conselhos ou Associações Comunitárias, legalmente constituídas;

§ 1º - O Conselho Administrativo será presidido por um representante da Prefeitura Municipal de Florianópolis;

§ 2º - É de competência do Conselho Administrativo, firmar Convênios e Termos de Compromisso com órgão e entidades, principalmente no que tange à integração Sócio-Cultural das famílias envolvidas.

Art. 5º - É vedado aos beneficiários alienarem os imóveis à que farão juz, um período não

inferior a 20 (vinte) anos.

Art. 6º - Qualquer descumprimento por parte dos beneficiários, no que se refere à presente Lei e Normas Complementares, implicarão na devolução imediata dos bens imóveis recebidos, à Prefeitura Municipal, não cabendo qualquer tipo de recurso judicial;

Art. 7º - É vedada a entrega gratuita dos bens imóveis, aos beneficiários;

Parágrafo Único - A prestação mensal à ser paga, não poderá exceder a 15% da renda familiar do beneficiário.

Art. 8º - Caberá à Prefeitura Municipal, "ad referendum" do Conselho Administrativo, cadastrar as famílias candidatas ao benefício desta Lei.

Parágrafo Único - Para a execução inicial da presente Lei é imperativo o cumprimento de termo de compromisso subscrito em 10.05.89, integrante da presente Lei, do qual fazem parte também o governo do estado, a COHAB, a CASAN, a CELESC e a SEAC.

Art. 9º - as famílias candidatas aos benefícios da presente Lei serão selecionadas observando-se a situação Sócio-Econômico em que se encontram tendo prioridade as que melhor preencherem as seguintes condições básicas:

- a) Maior Tempo de resistência no Município;
- b) Renda familiar inferior a três salários mínimos;
- c) Famílias com maior número de dependentes.

Art. 10 - Caberá o Executivo Municipal, elaborar as Normas Complementares.

Art. 11 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, em Florianópolis, em 03 de julho de 1989.

ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO
Prefeito Municipal

ANEXO K - Cadastro Sócio-Econômico

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA DE HABITAÇÃO E SANEAMENTO AMBIENTAL

CADASTRO SÓCIO-ECONÔMICO Nº

Entrevistado: _____

LOCALIZAÇÃO

Endereço	Referência	Nº Cadastro imobiliário	Fone
----------	------------	-------------------------	------

IDENTIFICAÇÃO

Nome do Responsável (Homem)

Apelido	Data Nascimento
---------	-----------------

Identidade	Nº CPF	Naturalidade
------------	--------	--------------

Estado civil	Instrução	Ocupação
--------------	-----------	----------

Endereço de trabalho / Bairro	Meio locomoção	Telefone	Tempo no atual emprego	Remuneração
-------------------------------	----------------	----------	------------------------	-------------

Nome do Responsável (Mulher)	Apelido	Data Nascimento
------------------------------	---------	-----------------

Identidade	Nº CPF	Naturalidade
------------	--------	--------------

Estado civil	Instrução	Ocupação
--------------	-----------	----------

Endereço de trabalho / Bairro	Meio locomoção	Telefone	Tempo no atual emprego	Remuneração
-------------------------------	----------------	----------	------------------------	-------------

Tempo de moradia na comunidade	Última Cidade que a família residiu	Deseja retornar a cidade de origem?
--------------------------------	-------------------------------------	-------------------------------------

Florianópolis	() SIM ou () Não
---------------	--------------------

Participação comunitária:

Participa / frequenta alguma instituição?

Como se deu a formação desta comunidade?
--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

Idade	Acima de 15anos (nome)	Parentesco	Sexo	Instrução	Ocupação	Renda	Local
			F <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/>				
			F <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/>				
			F <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/>				

Coabitantes

Idade	Nome de outros moradores	Parentesco	Sexo	Instrução	Ocupação	Renda	Local
			F <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/>				
			F <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/>				
			F <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/>				

VI - SAÚDE

Há na família, alguma pessoa com necessidades especiais? () SIM () NÃO

Cite as doenças com maior freqüência na família

Possui animais domésticos? () SIM () NÃO Pretende leva-los? () SIM () NÃO
Quais?

VI – SITUAÇÃO SOCIAL

Sua família participa de algum programa social? () SIM () NÃO.

Quais:

Quais as principais dificuldades na vida familiar?

Relacionamento familiar () Droga/Álcool () Desemprego () Violência doméstica ()

Outros:

VII USO E OCUPAÇÃO

Uso

☐ Resid. ☐ Comercial ☐ Serviços ☐ Serv.Uso coletivo ☐ Vago ☐ Em Construção ☐ Demolida

SPECIFICAR:

Regime de Ocupação

() Cedido	Informar nome do proprietário;	
() Alugado	Informar nome do proprietário:	Valor do aluguel:
() Próprio	Informar nome do proprietário ANTERIOR:	Valor da compra: () casa e/ou () terreno

VII SERVIÇOS PÚBLICOS QUE A FAMÍLIA PAGA

☐ CELESC ☐ CASAN ☐ PMF - IPTU ☐ Telefonia FIXA

OBSERVAÇÕES

DATA: ____ / ____ / ____

ANEXO L - Termo de Adesão



Prefeitura Municipal de Florianópolis
Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social

**TERMO DE ADESÃO E COMPROMISSO DE MORADORES AO PROJETO
CHICO MENDES, NOVO HORIZONTE E NOSSA SENHORA DA GLÓRIA
COM RECURSOS DO PROGRAMA HABITAR BRASIL - BID**

Pelo presente documento, _____,
responsável e representante da unidade familiar residente na casa cadastrada sob o número
_____, Rua _____
Setor _____ na Comunidade _____,

DECLARA sua **APROVAÇÃO E ADESÃO** ao Projeto Habitacional e de Urbanização da
Região do Chico Mendes, promovido pela Prefeitura Municipal de Florianópolis com
recursos do Programa Habitar-Brasil BID, beneficiando as famílias nela residentes com as
intervenções a seguir discriminadas e especificadas:

- **Regularização fundiária:** aquisição total ou parcial dos terrenos ocupados através de contrato de compra e venda, e titulação das propriedades através de escritura pública.
- **Infra-estrutura urbana:** abertura, drenagem e pavimentação de ruas, abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo, rede de energia elétrica e iluminação pública;
- **Equipamentos comunitários:** centros comunitários, creche, posto de saúde, área de lazer, parque infantil, área de esportes, local para atividades de geração de renda;
- **Unidades habitacionais:** construção de novas unidades habitacionais para as famílias residentes em áreas de risco e situação de precariedade, casas atingidas por construção ou alargamento de ruas e/ou equipamentos comunitários e também para melhor aproveitamento dos terrenos para fins habitacionais;
- **Módulos hidráulicos:** construção de banheiros, com parede hidráulica para cozinha e tanque, nas casas que não disponham destes módulos;
- **Recuperação habitacional:** recuperação de muros, paredes e outras benfeitorias de casas e construções existentes, eventualmente atingidas na construção ou alargamento de ruas e equipamentos, ou para melhor aproveitamento dos terrenos para fins habitacionais;
- **Projeto social:** mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental e capacitação para o trabalho e geração de renda.

ASSUMO o compromisso com a **Prefeitura Municipal de Florianópolis** de colaborar no controle do crescimento da ocupação irregular da área, cooperar na manutenção da infra-estrutura e equipamentos sociais implantados e participar da gestão das obras e serviços.

DECLARO ter conhecimento que as famílias adquirentes de terrenos para regularização fundiária, e de casas e módulos hidráulicos, pagarão os imóveis e benfeitorias recebidas em parcelas, as quais serão calculadas de acordo com a capacidade de pagamento de cada uma, dentro das seguintes condições gerais: 1 - o valor de cada parcela não deverá ser maior que 30% (trinta por cento) da renda familiar; 2 - o prazo máximo de financiamento será de 25 (vinte e cinco) anos; 3 - o valor da avaliação da moradia existente e ocupada pela família (benfeitoria), será abatido do valor final do financiamento. Os financiamentos serão contratados em conformidade com a legislação vigente e as normas do Fundo Municipal de Integração Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Florianópolis, ____ de _____ de 2000.

Responsável pela família beneficiada

Prefeitura Municipal de Florianópolis



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DA HABITAÇÃO E SANEAMENTO AMBIENTAL
GABINETE DO SECRETÁRIO

TERMO DE ADESÃO, COMPROMISSOS E OBRIGAÇÕES AO PROJETO MORAR BEM – MORRO DO MOCOTÓ A SER IMPLANTADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS COM RECURSOS DO PROGRAMA HABITAR BRASIL – BID.

Pelo presente documento, _____, brasileira, convivendo em regime de união estável, portadora da carteira de identidade nº _____, inscrita no CPF sob o nº _____, responsável e representante da unidade familiar cadastrada sob o nº _____, localizada no Morro do Mocotó, Florianópolis/SC.

DECLARA:

ADERIR ao Projeto Habitacional e de Urbanização do Morro do Mocotó, promovido pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, com recursos do Programa Habitar Brasil – BID, beneficiando as famílias nele residentes, com a construção de 38 (trinta e oito) unidades habitacionais novas, melhorias no sistema viário, iluminação pública, contenção de encostas, criação de um centro de convivência, praça, creche, centro de saúde, área de esporte e lazer, regularização fundiária e o desenvolvimento de trabalho social pautado na mobilização e organização da comunidade, na educação sanitária e ambiental e na capacitação profissional para geração de renda.

ASSUMIR o compromisso com a Prefeitura Municipal de Florianópolis nos seguintes termos:

1. Zelar pela manutenção e bom uso de todos os equipamentos comunitários, áreas de lazer e áreas verdes, existentes e que forem instalados na área.
2. Zelar pela manutenção e bom uso dos sistemas de esgotamento sanitário e pela infraestrutura implantada (pavimentação e drenagem).
3. Participar do processo de gestão das obras e trabalhos sociais.
4. Zelar pela preservação da área desocupada, evitando novas ocupações e possibilitando a recuperação ambiental, auxiliando a Prefeitura Municipal de Florianópolis na fiscalização através da comunicação, quando souber de novas invasões.
5. Desocupar a área onde reside, quando solicitado pela Prefeitura, dela retirando todos os pertences da família de forma a possibilitar a demolição da residência e a limpeza do terreno para recuperação ambiental.
6. Ocupar a nova casa (localizada em área específica na mesma comunidade – Mocotó) que for indicada pela Prefeitura em comum acordo, cuidando de sua manutenção e bom uso, inclusive quanto ao pagamento das despesas como água, luz, esgoto, IPTU e demais taxas inerentes a habitação de responsabilidade do proprietário.
7. Assumir um financiamento pela aquisição da nova casa e pagar as prestações mensais para quitar a dívida, de acordo com os cálculos que forem realizados pela Prefeitura segundo a capacidade econômica familiar, num prazo máximo de 25 (vinte e cinco) anos, com taxa de juros de 3% (três por cento) ao ano e demais condições definidas pelo Fundo Municipal de Integração Social – FMIS.

Nesta data, o valor estimado de venda do imóvel é de R\$ 24.109,25 (vinte e quatro mil, cento e nove reais e vinte e cinco centavos).

O terreno não será cobrado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DA HABITAÇÃO E SANEAMENTO AMBIENTAL
GABINETE DO SECRETÁRIO

8. Não vender, trocar, emprestar ou alugar a nova casa sem autorização, por escrito, da Prefeitura Municipal de Florianópolis, através do Fundo Municipal de Integração Social, até a quitação do financiamento.

Por sua vez, a PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS se compromete a:

1. Promover a urbanização e regularização fundiária da área, dotando-a de equipamentos comunitários, áreas de lazer e serviços de infra-estrutura.
2. Construir as 38 (trinta e oito) novas moradias das famílias a serem remanejadas, de alvenaria, seguindo os padrões de um sobrado, sendo cada unidade com área total construída de 42m² (quarenta e dois metros quadrados).
3. Indenizar ao concordante o valor da moradia atual, utilizando o valor da indenização para redução do financiamento a ser contratado.
4. Realizar e manter o projeto de participação comunitária, pautado na mobilização e organização da comunidade, na educação sanitária e ambiental e na capacitação profissional para geração de renda.
5. Reverter em favor da comunidade 25% (vinte e cinco por cento) do valor das prestações para reinvestimento nas áreas comunitárias do empreendimento, de acordo com prioridades estabelecidas pelo Fundo Municipal de Integração Social – FMIS.

E por estarem de livre e espontânea vontade assumindo este compromisso, o presente instrumento será assinado em três vias para que se produzam os seus efeitos legais.

Florianópolis, 12 de setembro de 2005.

Município de Florianópolis

Testemunha

Concordante

Testemunha

ANEXO M - Ficha de Identificação da Família



PROJETO DE URBANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
REGIÃO CHICO MENDES
FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DA FAMÍLIA

Comunidade: _____ N° Casa: _____ Setor: _____

Rua: _____

Ponto de Referência:

Nome do Responsável: _____

Ocupação Responsável: _____

Nome Cônjuge/ Companheiro: _____

Renda Familiar: _____

Total de Membros:

Condição imóvel:

Utilização Imóvel:

Nº Peças: _____

Nº de Dormitórios:	
--------------------	--

Cadastrado: () Sim () Não _____ N°: _____ Ano: _____

Fator de Risco: () Sim () Não

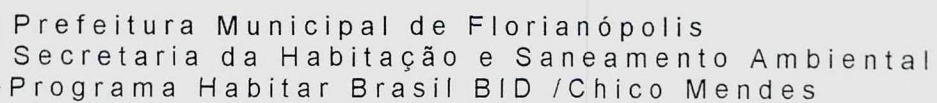
Motivo apresentado pela família, quanto a sua situação de risco:

Documentos:

RG:	() Sim	() Não
CPF:	() Sim	() Não
CN:	() Sim	() Não
CC:	() Sim	() Não

Composição Familiar:

[illegible]



This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There is no handwriting or other markings on the paper.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There is a faint vertical crease down the center, suggesting it might be a notebook page or a piece of paper designed for two columns of writing. No text or other markings are present on the page.

Entrevistado:

ANEXO N - Informações da Habitação



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E
SANEAMENTO AMBIENTAL
GERÊNCIA DE HABITAÇÃO

INFORMAÇÕES DA HABITAÇÃO

NOME :

CI : CPF : PROJETO : COMUNIDADE :
RUA : Nº CASA: SETOR:

QUADRO DE ÁREAS:	ALVENARIA:	MADEIRA:	CARACTERIZAÇÃO:	ACABAMENTO:
Área Fechada	m ²	m ²	Revestimento:	Estado:
Varanda	m ²	m ²	Pintura:	Estado:
Terraço	m ²	m ²	Cobertura:	Estado:
Muro/Cerca	m ²	m ²	Piso:	Estado:
Grade	m ²	m ²	Esquadrias:	Estado:
Outros	m ²	m ²	Muro:	Estado:
ORDEM DE DEMOLIÇÃO:		<input type="checkbox"/> A demolição depende da casa nº		<input type="checkbox"/> Demolir sem interferência no entorno

FOTOGRAFIAS DA HABITAÇÃO:

FOTO 1	FOTO 2
--------	--------

CROQUI DA HABITAÇÃO (SEM ESCALA)

DATA / /

Estagiário

Responsável

ANEXO O - Laudo de Avaliação



LAUDO DE AVALIAÇÃO

1 IDENTIFICAÇÃO

NOME		
CI - /	CPF	
PROJETO	COMUNIDADE:	
RUA	Nº CASA	SETOR

2 NATUREZA E CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL AVALIADO

() ALVENARIA	m²	() VARANDA COBERTA	m²
() MURO	m²	() FUNDAÇÃO. C/BALDRAME	m²
() MADEIRA	m²	() TERRAÇO DESCOBERTO	m²
() GRADE	m²	()	m²

3 OBJETIVOS DA DESAPROPRIAÇÃO

O imóvel com as características acima será desapropriado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis com a finalidade de urbanização da Comunidade

4 CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Os cálculos serão efetuados de acordo com o método de avaliação de custo de reprodução, com nível de rigor expedito.
FÓRMULA: $V = P \times S \times K$ onde,
V= Valor da Avaliação em R\$, P= Valor do m² em R\$, S=Área a desapropriar em m² e K= Fator de depreciação/redução.

5 AVALIAÇÃO

BENFEITORIAS	TABELA	P (R\$/m²)	S (m²)	K	V (R\$)
ALVENARIA					0,00
MADEIRA					0,00
VARANDA COBERTA					0,00
TERRAÇO DESCOB.					0,00
MURO					0,00
PORTÃO DE FERRO					0,00
FUND. C/BALDRAME					0,00
TOTAL AVALIADO					0,00

IMPORTA A PRESENTE AVALIAÇÃO EM .R\$ ().

DATA / /

ANEXO P - Solicitação de Comparecimento



Prefeitura Municipal de Florianópolis
Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental
Setor Ação Comunitária

SOLICITAÇÃO DE COMPARECIMENTO

A Prefeitura Municipal de Florianópolis solicita o comparecimento de Vossa Senhoria no local, dia e hora abaixo indicados, para a realização da **audiência de negociação** visando tratar da desapropriação e indenização das casas cadastradas sob o N° _____ - Comunidade _____, situada na área do Programa HBB – Região Chico Mendes.

**OBS: SOLICITAMOS O COMPARECIMENTO DO CASAL
FAVOR TRAZER CI e CPF DO CASAL.**

Florianópolis, ____ de _____ de 2006.

Renato Pagani

Coordenador da Comissão de Avaliação e Negociação dos Imóveis das Regiões do Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória, Novo Horizonte, Vilas Aparecida, Morro do Mocotó, Comunidade do Siri e outros.
(Decreto Municipal N° 3935/2006)

LOCAL: Secretaria Regional do Continente

Rua João Evangelista da Costa, 827 – Bairro Coloninha – Fpolis.

OBS: Em frente ao Centro Social Urbano da Coloninha – Junto ao Ceasinha.
Fone 32717900.

DIA: ____ / ____ /2006

HORA: _____

NOME DO RESPONSÁVEL: _____

ANEXO Q - Parecer Técnico Social



PARECER TÉCNICO SOCIAL

Comunidade	Fone
Rua	Casa nº Setor

DADOS PESSOAIS

Nome	Data Nasc. ____/____/____ Idade ____
Naturalidade	CI
Ocupação	CPF
Renda Mensal R\$	

DADOS PESSOAIS CONJUGE

Nome	Data Nasc. ____/____/____ Idade ____
Naturalidade	CI
Ocupação	CPF
Renda Mensal R\$	

COMPOSIÇÃO FAMILIAR

--

Motivo da Negociação: _____

Histórico: _____

ENCAMINHAMENTO/OBSERVAÇÕES

--

Assistente Social

Florianópolis, _____ de _____ de 200__.

ANEXO R - Termos de Desapropriação Amigável



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DA HABITAÇÃO E SANEAMENTO AMBIENTAL
GABINETE DO SECRETÁRIO

TERMO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL, QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS, COM A INTERVENIÊNCIA DO FUNDO MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E , EM CONFORMIDADE COM AS CLÁUSULAS ABAIXO:

Em Florianópolis, aos / /200 , na Sede da Prefeitura Municipal, compareceram, de um lado, como Expropriante o Município de Florianópolis, neste ato representado pelo Secretário da Habitação e Saneamento Ambiental, Sr . , e de outro lado, como Expropriado, Sr , a fim de assinarem em caráter irrevogável e irretratável o presente termo de desapropriação amigável de benfeitoria.

Cláusula Primeira – É objeto do presente termo de desapropriação amigável, a benfeitoria consistente de uma construção de , localizada na Região Chico Mendes, nº , Setor , nesta Capital, declarada de utilidade pública através do decreto municipal nº 465 de 18/07/2000, destinada ao reassentamento de famílias carentes.

Cláusula Segunda – O valor da benfeitoria é de R\$ (), conforme Laudo de Avaliação da Secretaria Municipal da Habitação e Saneamento Ambiental, datado de / / .
Parágrafo Único: O Expropriante pagará Expropriado , neste ato, numa única parcela, o valor de R\$ ().

Cláusula Terceira – O Município se imitirá na posse do imóvel descrito na Cláusula Primeira, o qual será entregue pelo expropriado, livre e desembaraçado, podendo o Município praticar todos os atos decorrentes da posse da área necessária ao reassentamento de famílias carentes, a contar da data da assinatura deste termo.

Cláusula Quarta – Expropriado declara, sob as penas da lei, ter conhecimento que não poderá mais ser atendido por qualquer outro programa da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Cláusula Quarta –Pelo presente, Expropriado dá plena e total quitação, nada mais tendo a reclamar em juízo ou fora dele sobre este acordo, ou direito, decorrente desta transação.

Fica eleito o foro da Comarca da Capital para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em três vias de igual teor para que produza seus jurídicos e legais efeitos, na presença de duas testemunhas.

Município:

Município de Florianópolis

Interveniente:

Fundo Municipal de Integração Social

Expropriados:

Testemunhas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DA HABITAÇÃO E SANEAMENTO AMBIENTAL
GABINETE DO SECRETÁRIO

TERMO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL, QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS, COM A INTERVENIÊNCIA DO FUNDO MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E O(A) EXPROPRIADO(A), ABAIXO IDENTIFICADOS, EM CONFORMIDADE COM AS CLÁUSULAS ABAIXO:

Em Florianópolis, aos / / , na Sede da Prefeitura Municipal, compareceram, de um lado, como Expropriante o Município de Florianópolis, neste ato representado pelo Secretário da Habitação e Saneamento Ambiental Sr. , e de outro lado, como Expropriado, Sr. a fim de assinarem em caráter irrevogável e irretratável o presente termo de desapropriação amigável de benfeitoria.

Cláusula Primeira – É objeto do presente termo de desapropriação amigável, a benfeitoria consistente de uma construção de , localizada na Região Chico Mendes, nº , Setor , nesta Capital, declarada de utilidade pública através do decreto municipal nº 465 de 18/07/2000, destinada ao reassentamento de famílias carentes.

Cláusula Segunda – O valor da benfeitoria é de R\$ (), conforme Laudo de Avaliação da Secretaria Municipal da Habitação e Saneamento Ambiental, datado de / / , importância que será utilizada como pagamento de parte do valor de uma casa a ser construída na Região do Chico Mendes e destinada Expropriado.

Cláusula Terceira – Após a conclusão da obra, o Município se compromete a formalizar o Contrato de Compromisso de Compra e Venda de Imóvel Popular Urbano referente ao financiamento da unidade com Expropriado ou o Contrato de Permissão de Uso Não Remunerada de Imóvel Popular Urbano, no caso de Expropriado não possuir renda para assumir o financiamento, bem como transmitir a posse do imóvel.

Parágrafo Único: Para a formalização do contrato, Expropriado se compromete a entregar à Secretaria de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social, nos prazos por esta definidos, os documentos pessoais solicitados.

Cláusula Quarta – Para moradia de Expropriado durante a fase de construção da habitação será cedida uma unidade no Abrigo Provisório da Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único: Expropriado se compromete a manter o Abrigo Provisório em perfeitas condições de habitabilidade, integridade física e conservação até a sua devolução para a Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Cláusula Quinta – O Município se imitirá na posse do imóvel descrito na Cláusula Primeira, o qual será entregue pelo expropriado, livre e desembaraçado, podendo o Município praticar todos os atos decorrentes da posse da área necessária ao reassentamento de famílias carentes, a contar da data da assinatura deste termo.

Fica eleito o foro da Comarca da Capital para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em três vias de igual teor para que produza seus jurídicos e legais efeitos, na presença de duas testemunhas.

Município:

Interveniente:

Município de Florianópolis

Fundo Municipal de Integração Social

Expropriados:

Testemunhas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DA HABITAÇÃO E SANEAMENTO AMBIENTAL
GABINETE DO SECRETÁRIO

TERMO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL, QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS, COM A INTERVENIÊNCIA DO FUNDO MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E , EM CONFORMIDADE COM AS CLÁUSULAS ABAIXO:

Em Florianópolis, aos / / , na Sede da Prefeitura Municipal, compareceram, de um lado, como Expropriante o Município de Florianópolis, neste ato representado pelo Secretário da Habitação e Saneamento Ambiental Sr . , e de outro lado, como Expropriado , Sr . , a fim de assinarem em caráter irrevogável e irretratável o presente termo de desapropriação amigável de benfeitoria.

Cláusula Primeira – É objeto do presente termo de desapropriação amigável, a benfeitoria consistente de uma construção de , localizada no Morro do Mocotó, nº , nesta Capital, declarada de utilidade pública através dos decretos Municipais Nºs 1519/02 e 1513/02, destinada ao reassentamento de famílias carentes.

Cláusula Segunda – O valor da benfeitoria é de R\$ (), conforme Laudo de Avaliação da Secretaria Municipal da Habitação e Saneamento Ambiental datado de / / .

Parágrafo Único: O Expropriante pagará Expropriado , neste ato, numa única parcela, o valor de R\$ ().

Cláusula Terceira – O Município se imitirá na posse do imóvel descrito na Cláusula Primeira, o qual será entregue pelo expropriado , livre e desembaraçado, podendo o Município praticar todos os atos decorrentes da posse da área necessária à recuperação ambiental, a contar da data da assinatura deste termo.

Cláusula Quarta – Expropriado declara , sob as penas da lei, ter conhecimento que não poderá mais ser atendido por qualquer outro programa da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Cláusula Quarta –Pelo presente, Expropriado d plena e total quitação, nada mais tendo a reclamar em juízo ou fora dele sobre este acordo, ou direito, decorrente desta transação.

Fica eleito o foro da Comarca da Capital para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em três vias de igual teor para que produza seus jurídicos e legais efeitos, na presença de duas testemunhas.

Município:

Município de Florianópolis

Interveniente:

Fundo Municipal de Integração Social

Expropriados:

Testemunhas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E SANEAMENTO AMBIENTAL
GABINETE DO SECRETÁRIO

TERMO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL, QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS, COM A INTERVENIÊNCIA DO FUNDO MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E , EM CONFORMIDADE COM AS CLÁUSULAS ABAIXO:

Em Florianópolis, aos / / , na Sede da Prefeitura Municipal, compareceram, de um lado, como Expropriante o Município de Florianópolis, neste ato representado pelo Secretário da Habitação e Saneamento Ambiental Sr. Átila Rocha dos Santos, e de outro lado, como Expropriad , Sr a fim de assinarem em caráter irrevogável e irretratável o presente termo de desapropriação amigável de benfeitoria.

Cláusula Primeira – É objeto do presente termo de desapropriação amigável, a benfeitoria consistente de uma construção de , localizada no Morro do Mocotó, nº , nesta Capital, declarada de utilidade pública através dos decretos Municipais N°s 1519/02 e 1513/02, destinada ao reassentamento de famílias carentes.

Cláusula Segunda – O valor da benfeitoria é de R\$ (), conforme Laudo de Avaliação da Secretaria Municipal da Habitação e Saneamento Ambiental, datado de / / , cuja importância será utilizada como pagamento de parte do valor de uma casa a ser construída na Região da Comunidade do Mocotó e destinada Expropriad .

Cláusula Terceira – Após a conclusão da obra, o Município se compromete a formalizar o Contrato de Compromisso de Compra e Venda de Imóvel Popular Urbano referente aquele Expropriad que possua condições de arcar com o pagamento das parcelas habitacionais ou o Contrato de Permissão de Uso Não Remunerada de Imóvel Popular Urbano, no caso d Expropriad não possuir renda para assumir o pagamento, bem como transmitir a posse do imóvel.

Parágrafo Único: Para a formalização do contrato, Expropriad se compromete a entregar à Secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental, nos prazos por esta definidos, os documentos pessoais solicitados.

Cláusula Quarta – O Município se imitirá na posse do imóvel descrito na Cláusula Primeira, o qual será entregue pel expropriad , livre e desembaraçado, podendo o Município praticar todos os atos decorrentes da posse da área necessária ao reassentamento de famílias carentes, a contar da data da assinatura deste termo.

Fica eleito o foro da Comarca da Capital para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.
E por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em três vias de igual teor para que produza seus jurídicos e legais efeitos, na presença de duas testemunhas.

Município:

Interveniente:

Município de Florianópolis

Fundo Municipal de Integração Social

Expropriados:

Testemunhas: